



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 225, SÁBADO, 23 DE DEZEMBRO DE 2023



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos
de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

Não houve sessão.

PARTE II

1 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

1.1 – EXPEDIENTE

1.1.1 – Comunicação

Do Senador Esperidião Amin, que encaminha relatório de viagem realizada por S. Exa. em missão, nos termos do Requerimento nº 681/2023-CDIR. 8

1.1.2 – Encaminhamento de expediente

Encaminhamento da Carta nº 355/2023, da PréSal Petróleo S.A., à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. 10

1.1.3 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 768/2019, que *denomina Viaduto Vicente Vitagliano o viaduto localizado no Km 72,8 da rodovia BR-153, no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.* 12

Projeto de Lei nº 1434/2019, que *confere o título de Capital Nacional do Incentivo às Microempresas e Pequenas Empresas ao Município de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro.* 15

Projeto de Lei nº 1461/2019, que *confere o título de Berço Imperial da Cerveja ao Município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.* 18

Projeto de Lei nº 2082/2019, que *denomina Rodovia Alberto Dauaire o trecho da rodovia BR-356 entre as cidades de São João da Barra e Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro.* 21

Projeto de Lei nº 3679/2019, que *institui a Semana Nacional de Prevenção à Saúde do Jovem.* 24



Projeto de Lei nº 5372/2019, que <i>institui a Semana de Conscientização e Prevenção dos Males Causados pelo Uso Precoce e de Longa Duração de Dispositivos Eletrônicos por Bebês e Crianças.</i>	27
Projeto de Lei nº 6495/2019, que <i>denomina Rodovia Doutor Luciano Heitor Beiguelman o trecho da rodovia BR-153 entre os Municípios de Icém e Nova Granada, no Estado de São Paulo.</i>	30
Projeto de Lei nº 394/2020, que <i>cria a Rota Turística Histórica Belém-Bragança, no Estado do Pará.</i>	33
Projeto de Lei nº 3989/2020, que <i>confere o título de Capital Nacional da Moda Íntima ao Município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.</i>	36
Projeto de Lei nº 235/2021, que <i>institui a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Crianças.</i>	39
Projeto de Lei nº 3356/2021, que <i>confere o título de Capital Nacional do Capim Dourado ao Município de Mateiros, no Estado do Tocantins.</i>	42
Projeto de Lei nº 3724/2021, que <i>reconhece como manifestação da cultura nacional os blocos e as bandas de carnaval.</i>	45
Projeto de Lei nº 4214/2021, que <i>institui o Dia Nacional do Medicamento Biossimilar.</i>	48
Projeto de Lei nº 771/2022, que <i>denomina Antônio Carlos Belchior o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Fortaleza, no Estado do Ceará.</i>	51
Projeto de Lei nº 1846/2022, que <i>confere o título de Capital Nacional do Doce ao Município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.</i>	54
Projeto de Lei nº 1945/2022, que <i>reconhece como manifestação da cultura nacional a Festa de São Vito, realizada no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.</i>	57
Projeto de Lei nº 2886/2022, que <i>institui o Dia Nacional do Guia de Turismo.</i>	60
Projeto de Lei nº 3231/2023, que <i>institui o Dia Nacional do Imigrante Grego.</i>	63
Projeto de Lei nº 3885/2023, que <i>institui o Dia Nacional do Policial Penal.</i>	66
Projeto de Lei nº 5867/2023, que <i>institui o Dia do Rei Pelé.</i>	69
Projeto de Lei nº 6201/2023 (nº 6642/2009, na Câmara dos Deputados), que <i>denomina Rodovia Governador Benedito Valadares o trecho da rodovia BR-262 entre o Km 352,5 e o Km 426, no Estado de Minas Gerais.</i>	72
Projeto de Lei nº 6202/2023 (nº 11144/2018, na Câmara dos Deputados), que <i>institui o Dia Nacional do Médico Ultrassonografista.</i>	75
Projeto de Lei nº 6203/2023 (nº 5824/2013, na Câmara dos Deputados), que <i>institui a Semana Nacional da Saúde Vascular.</i>	78
Projeto de Lei nº 6204/2023 (nº 1133/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>declara o educador Anísio Teixeira Patrono da Escola Pública Brasileira.</i>	81



Projeto de Lei nº 6205/2023 (nº 6419/2016, na Câmara dos Deputados), que <i>denomina Rodovia Janaína Borges de Oliveira o trecho da rodovia BR-116 entre os bairros Ruy Coelho Gonçalves e Jardim Santa Rita, na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.</i>	84
Projeto de Lei nº 6206/2023 (nº 10388/2018, na Câmara dos Deputados), que <i>denomina Passarela Aureliano Henriques Brotto a passarela situada no Km 201,7 da BR-116, Rodovia Presidente Dutra, no Município de Arujá, no Estado de São Paulo.</i>	87
Projeto de Lei nº 6207/2023 (nº 10706/2018, na Câmara dos Deputados), que <i>declara o Município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, como a Suíça Brasileira.</i>	90
Projeto de Lei nº 6208/2023 (nº 10978/2018, na Câmara dos Deputados), que <i>reconhece o Município de Ubatuba, no Estado de São Paulo, como Capital Nacional da Mata Atlântica.</i>	93
Projeto de Lei nº 6213/2023 (nº 8121/2017, na Câmara dos Deputados), que <i>denomina Ponte Nicanor Azambuja, João Dóglia e Diogo Madruga a ponte sobre o Rio Camaquã, na rodovia BR-153, na divisa dos Municípios de Bagé e Caçapava do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.</i>	96

1.1.4 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 734/2023, na origem , que <i>comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 4.034, de 2019.</i>	100
Nº 750/2023, na origem , que <i>comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 428, de 2021.</i>	101
Nº 765/2023, na origem , que <i>comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 5.610, de 2023.</i>	102

1.1.5 – Projetos de Lei

Nº 6200/2023, da Senadora Professora Dorinha Seabra, que <i>altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, a fim de aprimorar o funcionamento dos consórcios públicos.</i>	104
Nº 6212/2023, da Senadora Margareth Buzetti, que <i>altera o art. 234-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 14.069, de 02 de outubro de 2020, para permitir a consulta pública do nome completo e cadastro de pessoa física das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, garantindo-se o sigilo das informações relativas à vítima, bem como determina o desenvolvimento de um sistema denominado “Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais”.</i>	111

1.1.6 – Proposta de Emenda à Constituição

Nº 72/2023, primeiro signatário o Senador Cleitinho, que <i>altera o art. 155 da Constituição Federal para conceder imunidade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores a veículos terrestres de passageiros com vinte anos ou mais de fabricação.</i>	118
---	-----

1.1.7 – Requerimento

Nº 1140/2023, do Senador Paulo Paim, requer Voto de pesar pelo falecimento de Natalício Luís da Rosa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado e do Vestuário de Santa Clara do Sul, bem como a apresentação de condolências aos familiares, esposa e filhos.	124
--	-----

1.1.8 – Término de Prazos



Término do prazo, em 21 de dezembro, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei n ^{os} 4146, 4149 e 4150/2023.	129
Término do prazo, em 21 de dezembro, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projetos de Decreto Legislativo n ^{os} 106/2019, 459/2021 e 210/2022.	130

PARTE III

2 – ATA DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DOS MOTOTAXISTAS E MOTOFRENTISTAS

Ata da 1 ^a Reunião, realizada em 7 de junho de 2023	133
--	---------------------

3 – ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E ENERGIA

Ata da 6 ^a Reunião, com Audiência Pública, realizada em 26 de setembro de 2023	150
---	---------------------

4 – ATA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA

Ata da 1 ^a Reunião, realizada em 15 de março de 2023	173
---	---------------------

5 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

PROGRAMA SENADO JOVEM BRASILEIRO - 2023.

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

[197](#)

8 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA

[200](#)

9 – LIDERANÇAS

[201](#)

10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

[203](#)

11 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

[212](#)

12 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

[213](#)

13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

[253](#)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicação



Expediente do Senador Esperidião Amin, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado Federal, por meio do qual relata participação em missão oficial, nos termos do Requerimento nº 681, de 2023-CDIR.

O Requerimento vai ao Arquivo.



Encaminhamento de expediente



O documento seguinte foi recebido pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhado à Comissão competente, que o disponibilizará na respectiva página no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
Carta PPSA-PRE nº 355/2023	Encaminha, em cumprimento ao Decreto 8.945/2016, art. 37, §3º, o Parecer nº 01/2023, elaborado pelo Conselho de Administração da PréSal Petróleo S.A. - PPSA, com as conclusões referentes ao Planejamento Estratégico do ano de 2022.	PréSal Petróleo S.A. - PPSA	CTFC



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 768, DE 2019

Denomina Viaduto Vicente Vitagliano o viaduto localizado no Km 72,8 da rodovia BR-153, no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1710412&filename=PL-768-2019



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 768/2019 [1 de 3]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Denomina Viaduto Vicente Vitagliano o viaduto localizado no Km 72,8 da rodovia BR-153, no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominado Viaduto Vicente Vitagliano o viaduto localizado no Km 72,8 da rodovia BR-153, no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 768/2019 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 727/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:18:32.1173 - MESA

DOC n.1634/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 768, de 2019, da Câmara dos Deputados, que “Denomina Viaduto Vicente Vitagliano o viaduto localizado no Km 72,8 da rodovia BR-153, no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

ExEdit

 * c d 2 3 1 3 1 2 0 6 2 7 0 0 *



Pa

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 768/2019 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1434, DE 2019

Confere o título de Capital Nacional do Incentivo às Microempresas e Pequenas Empresas ao Município de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1718410&filename=PL-1434-2019



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1434/2019 [1 de 3]

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Confere o título de Capital Nacional do Incentivo às Microempresas e Pequenas Empresas ao Município de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei confere o título de Capital Nacional do Incentivo às Microempresas e Pequenas Empresas ao Município de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Fica conferido o título de Capital Nacional do Incentivo às Microempresas e Pequenas Empresas ao Município de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 1434/2019 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 728/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:18:32.1173 - MESA

DOC n.1631/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.434, de 2019, da Câmara dos Deputados, que “Confere o título de Capital Nacional do Incentivo às Microempresas e Pequenas Empresas ao Município de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário



Pa

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 1434/2019 [3 de 3]



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 1461, DE 2019

Confere o título de Berço Imperial da Cerveja ao Município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1718587&filename=PL-1461-2019



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1461/2019 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Confere o título de Berço Imperial da Cerveja ao Município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica conferido o título de Berço Imperial da Cerveja ao Município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 1461/2019 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 729/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:18:32.1173 - MESA

DOC n.1628/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.461, de 2019, da Câmara dos Deputados, que “Confere o título de Berço Imperial da Cerveja ao Município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

xEdit
 * c d 2 3 4 1 1 2 7 7 9 8 0 0 *




Pa

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 1461/2019 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 2082, DE 2019

Denomina Rodovia Alberto Dauaire o trecho da rodovia BR-356 entre as cidades de São João da Barra e Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1728749&filename=PL-2082-2019



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2082/2019 [1 de 3]

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Denomina Rodovia Alberto Dauaire o trecho da rodovia BR-356 entre as cidades de São João da Barra e Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei denomina Rodovia Alberto Dauaire o trecho da rodovia BR-356 entre as cidades de São João da Barra e Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º O trecho da rodovia BR-356 entre as cidades de São João da Barra e Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, fica denominado Rodovia Alberto Dauaire.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 2082/2019 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 731/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:18:32.1173 - MESA

DOC n.1630/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.082, de 2019, da Câmara dos Deputados, que “Denomina Rodovia Alberto Dauaire o trecho da rodovia BR-356 entre as cidades de São João da Barra e Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário



Pa

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 2082/2019 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 3679, DE 2019

Institui a Semana Nacional de Prevenção à Saúde do Jovem.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1768217&filename=PL-3679-2019



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3679/2019 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Institui a Semana Nacional de Prevenção à Saúde do Jovem.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção à Saúde do Jovem, a ser celebrada, anualmente, na segunda semana de abril.

Art. 2º São objetivos da Semana Nacional de Prevenção à Saúde do Jovem:

I - estimular ações preventivas e campanhas educativas relacionadas à saúde dos jovens;

II - promover debates e outros eventos sobre as políticas públicas de atenção integral à saúde dos jovens e riscos de doenças;

III - apoiar as atividades organizadas e desenvolvidas pela sociedade civil em prol da prevenção à saúde do jovem;

IV - difundir as medidas de proteção à saúde dos jovens em relação às doenças que mais os atingem.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 3679/2019 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 732/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:18:32.1173 - MESA

DOC n.1642/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

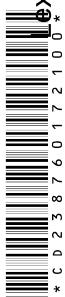
Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 3.679, de 2019, da Câmara dos Deputados, que “Institui a Semana Nacional de Prevenção à Saúde do Jovem”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

ExEdit




Pa

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 3679/2019 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 5372, DE 2019

Institui a Semana de Conscientização e Prevenção dos Males Causados pelo Uso Precoce e de Longa Duração de Dispositivos Eletrônicos por Bebês e Crianças.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1816023&filename=PL-5372-2019



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5372/2019 [1 de 3]




CÂMARA DOS DEPUTADOS

Institui a Semana de Conscientização e Prevenção dos Males Causados pelo Uso Precoce e de Longa Duração de Dispositivos Eletrônicos por Bebês e Crianças.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana de Conscientização e Prevenção dos Males Causados pelo Uso Precoce e de Longa Duração de Dispositivos Eletrônicos por Bebês e Crianças, a ser celebrada, anualmente, na primeira semana de novembro.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se dispositivos eletrônicos telefones celulares, tablets, computadores e novas tecnologias provenientes da modernização eletrônica.

Art. 2º Na Semana de Conscientização e Prevenção dos Males Causados pelo Uso Precoce e de Longa Duração de Dispositivos Eletrônicos por Bebês e Crianças, poderão ser realizadas palestras e reuniões elucidativas e preventivas destinadas à população nas redes pública e privada de ensino e de saúde, propaganda em emissoras de rádio e de televisão e distribuição de informativos, entre outras ações.

Art. 3º Para a execução das ações previstas no art. 2º deste artigo, o poder público poderá firmar convênios e parcerias com entidades afins.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 5372/2019 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 751/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 5.372, de 2019, da Câmara dos Deputados, que “Institui a Semana de Conscientização e Prevenção dos Males Causados pelo Uso Precoce e de Longa Duração de Dispositivos Eletrônicos por Bebês e Crianças”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://www.sigs.unicamp.br/certificado-assinatura/certificacao.html>

Avulso do PL 5372/2019 [3 de 3]



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 6495, DE 2019

Denomina Rodovia Doutor Luciano Heitor Beiguelman o trecho da rodovia BR-153 entre os Municípios de Icém e Nova Granada, no Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1848114&filename=PL-6495-2019



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6495/2019 [1 de 3]

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Denomina Rodovia Doutor Luciano Heitor Beiguelman o trecho da rodovia BR-153 entre os Municípios de Icém e Nova Granada, no Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominado Rodovia Doutor Luciano Heitor Beiguelman o trecho de 28 km (vinte e oito quilômetros) da rodovia BR-153 entre os Municípios de Icém e Nova Granada, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 6495/2019 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 737/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 6.495, de 2019, da Câmara dos Deputados, que “Denomina Rodovia Doutor Luciano Heitor Beiguelman o trecho da rodovia BR-153 entre os Municípios de Icém e Nova Granada, no Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Pelo termo da assinatura, devo ser intitulado como autor do documento assinado, Luciano Ribeiro.

Avulso do PL 6495/2019 [3 de 31]



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AC8B88F9005B50BD.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 394, DE 2020

Cria a Rota Turística Histórica Belém-Bragança, no Estado do Pará.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1860114&filename=PL-394-2020



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 394/2020 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria a Rota Turística Histórica Belém-Bragança, no Estado do Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei cria a Rota Turística Histórica Belém-Bragança, no Estado do Pará, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e social da Amazônia Atlântica.

Art. 2º Fica criada a Rota Turística Histórica Belém-Bragança nos Municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará, Castanhal, São Francisco do Pará, Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Capanema, Tracuateua e Bragança, no Estado do Pará, a qual abrangerá atividades de turismo urbano e rural.

Art. 3º A estruturação, a gestão e a promoção dos atrativos turísticos consubstanciados na Rota Turística Histórica Belém-Bragança receberão o apoio dos programas oficiais destinados ao fortalecimento da regionalização do turismo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 394/2020 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 738/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 394, de 2020, da Câmara dos Deputados, que “Cria a Rota Turística Histórica Belém-Bragança, no Estado do Pará”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://sigadweb.senado.gov.br/verificaAssinatura/avulso.aspx?avulsoId=100000>
 Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 394/2020 [3 de 3]

DOC n.1619/2023
 Apresentação: 21/12/2023 15:17:48:013 - MESA





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 3989, DE 2020

Confere o título de Capital Nacional da Moda Íntima ao Município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1917414&filename=PL-3989-2020



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3989/2020 [1 de 3]

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Confere o título de Capital Nacional da Moda Íntima ao Município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica conferido o título de Capital Nacional da Moda Íntima ao Município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 3989/2020 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 752/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 3.989, de 2020, da Câmara dos Deputados, que “Confere o título de Capital Nacional da Moda Íntima ao Município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://sigad.senado.gov.br/verificacao-assinatura/camara/legis/2023/45570/>.
 Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 3989/2020 [3 de 3]

DOC n.1623/2023

Apresentação: 21/12/2023 15:17:48:013 - MESA

LexEdit

* C D 2 3 8 7 4 3 9 7 6 7 0 0 *



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 235, DE 2021

Institui a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Crianças.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1960793&filename=PL-235-2021



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 235/2021 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Institui a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Crianças.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Crianças, a ser celebrada, anualmente, na primeira semana do mês de junho.

§ 1º Na Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Crianças, as escolas, as unidades de saúde e outros estabelecimentos públicos realizarão atividades para incentivar a prevenção a acidentes com crianças.

§ 2º Deverão ser realizadas, como parte do programa de prevenção a acidentes, atividades lúdicas, encontros e cursos de cuidados básicos e emergenciais nos ambientes em que houver crianças.

§ 3º Serão convidados médicos, educadores e o corpo de bombeiros estadual para esclarecimentos sobre as formas mais adequadas de prevenção a acidentes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 753/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 235, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Institui a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Crianças”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://sigadweb.senado.gov.br/verificaAssinatura/avulso.aspx?avulsoId=77020100>
 Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 235/2021 [3 de 3]

DOC n.1605/2023
 Apresentação: 21/12/2023 15:17:48:013 - MESA





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 3356, DE 2021

Confere o título de Capital Nacional do Capim Dourado ao Município de Mateiros, no Estado do Tocantins.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2081544&filename=PL-3356-2021



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3356/2021 [1 de 3]

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Confere o título de Capital Nacional do Capim Dourado ao Município de Mateiros, no Estado do Tocantins.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica conferido o título de Capital Nacional do Capim Dourado ao Município de Mateiros, no Estado do Tocantins.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 3356/2021 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 743/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:17:48.013 - MESA

DOC n.1620/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 3.356, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Confere o título de Capital Nacional do Capim Dourado ao Município de Mateiros, no Estado do Tocantins”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

ExEdit




P...
 Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 3356/2021 [3 de 3]



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 3724, DE 2021

Reconhece como manifestação da cultura nacional os blocos e as bandas de carnaval.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2094389&filename=PL-3724-2021



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3724/2021 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Reconhece como manifestação da cultura nacional os blocos e as bandas de carnaval.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam reconhecidos como manifestação da cultura nacional os blocos e as bandas de carnaval, incluídos seus desfiles, sua música, suas práticas e suas tradições.

Art. 2º Compete ao poder público garantir a livre atividade dos blocos e das bandas de carnaval e a realização de seus desfiles carnavalescos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 3724/2021 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 744/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:17:48.013 - MESA

DOC n.1614/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 3.724, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Reconhece como manifestação da cultura nacional os blocos e as bandas de carnaval”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

ExEdit

 * c 0 2 3 6 1 7 0 0 7 1 1 0 0 *



P...
 Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 3724/2021 [3 de 3]



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 4214, DE 2021

Institui o Dia Nacional do Medicamento Biossimilar.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2114707&filename=PL-4214-2021



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4214/2021 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Institui o Dia Nacional do Medicamento Biossimilar.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o dia 16 de dezembro como o Dia Nacional do Medicamento Biossimilar.

Art. 2º Fica instituído o dia 16 de dezembro como o Dia Nacional do Medicamento Biossimilar.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 4214/2021 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 754/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 4.214, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Institui o Dia Nacional do Medicamento Biossimilar”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Pelo visto, o assinatário, desde então, não mais desempenha funções na autarquia. Assinado em 10/02/2016.
Assinado eletronicamente pelo(a) Den. Luciano Rívaro

Avulso do PL 4214/2021 [3 de 3]

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Rivero



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AC8B88F9005B50BD.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 771, DE 2022

Denomina Antônio Carlos Belchior o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Fortaleza, no Estado do Ceará.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2153889&filename=PL-771-2022



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 771/2022 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Denomina Antônio Carlos Belchior o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Fortaleza, no Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominado Antônio Carlos Belchior o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Fortaleza, no Estado do Ceará.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 771/2022 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 745/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:17:48.013 - MESA

DOC n.1617/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 771, de 2022, da Câmara dos Deputados, que “Denomina Antônio Carlos Belchior o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Fortaleza, no Estado do Ceará”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

ExEdit




Pela assinatura eletrônica, realizada em 21/12/2023, às 15:17:48.
 Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 771/2022 [3 de 3]



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 1846, DE 2022

Confere o título de Capital Nacional do Doce ao Município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2194081&filename=PL-1846-2022



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1846/2022 [1 de 3]

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Confere o título de Capital Nacional do Doce ao Município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica conferido o título de Capital Nacional do Doce ao Município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 1846/2022 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 755/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:17:48:013 - MESA

DOC n.1600/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.846, de 2022, da Câmara dos Deputados, que “Confere o título de Capital Nacional do Doce ao Município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

LexEdit




Para verificar a assinatura, acesse <https://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?area=avulso&codAvulso=1600&data=21/12/2023&ordem=1>
 Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 1846/2022 [3 de 3]



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 1945, DE 2022

Reconhece como manifestação da cultura nacional a Festa de São Vito, realizada no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2196457&filename=PL-1945-2022



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1945/2022 [1 de 3]

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Reconhece como manifestação da cultura nacional a Festa de São Vito, realizada no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica reconhecida como manifestação da cultura nacional a Festa de São Vito, realizada no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 1945/2022 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 746/2023/PS-GSE

Apresentação: 21/12/2023 15:17:48.013 - MESA

DOC n.1609/2023

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.945, de 2022, da Câmara dos Deputados, que “Reconhece como manifestação da cultura nacional a Festa de São Vito, realizada no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

ExEdit



* c 0 2 3 4 2 3 2 7 8 5 9 0 0 *



P...
 Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 1945/2022 [3 de 3]



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 2886, DE 2022

Institui o Dia Nacional do Guia de Turismo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2218970&filename=PL-2886-2022



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2886/2022 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Institui o Dia Nacional do Guia de Turismo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Guia de Turismo, a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de maio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 2886/2022 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 757/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:17:48.013 - MESA

DOC n.1603/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.886, de 2022, da Câmara dos Deputados, que “Institui o Dia Nacional do Guia de Turismo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

ExEedit




Para verificar a assinatura, acesse <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?chamada=1&menu=1&acao=1&id=1&sig=1&versao=1&menuSig=1>
 Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 2886/2022 [3 de 3]



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 3231, DE 2023

Institui o Dia Nacional do Imigrante Grego.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2292590&filename=PL-3231-2023



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3231/2023 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Institui o Dia Nacional do Imigrante Grego.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 21 de setembro como o Dia Nacional do Imigrante Grego, a ser celebrado, anualmente, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 3231/2023 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 759/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 3.231, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Institui o Dia Nacional do Imigrante Grego”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, clique [aqui](#)/menu de documento assinar documento/verificar.

Avulso do PL 3231/2023 [3 de 3]



ExEdit



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 3885, DE 2023

Institui o Dia Nacional do Policial Penal.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2310045&filename=PL-3885-2023



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3885/2023 [1 de 3]

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Institui o Dia Nacional do Policial Penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Policial Penal, a ser comemorado em todo o território nacional, anualmente, no dia 4 de dezembro.

Art. 2º O Dia Nacional do Policial Penal passa a integrar o calendário oficial nacional de eventos comemorativos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 3885/2023 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 748/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:17:48.013 - MESA

DOC n.1621/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 3.885, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Institui o Dia Nacional do Policial Penal”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

ExEdit

 * c 0 2 3 7 2 9 8 8 0 9 0 0 *



P...
 Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 3885/2023 [3 de 3]



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 5867, DE 2023

Institui o Dia do Rei Pelé.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2371035&filename=PL-5867-2023



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5867/2023 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Institui o Dia do Rei Pelé.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Rei Pelé, a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de novembro, data em que marcou seu milésimo gol no ano de 1969.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 5867/2023 [2 de 3]



Data do Documento: 21/12/2023

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 318/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 5.867, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Institui o Dia do Rei Pelé”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA
Presidente



Assi

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2381430

Avulso do PL 5867/2023 [3 de 3]

2381430



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 6201, DE 2023

(nº 6642/2009, na Câmara dos Deputados)

Denomina Rodovia Governador Benedito Valadares o trecho da rodovia BR-262 entre o Km 352,5 e o Km 426, no Estado de Minas Gerais.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=726885&filename=PL-6642-2009



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6201/2023 [1 de 3]

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Denomina Rodovia Governador Benedito Valadares o trecho da rodovia BR-262 entre o Km 352,5 e o Km 426, no Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominado Rodovia Governador Benedito Valadares o trecho da rodovia BR-262 entre o Km 352,5, no entroncamento com a BR-381, no Município de Betim, Estado de Minas Gerais, e o Km 426, no entroncamento com a BR-494.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 6201/2023 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 715/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:18:32.1173 - MESA

DOC n.1640/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 6.642, de 2009, da Câmara dos Deputados, que “Denomina Rodovia Governador Benedito Valadares o trecho da rodovia BR-262 entre o Km 352,5 e o Km 426, no Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário



Pa
 Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 6201/2023 [3 de 3]



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 6202, DE 2023

(nº 11144/2018, na Câmara dos Deputados)

Institui o Dia Nacional do Médico Ultrassonografista.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1698116&filename=PL-11144-2018



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6202/2023 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Institui o Dia Nacional do Médico Ultrassonografista.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 21 de agosto como o Dia Nacional do Médico Ultrassonografista.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 6202/2023 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 726/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:18:32.1173 - MESA

DOC n.1635/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

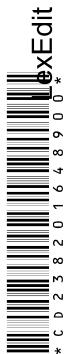
Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 11.144, de 2018, da Câmara dos Deputados, que “Institui o Dia Nacional do Médico Ultrassonografista”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário



Pa

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 6202/2023 [3 de 3]



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 6203, DE 2023

(nº 5824/2013, na Câmara dos Deputados)

Institui a Semana Nacional da Saúde Vascular.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1102850&filename=PL-5824-2013



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6203/2023 [1 de 3]

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Institui a Semana Nacional da Saúde Vascular.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana Nacional da Saúde Vascular, a ser celebrada, anualmente, na semana que compreender o dia 17 de agosto.

Art. 2º Na Semana Nacional da Saúde Vascular, serão desenvolvidas atividades educativas, informativas, de promoção e de conscientização sobre a importância em se prevenir, controlar e diagnosticar as doenças vasculares na população.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 6203/2023 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 717/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:18:32.1173 - MESA

DOC n.1637/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 5.824, de 2013, da Câmara dos Deputados, que “Institui a Semana Nacional da Saúde Vascular”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

ExEdit




Pa

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 6203/2023 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 6204, DE 2023

(nº 1133/2015, na Câmara dos Deputados)

Declara o educador Anísio Teixeira Patrono da Escola Pública Brasileira.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1320741&filename=PL-1133-2015



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6204/2023 [1 de 3]

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Declara o educador Anísio Teixeira
Patrônio da Escola Pública Brasileira.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei declara o educador Anísio Teixeira
Patrônio da Escola Pública Brasileira.

Art. 2º Fica declarado Patrônio da Escola Pública
Brasileira o educador Anísio Teixeira.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 6204/2023 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 718/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:18:32:173 - MESA

DOC n.1629/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

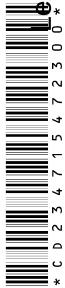
Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.133, de 2015, da Câmara dos Deputados, que “Declara o educador Anísio Teixeira Patrono da Escola Pública Brasileira”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

ExEdit




Pa

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 6204/2023 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 6205, DE 2023

(nº 6419/2016, na Câmara dos Deputados)

Denomina Rodovia Janaína Borges de Oliveira o trecho da rodovia BR-116 entre os bairros Ruy Coelho Gonçalves e Jardim Santa Rita, na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1502598&filename=PL-6419-2016



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6205/2023 [1 de 3]

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Denomina Rodovia Janaína Borges de Oliveira o trecho da rodovia BR-116 entre os bairros Ruy Coelho Gonçalves e Jardim Santa Rita, na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominado Rodovia Janaína Borges de Oliveira o trecho da rodovia BR-116 entre os bairros Ruy Coelho Gonçalves e Jardim Santa Rita, na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 6205/2023 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 720/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:18:32:173 - MESA

DOC n.1626/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 6.419, de 2016, da Câmara dos Deputados, que “Denomina Rodovia Janaína Borges de Oliveira o trecho da rodovia BR-116 entre os bairros Ruy Coelho Gonçalves e Jardim Santa Rita, na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário



Pa

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 6205/2023 [3 de 3]



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 6206, DE 2023

(nº 10388/2018, na Câmara dos Deputados)

Denomina Passarela Aureliano Henriques Brotto a passarela situada no Km 201,7 da BR-116, Rodovia Presidente Dutra, no Município de Arujá, no Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1666773&filename=PL-10388-2018



[Página da matéria](#)

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Denomina Passarela Aureliano Henriques Brotto a passarela situada no Km 201,7 da BR-116, Rodovia Presidente Dutra, no Município de Arujá, no Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominada Passarela Aureliano Henriques Brotto a passarela situada no Km 201,7 da BR-116, Rodovia Presidente Dutra, no Município de Arujá, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 6206/2023 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 723/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:18:32.1173 - MESA

DOC n.1639/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 10.388, de 2018, da Câmara dos Deputados, que “Denomina Passarela Aureliano Henriques Brotto a passarela situada no Km 201,7 da BR-116, Rodovia Presidente Dutra, no Município de Arujá, no Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

ExEdit




Pa

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 6206/2023 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 6207, DE 2023

(nº 10706/2018, na Câmara dos Deputados)

Declara o Município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, como a Suíça Brasileira.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1679690&filename=PL-10706-2018



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6207/2023 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Declara o Município de Nova Friburgo,
no Estado do Rio de Janeiro, como a
Suíça Brasileira.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica declarado o Município de Nova Friburgo,
no Estado do Rio de Janeiro, como a Suíça Brasileira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 6207/2023 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 724/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:18:32.1173 - MESA

DOC n.1632/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 10.706, de 2018, da Câmara dos Deputados, que “Declara o Município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, como a Suíça Brasileira”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário



Pa

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 6207/2023 [3 de 3]



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 6208, DE 2023

(nº 10978/2018, na Câmara dos Deputados)

Reconhece o Município de Ubatuba, no Estado de São Paulo, como Capital Nacional da Mata Atlântica.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1692254&filename=PL-10978-2018



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6208/2023 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Reconhece o Município de Ubatuba, no Estado de São Paulo, como Capital Nacional da Mata Atlântica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica reconhecido o Município de Ubatuba, no Estado de São Paulo, como Capital Nacional da Mata Atlântica.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 6208/2023 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 725/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:18:32.1173 - MESA

DOC n.1627/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 10.978, de 2018, da Câmara dos Deputados, que “Reconhece o Município de Ubatuba, no Estado de São Paulo, como Capital Nacional da Mata Atlântica”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário



Pa

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 6208/2023 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 6213, DE 2023

(nº 8121/2017, na Câmara dos Deputados)

Denomina Ponte Nicanor Azambuja, João Dóglia e Diogo Madruga a ponte sobre o Rio Camaquã, na rodovia BR-153, na divisa dos Municípios de Bagé e Caçapava do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1581861&filename=PL-8121-2017



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6213/2023 [1 de 3]

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Denomina Ponte Nicanor Azambuja, João Dóglia e Diogo Madruga a ponte sobre o Rio Camaquã, na rodovia BR-153, na divisa dos Municípios de Bagé e Caçapava do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominada Ponte Nicanor Azambuja, João Dóglia e Diogo Madruga, em toda a sua extensão, a ponte sobre o Rio Camaquã, na rodovia BR-153, na divisa entre os Municípios de Bagé e Caçapava do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 6213/2023 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 721/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:18:32.1173 - MESA

DOC n.1638/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 8.121, de 2017, da Câmara dos Deputados, que “Denomina Ponte Nicanor Azambuja, João Dóglia e Diogo Madruga a ponte sobre o Rio Camaquã, na rodovia BR-153, na divisa dos Municípios de Bagé e Caçapava do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário



Pa

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 6213/2023 [3 de 3]

Ofícios da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 734/2023/PS-GSE

Apresentação: 21/12/2023 15:17:48:013 - MESA

DOC n.1616/2023

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Comunica envio de proposição à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado e encaminhado à sanção o Projeto de Lei nº 4.034, de 2019, do Senado Federal, que “Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para estabelecer que os valores recebidos a título de auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens não serão considerados renda para fins de elegibilidade a programas socioassistenciais”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235890991800>
 Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



* C D 2 3 5 8 9 0 9 9 1 8 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 750/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 21/12/2023 15:17:48.013 - MESA

DOC n.1602/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Comunica envio de proposição à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado e encaminhado à sanção o Projeto de Lei nº 428, de 2021, do Senado Federal, que “Inscreve o nome de Lauro Nina Sodré e Silva no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

ExEdit

 * c d 2 3 0 0 0 3 7 7 5 9 0 0 *



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230003775900>
 Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 765/2023/PS-GSE

Apresentação: 22/12/2023 15:10:54.183 - MESA

DOC n.1650/2023

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Comunica envio de proposição à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado e encaminhado à sanção o Projeto de Lei nº 5.610, de 2023, do Senado Federal, que “Altera a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para prorrogar o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto)”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

Barcode: * C D 2 3 1 0 0 5 7 9 6 9 0 0 *
 Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231005796900>
 Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 6200, DE 2023

Altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, a fim de aprimorar o funcionamento dos consórcios públicos.

AUTORIA: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6200/2023 [1 de 7]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/23297.11778-40

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, a fim de aprimorar o funcionamento dos consórcios públicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

.....
§ 6º O protocolo de intenções deverá ser acompanhado de prévio estudo de planejamento estratégico e de viabilidade técnica, financeira e orçamentária do consórcio público.” (NR)

“Art. 9º-A Os consórcios públicos deverão:

I – publicar relatórios técnico-financeiros anuais detalhados, bem como realizar auditorias independentes e avaliações de desempenho regulares, que avaliem a eficácia do consórcio na prestação de serviços públicos e na realização de seus objetivos;

II – implementar práticas de governança corporativa, incluindo a definição clara de funções e responsabilidades, a implementação de mecanismos de controle interno e a promoção da ética e da integridade em suas atividades;

III – elaborar e implementar planos estratégicos e operacionais, bem como sistemas de avaliação de resultados,



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9626204237>

Avulso do PL 6200/2023 [2 de 7]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/23297.11778-40

visando à melhoria contínua de suas atividades e ao alcance de seus objetivos;

IV – implementar práticas de gestão de recursos que promovam a eficiência na utilização e na alocação de recursos, incluindo a adoção de sistemas de controle e monitoramento de recursos;

V – implementar sistemas de gestão de riscos e de contingências, visando à identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de riscos que possam afetar a realização de seus objetivos ou o cumprimento de suas obrigações;

VI – incorporar princípios e práticas de gestão ambiental e sustentabilidade em suas atividades, visando à preservação do meio ambiente, ao uso racional dos recursos naturais e à promoção do desenvolvimento nacional sustentável;

VII – promover a participação da sociedade civil em suas decisões e atividades, por meio de consultas públicas, audiências públicas, conselhos de representantes da sociedade civil e outros mecanismos de participação popular.”

“Art. 15-A. Os consórcios públicos, constituídos como pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, devem observar as disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a fim de concretizar os princípios da publicidade e da transparência.

§ 1º É obrigatória a criação e a manutenção, por cada consórcio público, de sítio eletrônico próprio, em que sejam disponibilizadas, de forma clara, objetiva e completa, as informações referentes ao respectivo consórcio.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º deste artigo, os entes da Federação consorciados poderão instituir sítio eletrônico oficial para divulgação complementar de informações referentes aos consórcios públicos que integram.

§ 3º A divulgação no sítio eletrônico oficial do consórcio é condição indispensável para a eficácia dos contratos e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de vinte dias úteis, contados da data de sua assinatura.

§ 4º Serão obrigatoriamente divulgados no sítio eletrônico do consórcio, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo:

I – os instrumentos do protocolo de intenções, do contrato de consórcio público ou do convênio de cooperação, do contrato de



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9626204237>

Avulso do PL 6200/2023 [3 de 7]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/23297.11778-40

rateio, do contrato de programa e de eventuais aditamentos a esses contratos;

II – o estatuto do consórcio público e as atas das reuniões da assembleia-geral do consórcio e dos demais órgãos colegiados que o compõe, bem como os documentos por eles produzidos;

III – informações relativas aos convênios, contratos e acordos de qualquer natureza celebrados pelos consórcios públicos, bem como informações relativas aos auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas por eles recebidos;

IV – os relatórios técnico-financeiros anuais e os relatórios de auditorias independentes e de avaliações de desempenho previstos no art. 9º-A, inciso I, desta Lei.”

“Art. 15-B. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências e recursos disponíveis, deverão promover e fomentar a capacitação e o suporte no âmbito dos consórcios públicos.

§ 1º A capacitação e o suporte mencionados no *caput* deste artigo incluirão, mas não se limitarão a, assistência técnica e financeira, bem como treinamento para os empregados públicos contratados pelo consórcio e para os servidores públicos a ele cedidos.

§ 2º A União, por meio de seus órgãos competentes, poderá estabelecer programas de capacitação e de assistência técnica e financeira para os consórcios públicos em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão desenvolver ações próprias de capacitação e de assistência técnica e financeira para os consórcios públicos.

§ 4º As ações de capacitação e de assistência técnica e financeira deverão ser planejadas e executadas de forma a atender às necessidades específicas de cada consórcio público, considerando suas características, objetivos e área de atuação.”

Art. 2º Fica revogado o § 2º do art. 1º da Lei nº 11.107, de 2005.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 dias da data de sua publicação oficial.



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9626204237>

Avulso do PL 6200/2023 [4 de 7]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/23297.11778-40

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por objetivo aprimorar o funcionamento dos consórcios públicos no Brasil, em especial os consórcios intermunicipais, por meio de alterações na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que rege a matéria em nível nacional.

A atuação harmônica dos entes federados, no âmbito do federalismo cooperativo, compreende a gestão associada de serviços públicos comuns, que é incentivada pelo art. 241 da Constituição da República, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, o qual prevê a figura dos consórcios públicos e dos convênios de cooperação.

Os consórcios públicos intermunicipais são instrumentos de cooperação federativa que permitem a gestão compartilhada de serviços públicos de interesse comum entre Municípios, com ou sem a participação da União ou dos Estados. Esses instrumentos podem trazer benefícios como a economia de escala, a otimização de recursos, a ampliação da capacidade técnica e administrativa e a promoção do desenvolvimento regional.

Segundo dados da Plataforma Nacional de Consórcios Públicos Intermunicipais, atualmente existem 491 consórcios públicos intermunicipais no Brasil, abrangendo 4.382 Municípios e 78,6% da população brasileira. Esses consórcios atuam em diversas áreas, como saúde, meio ambiente, desenvolvimento regional, saneamento, educação, turismo, entre outras.

O projeto, de início, promove a revogação do polêmico dispositivo que impede a participação da União em consórcios com Municípios sem a presença dos Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios envolvidos (§ 2º do art. 1º da Lei nº 11.107, de 2005).

Entendemos que a referida restrição é, de um lado, inconstitucional, por violar a autonomia federativa da União e dos



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9626204237>

Avulso do PL 6200/2023 [5 de 7]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/23297.11778-40

Municípios (princípio federativo, art. 18 da Constituição); e, de outro, inóportuno e contrário ao interesse público, pois os interesses e as necessidades da União e dos Municípios nem sempre coincidem com os interesses e as necessidades dos Estados, não sendo razoável e proporcional condicionar a atuação consorciada dos demais entes à vontade dos entes estaduais.

Entre outros pontos, o projeto passa a exigir dos consórcios públicos o cumprimento de melhores práticas de governança corporativa e a observância das normas de transparência, bem como incrementa mecanismos de prestação de contas, com a realização de relatórios técnico-financeiros, auditorias independentes e avaliações de desempenho regulares, de modo a ajudar a garantir que os consórcios públicos possam operar de maneira mais eficaz e responsável.

As alterações legislativas propostas têm o potencial de melhorar significativamente o funcionamento dos consórcios públicos, especialmente os intermunicipais. Ao exigir melhores práticas de governança corporativa e estabelecer a obrigatoriedade de desenvolvimento de instrumentos para capacitação e suporte, podemos ajudar a garantir que os consórcios públicos sejam capazes de atingir seus objetivos e fornecer, de forma eficaz, serviços públicos de qualidade.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, de dezembro de 2023.

Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9626204237>

Avulso do PL 6200/2023 [6 de 7]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - art18
 - art241
- Emenda Constitucional nº 19, de 1998 - Reforma Administrativa (1998) - 19/98
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:1998;19>
- Lei nº 11.107, de 6 de Abril de 2005 - Lei de Consórcios Públicos - 11107/05
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2005;11107>
 - art1_par2
- Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação, LAI - 12527/11
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2011;12527>

Avulso do PL 6200/2023 [7 de 7]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 6212, DE 2023

Altera o art. 234-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 14.069, de 02 de outubro de 2020, para permitir a consulta pública do nome completo e cadastro de pessoa física das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, garantindo-se o sigilo das informações relativas à vítima, bem como determina o desenvolvimento de um sistema denominado “Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais”.

AUTORIA: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6212/2023 [1 de 6]



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Altera o art. 234-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 14.069, de 02 de outubro de 2020, para permitir a consulta pública do nome completo e cadastro de pessoa física das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, garantindo-se o sigilo das informações relativas à vítima, bem como determina o desenvolvimento de um sistema denominado “Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais”.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 234-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a viger com a seguinte redação:

“Art. 234-B. Os processos em que se apuram crimes definidos neste Título ocorrerão em segredo de justiça, no tocante às informações relacionadas à vítima.

§ 1º O sistema de consulta processual deve tornar públicos o nome completo do réu, o Cadastro Nacional de Pessoas Física e a tipificação penal do fato, a partir da condenação em primeira instância, atualizada a cada etapa dos autos, sendo possível o acesso em consulta pública.

§ 2º O descumprimento do disposto nesta lei acarretará ao órgão responsável a responsabilização administrativa e civil correspondentes.



Assinado eletronicamente por Sen. Margareth Buzetti

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9569970051>

Avulso do PL 6212/2023 [2 de 6]



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

§ 3º Caso o réu seja inocentado, em grau recursal, deve-se implementar o sigilo dos dados expostos, após o trânsito em julgado.” (NR)

Art. 2º Altera o artigo 2º da Lei nº 14.069 de 1º de outubro de 2020, incluindo o parágrafo único, que terá a seguinte redação:

“Art.2º

.....
 Parágrafo único: Fica determinado o desenvolvimento de um sistema denominado “Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais”, criado a partir dos dados constantes no Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crimes de Estupro, que permitirá a consulta pública do nome completo e cadastro de pessoa física das pessoas condenadas por esse crime.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei busca equilibrar os direitos envolvidos em processos de crimes cometidos contra a dignidade sexual, assegurando-se, de um lado, a intimidade da vítima, e, de outro, coibindo a prática de novos crimes, mediante a publicização dos dados do condenado em 1ª instância por cometimento de um crime dessa natureza.

Com efeito, a possibilidade de consulta processual pelo nome do condenado, com a devida identificação do crime tipificado na persecução penal, permite o acompanhamento dos casos pela população, colaborando para a transparência do sistema de justiça e para a prevenção de novos delitos. Além disso, o acesso às informações pode incentivar denúncias e auxiliar na identificação de possíveis padrões de comportamento criminoso.

Cabe mencionar que alguns estados brasileiros já têm desenvolvido aplicativos que permitem facilitar os meios de denúncias, bem como a identificação de agressores que cometem crimes contra a mulher,



Assinado eletronicamente por Sen. Margareth Buzetti

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9569970051>

Avulso do PL 6212/2023 [3 de 6]



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

por razões da condição do sexo feminino. Todavia, verifica-se que a legislação penal vigente, impossibilita a implementação dos referidos mecanismos tecnológicos no que tange aos crimes contra a dignidade sexual, pois a imposição generalizada de sigilo acaba por colocar no anonimato também os seus investigados.

Isso porque, quando o procedimento ou a ação judicial corre sob sigilo processual, a pesquisa processual em nome do investigado, ou até mesmo condenado, torna-se ineficaz, anulando qualquer possibilidade do cidadão comum se precaver de novos atos criminosos, inclusive contra crianças e adolescentes.

Ademais, na legislação atual, o empregador ao proceder pesquisa processual a fim de obter os antecedentes criminais e condutas sociais daquele candidato à oportunidade empregatícia pode localizar crimes como homicídio, latrocínio, furto, roubo, dentre outros, mas não consegue se precaver quanto aos candidatos com condutas voltadas a prática de crimes sexuais.

No entanto, prossegue sendo de extrema importância a garantia do sigilo absoluto das informações relativas à vítima dos crimes sexuais, pois a divulgação dessas informações pode repercutir negativamente em sua esfera pessoal, violando seu direito à privacidade e favorecendo eventuais represálias e estigmatizações.

Portanto, este projeto de lei continua a preservar a intimidade da vítima de crimes contra a dignidade sexual, nos termos do atual art. 243-B do Código Penal, ao tempo em que passa a publicizar o nome e o tipo penal daquele indivíduo a partir da condenação em 1^a instância por esse tipo de crime, impedindo, deste modo, que o sigilo facilite novas práticas delitivas.

Além disso, em sua segunda parte, é necessário mencionar que uma das medidas de prevenção do crime contra a dignidade sexual é o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro. Esse cadastro foi criado pela Lei nº 12.650, de 17 de maio de 2012, e atualizado pela Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020. O objetivo do cadastro é



Assinado eletronicamente por Sen. Margareth Buzetti

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9569970051>

Avulso do PL 6212/2023 [4 de 6]



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

garantir que os condenados por esse tipo de crime sejam monitorados e impedidos de voltar a cometer essa violência.

Contudo, os dados do cadastro não são públicos, o que dificulta o acesso da sociedade às informações sobre os condenados por esse tipo de crime. Isso acaba limitando a capacidade das mulheres, das crianças e dos adolescentes de se protegerem e de se prevenirem em relação a essas pessoas.

Nesse sentido, é fundamental alterar a lei atual para tornar público os dados do cadastro nacional de pessoas condenadas por crime de estupro pelo menos no que diz respeito ao nome completo e cadastro de pessoa física da pessoa condenada.

Essa medida poderá contribuir para o aumento da segurança da sociedade de forma geral, mas principalmente do público alvo dos crimes contra a dignidade sexual, que são as mulheres, as crianças e os adolescentes. Além disso, é uma forma de garantir a transparéncia das informações e ampliar o acesso da sociedade a esses dados.

Assim, a proposta de alteração da lei tem por objetivo possibilitar a criação de um sistema denominado “Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais”, desenvolvido a partir dos dados constantes no Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crimes de Estupro, que permitirá a consulta pública do nome completo e cadastro de pessoa física das pessoas condenadas por esse crime.

Por todos esses motivos, esperamos contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora MARGARETH BUZETTI



Assinado eletronicamente por Sen. Margareth Buzetti

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9569970051>

Avulso do PL 6212/2023 [5 de 6]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- art234-2

- Lei nº 12.650, de 17 de Maio de 2012 - Lei Joanna Maranhão - 12650/12
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12650>

- Lei nº 14.069, de 1º de Outubro de 2020 - LEI-14069-2020-10-01 - 14069/20
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2020;14069>

- art2



Proposta de Emenda à Constituição





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 72, DE 2023

Altera o art. 155 da Constituição Federal para conceder imunidade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores a veículos terrestres de passageiros com vinte anos ou mais de fabricação.

AUTORIA: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG) (1º signatário), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)



[Página da matéria](#)

Avulso da PEC 72/2023 [1 de 5]



SENADO FEDERAL

GABINETE DO SENADOR CLEITINHO

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° , DE
2023**

SF/23969.92104-20

Altera o art. 155 da Constituição Federal para conceder imunidade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores a veículos terrestres de passageiros com vinte anos ou mais de fabricação.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso III do § 6º do art. 155 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “e”:

“Art. 155.

.....

§ 6º

.....

III –

.....

e) veículos terrestres de passageiros com vinte anos ou mais de fabricação.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –
Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2891956632>

Avulso da PEC 72/2023 [2 de 5]



SENADO FEDERAL

JUSTIFICAÇÃO

A reforma tributária, recentemente aprovada por este Congresso Nacional, deu um grande passo rumo à justiça fiscal, passando a prever expressamente que o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) incidirá sobre veículos terrestres, aquáticos e aéreos, com exceção dos expressamente previstos no art. 155, § 6º, inciso III, em relação aos quais foi concedida imunidade tributária.

Tal iniciativa resolveu uma antiga incongruência em nosso Sistema Tributário Nacional, que permitia a tributação de automóveis, desde os mais simples, mas impedia a tributação de barcos e aeronaves, veículos, em regra, pertencentes a pessoas com maior poder aquisitivo.

A despeito do avanço, a nosso ver faltou à reforma lidar com outro aspecto importante relativo à justiça fiscal: a tributação de automóveis terrestres de passageiros com muitos anos de fabricação. Em recente pesquisa realizada pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores – Sindipeças –, constatou-se que a frota de veículos em circulação no Brasil é a mais velha desde 1995. De 2020 a 2021, veículos com mais de 20 anos passaram de 2,5 para 3,6 milhões. Esse cenário se deveu, principalmente, à pandemia da Covid-19, que ocasionou um aumento considerável no preço dos veículos, inclusive em relação aos usados, e à queda do poder aquisitivo da população.

Entendemos, diante disso, que os princípios da justiça fiscal e da capacidade econômica requerem deste Congresso a tomada de medidas para assegurar a esses brasileiros a manutenção da propriedade de seus veículos. E nesse contexto a tributação é fator de grande importância, haja vista que para a população de baixa renda, proprietária de automóveis mais antigos, a despesa com o IPVA consome parcela relevante de suas receitas.

Apresentamos, por isso, a presente Proposta de Emenda à Constituição Federal para assegurar a imunidade para os automóveis com vinte anos ou mais de fabricação.

Diante da relevância da medida, solicitamos o apoio dos colegas Parlamentares.



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –
Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2891956632>

Avulso da PEC 72/2023 [3 de 5]





SENADO FEDERAL

Sala das Sessões,

**Senador CLEITINHO
REPUBLICANOS/MG**

SF/23969.92104-20



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –
Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2891956632>

Avulso da PEC 72/2023 [4 de 5]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art60_par3
- art155
- art155_par6_inc3

Avulso da PEC 72/2023 [5 de 5]



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1140, DE 2023

Requer Voto de pesar pelo falecimento de Natalício Luís da Rosa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado e do Vestuário de Santa Clara do Sul, bem como a apresentação de condolências aos familiares, esposa e filhos.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 1140/2023 [1 de 3]



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

SF/23506.90674-45 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Natalício Luís da Rosa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Industria do Calçado e do Vestuário de Santa Clara do Sul, bem como a apresentação de condolências aos familiares, esposa e filhos .

JUSTIFICAÇÃO

O sindicalista e amigo Natalício Luís da Rosa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Industria do Calçado e do Vestuário de Santa Clara do Sul, faleceu no último dia 20 de dezembro, por afogamento, em um camping próximo a cidade onde residia. Deixa a esposa Patrícia, o filho Luís de 12 anos e a pequena Alice de 4 anos.

Natalício foi um lutador em defesa dos direitos dos trabalhadores, dos idosos, dos grupos sociais mais vulneráveis.

A tristeza tomou conta de todos nós, amigos, parentes e trabalhadores dos sindicatos filiados a Federação dos Trabalhadores do Vestuário e do Calçado do Rio Grande do Sul, pela perda do grande líder e companheiro.

Conheci o amigo Natalício, ainda muito jovem, nas labutas sindicais, tenho certeza que perdemos um grande líder, alguém que fazia o bem sem olhar a quem.

Registrarmos nosso pesar também pela perda de Marcos Mallmann, que na tentativa de salvar o companheiro acabou vindo a óbito.

A ausência do amigo e companheiro de tantas jornadas deixa uma lacuna irreparável.

Sua memória e seus ideais permanecerão para sempre e serão faróis a nos guiar.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 2023.

**Senador Paulo Paim
(PT - RS)**

SF/23506.90674-45 (LexEdit)

Avulso do RQS 1140/2023 [3 de 3]



Apresentado o Requerimento nº 1.140, de 2023, do Senador Paulo Paim, solicitando a inserção em ata de *voto de pesar pelo falecimento de Natalício Luís da Rosa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado e do Vestuário de Santa Clara do Sul.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.



Término de Prazos



Encerrou-se em 21 de dezembro o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei nºs 4.146, 4.149, 4.150, de 2023.

Não foi apresentado recurso.

Os Projetos de Lei nºs 4.149 e 4.150, de 2023, aprovados terminativamente pela CEsp, vão à Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei nº 4.146, de 2023, aprovado terminativamente pela CEsp, vai à sanção. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



Encerrou-se em 21 de dezembro o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 106, de 2019; 459, de 2021; 210, de 2022.

Não foram apresentados recursos.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela CCDD, as matérias vão à promulgação.

Em relação ao Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2021, foi detectada a necessidade de correção no nome do Ministério, para que conste a denominação vigente à época da edição da portaria de renovação da autorização.

É o seguinte o texto final ajustado:





SENADO FEDERAL

TEXTO FINAL REVISADO

pelo Núcleo de Redação Legislativa,
nos termos do Regulamento Administrativo do Senado Federal

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 459, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASCOG – Associação Comunitária de Guapó para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guapó, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 5.744, de 20 de dezembro de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 9 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASCOG – Associação Comunitária de Guapó para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guapó, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



ATA DA FRENTA PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DOS MOTOTAXISTAS E MOTOFRENTISTAS





**SENADO FEDERAL
FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DOS
MOTOTAXISTAS E MOTOFRETISTAS**

1ª REUNIÃO DE 2023

**Sete de junho de 2023, QUARTA-FEIRA, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO N° 2 DA
ALA SENADOR NILO COELHO**

Ata Circunstanciada da 1ª reunião de 2023 da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas, realizada em sete de junho de 2023, quarta-feira, às 14h30, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, com o seguinte resultado: ITEM 1 – Instalada a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas na 57ª legislatura; ITEM 2 – Eleita Comissão Executiva; ITEM 3 – Aprovado Regimento Interno; conforme documentos anexos. Publique-se.

Senador ZEQUINHA MARINHO
Presidente





**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57^a LEGISLATURA**

Em 7 de junho de 2023
(quarta-feira)
às 14h30

RESULTADO
1^a Reunião

**FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DOS
MOTOTAXISTAS E MOTOFRETISTAS - FPMDM**

	Instalação e Eleição
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2



Resultado da 1ª Reunião da FPMDM, em 7 de junho de 2023

2

Instalação e Eleição

Assunto / Finalidade:

1. Instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas na 57ª legislatura
2. Eleição do Presidente
3. Aprovação do regimento interno

Participantes:

Raimundo Nonato Alves da Silva
Presidente da Fenamoto

Luiz Carlos Galvão
Presidente do Sindmoto/DF

Fabrício dos Reis Brandão
Advogado da Fenamoto

Resultado: 1. Instalada a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas na 57ª legislatura;

2. Eleita a Comissão Executiva;
3. Aprovado regimento interno.





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

FPMDM, 07/06/2023 às 14h30 - 1ª, Reunião

Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTES
CARLOS PORTINHO	PRESENTE
CARLOS VIANA	
EDUARDO BRAGA	
EDUARDO GIRÃO	
FABIANO CONTARATO	
WELLINGTON FAGUNDES	
ZEQUINHA MARINHO	
LAÉRCIO OLIVEIRA	

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTES
TONINHO WANDSCHEER	
PROF. PAULO FERNANDO	

Não Membros Presentes

DR. SAMUEL ARAÚJO

ROGERIO MARINHO



Reunião de: 07/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

07/06/2023 - 1ª - Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) - Quero convidar para compor a mesa aqui conosco o Senador Carlos Portinho; o Sr. Raimundo Nonato Alves da Silva, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Motociclistas Profissionais e Autônomos (Fenamoto); o Sr. Luiz Carlos Galvão, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Distrito Federal; o Sr. Fabrício dos Reis Brandão, Advogado da Fenamoto. Declaro aberta a Frente Parlamentar, na 57ª Legislatura, instituída pela Resolução do Senado Federal nº 8, de 2021.

Até o presente momento, temos sete Senadores e um Deputado Federal compondo a Frente - o Senador Carlos Portinho, o Senador Carlos Viana, o Senador Eduardo Braga, o Senador Eduardo Girão, o Senador Fabiano Contarato, o Senador Wellington Fagundes, o Senador Laércio Oliveira e este Senador, Zequinha Marinho.

Informo aos Srs. Parlamentares que os termos de adesão estão disponíveis junto à Secretaria desta reunião e na página da Frente Parlamentar no *site* do Senado Federal.

Coloco em deliberação a proposta de composição para os cargos da Presidência.

Presidente: Senador Zequinha Marinho; Vice-Presidente: Deputado Toninho Wandscheer; Segundo-Vice: Senador Carlos Portinho; Terceiro-Vice: Carlos Viana; Quarto-Vice: Wellington Fagundes.

Em discussão a composição.

Há quem queira discutir? (*Pausa.*)

Em votação.

Quem concorda permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovada a composição da diretoria.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que concordam, repito, permaneçam como se encontram - é que esse negócio vem por escrito, e eu tenho que ler aqui, senão... (*Risos.*) (*Pausa.*)

Gostaria de conceder a palavra ao Senador Carlos Portinho, em função de tanta agenda, não é? Então, vamos aproveitar para o ouvirmos logo; depois a gente continua.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) - Muito obrigado, Sr. Senador Zequinha Marinho, meu colega; toda a categoria dos mototaxistas, motofretistas que estão aqui presentes; suas assessorias.

Eu queria saudar, Zequinha, a sua iniciativa. Eu sou Senador pelo Estado do Rio de Janeiro e fui Secretário de Habitação por duas vezes da cidade. Conheci, assim, o trabalho dos mototaxistas e considero-o o mais relevante, porque são eles que levam diariamente a população aos lugares aonde só a moto chega. Às vezes nem o cabritinho, como a gente chama lá no Rio aquelas combis, chega, mas a moto chega, e chega graças ao mototaxista.

Estive nas comunidades do Vidigal, junto ao pessoal do mototáxi; na Babilônia, com minha amiga Michele, junto ao pessoal do mototáxi do Morro da Babilônia; estive na Rocinha, com mototaxistas da Rocinha, várias vezes; e estive com a associação, no Rio de Janeiro, do meu amigo Mano Cláudio, que trabalhou comigo, inclusive, como assessor, responsável



Reunião de: 07/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

pela grande paralisação no Rio de Janeiro que mobilizou todos os mototaxistas e motofretistas quando da regulamentação da profissão.

Eu acompanhei, Senador Zequinha, e por isso louvo a sua iniciativa, porque aqui a gente vai poder não só dar voz a eles e representar, abrir um canal de representação, mas também levar as demandas da categoria aos órgãos públicos que são necessários...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) - Verdade.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) - ... lá no Rio de Janeiro, primeiro, para a profissionalização e o reconhecimento dessa categoria. Lá no Rio de Janeiro, na hora - falando em português bem claro - em que a polícia chega, ela logo discrimina o mototáxi; já separa todo mundo ali para dar aquele baculejo, como dizem, o que é uma questão de indignidade. É indigno. E a profissão, o reconhecimento da profissão já começa como uma necessidade pela importância que tem para o transporte e a mobilidade da comunidade.

Depois, a gente sabe que há dificuldade na renovação da carteira do mototaxista. Ele não tem preferência nenhuma! E a quantidade de motociclistas que existem nas grandes cidades, principalmente... Eles ficam lá naquela fila interminável, Senador Zequinha, e eles precisam como ganha-pão da renovação das suas carteiras.

Precisam do emplacamento das suas motos, que também caem lá no Detran e ficam lá, naquele "reme-reme", porque não têm a preferência, não têm um canal direto, quando eles precisam da renovação. E muitas vezes não renovam, não fazem o emplacamento da sua moto e têm que trabalhar para botar comida em casa. Aí, na hora em que chega a polícia, acha que a moto é roubada, que está com documento atrasado...

Então, você vê que, na rotina do mototaxista, do motofretista, em algumas cidades do Rio de Janeiro - não sei como está hoje; até, depois, quero ouvi-los -, o cara tinha que ser mototaxista, mas não podia ser, de manhã, motofretista e, à noite, mototaxista, por causa do baú atrás; tinha uma burocracia no Rio, e não sei se isso já foi, confesso, resolvido.

O reconhecimento da profissão permite que a gente busque, Senador Zequinha, políticas públicas para que possam, assim como acontece com o taxista, ter desconto na compra do seu veículo, que eles possam, reconhecidos, ter o desconto.

E o mais importante: quando fui Secretário de Habitação junto à Secretaria de Infraestrutura, no Rio de Janeiro, na gestão do ex-Prefeito Marcelo Crivella, nós chegamos a desenhar, ouvindo justamente os pontos de mototáxi, os mototaxistas, fazer a regularização dos pontos de mototáxi, para não só terem o local regularizado, reconhecido pela prefeitura, mas, principalmente, para que sejam dignos, que tenham uma estrutura própria que possa permitir a identificação, que tenham um local para irem ao banheiro no seu dia a dia, que possam ter um sinal de internet para que a população possa contactá-los, por meio de aplicativos, também de grande importância, que não devem ser públicos, devem ser da iniciativa privada, devem ser dos próprios mototaxistas nas suas organizações, em associação ou como eles quiserem fornecer esse serviço.

Eu tenho combatido o fato de, no Rio de Janeiro, a prefeitura achar que ela é uma empresa de entrega de comida. Ela acha que é uma empresa de mototáxi, quando, na verdade, já falei aqui tanta coisa que a prefeitura poderia fazer, iniciando pela regularização dos pontos, pela identificação dos pontos de mototáxi, pela dignidade que pode dar a quem presta, e ela justamente vai no sentido contrário, muito populista, muito...

O que a gente tem, aqui pela frente, Senador Zequinha, que enfrentar são esses problemas do dia a dia do mototaxista, do motofretista. Se eu puder, aqui nesta frente, contribuir, esse é um compromisso que eu carrego desde quando fui Secretário de Habitação. Avancei, mas aqui eu acho que a gente vai ter mais força para concluir essas questões que atinham a essa profissão.

Que sejam reconhecidos como merecem.

Muito obrigado, Senador Zequinha. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Muito obrigado, Senador Portinho. O Senador Portinho é Líder do PL aqui na Casa, um grande partido, um homem de muita luta, muito competente, muito inteligente. V. Exa. certamente trará uma grande contribuição para que essa frente possa alcançar seus objetivos.

Nós temos algumas lutas. O Nonato é lá de Belém, é lá do Pará. Acho que ele está treinando essa turma aqui para fazer a militância. É muito importante, muito importante. Nós devemos muito, lá no Estado do Pará, Senador Portinho, a essa turma, porque, naquele momento de dificuldade da pandemia, quem conseguia fazer o transporte de tudo, o leva e traz, eram eles.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ. *Fora do microfone.*) - Verdade.



Reunião de: 07/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Se lá no Rio tem as dificuldades de acesso, você calcule em Belém do Pará, calcule nas cidades do interior do nosso estado! E cada um aqui sabe da sua realidade. Então, essa turma realmente merece respeito.

Tem a questão previdenciária, Senador, que precisa ser encaminhada. A gente precisa trabalhar com inteligência e usando a tecnologia a nosso favor para que eles possam trabalhar e também ter essa cobertura de forma inteligente e bem simplificada.

Há outras vantagens que nós consideramos também importantes para eles. Por exemplo, o taxista tem o desconto do IPI na hora de fazer a aquisição de um carro novo. Por que o mototaxista também não tem isso? Nós precisamos fazer isso avançar e se consolidar. Isso aqui está um pouco já engatilhado, mas precisamos avançar.

No financiamento da moto, a gente precisa trabalhar o BNDES ou trabalhar a Caixa Econômica Federal, mas não é fácil. O banco precisa de garantia ou de um seguro, e esse negócio tem se arrastado e não tem ainda encontrado um berço natural para poder fluir.

Então, nós contamos muito com V. Exa. na discussão e na construção de tudo isso para que isso vire realidade na vida de cada um dos nossos trabalhadores com mototáxi ou motofrete. Está certo?

Eu queria saber, neste momento, se o Senador Wellington Fagundes, que está no Mato Grosso, tem condição de participar conosco aqui, via internet, *online*. Por favor, se ele estiver nos ouvindo neste momento...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. *Por videoconferência.*) - Senador Zequinha Marinho, eu estou conectado...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Olá. Bem-vindo!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. *Por videoconferência.*) - Eu estou conectado...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Está conectado. A imagem é que está fraca, mas estamos ouvindo sua voz.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. *Por videoconferência.*) - Se tiver alguém para falar antes de mim, o senhor poderia colocar, porque eu vou tentar me colocar num local com melhor sinal.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Ah, está bem.

Nós vamos ouvir, então, neste momento...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. *Por videoconferência.*) - De qualquer forma, Senador Zequinha, eu já quero manifestar o meu entusiasmo, a minha adesão e o meu apoio à nossa Frente Parlamentar em Defesa dos Mototaxistas, de todos aqueles que fazem esse grande trabalho pelo Brasil. Mas eu quero falar, se possível, daqui a mais um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Está bom.

Nós vamos ouvir, então, neste momento, o Sr. Luiz Carlos Galvão, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Distrito Federal.

O SR. LUIZ CARLOS GALVÃO - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a mesa aqui; o Senador Zequinha Marinho; o Senador Carlos Portinho; o Presidente da Federação, Nonato Alves; o nosso advogado da Federação, Fabrício; o Sorriso; e todos os trabalhadores que estão aqui presentes, que são frente aqui em Brasília e buscam, Senador, um reconhecimento profissional.

Hoje a gente, na maioria das vezes, não sabe o porquê de várias vezes ter uma lei que, quando a gente vai ver, vem contra a gente. Então, hoje nós temos algumas leis que não vemos e que, quando vemos, estão contra nós. Uma delas eu queria citar aqui e destacar, que é a Lei 14.297, de 2022, que é uma lei que dá um seguro para o trabalhador. Aí nós fomos lá ver essa lei, que já passou sem ter um trabalhador sentado à mesa, e, quando vimos, esse seguro era um seguro-produto. Ele não segura a vida, ele segura um produto. No momento em que o motociclista profissional está com essa mercadoria a ser entregue, ele está assegurado, mas, no momento em que ele não está com a mercadoria para entrega, ele não está assegurado. Então, hoje, nós temos leis federais que, na maioria das vezes, tramitam sem o conhecimento do trabalhador e das entidades que representam esse trabalhador. Quando a gente vai ver, fala: "Poxa, onde é que vai dar valor à vida?", porque hoje a gente vê que os aplicativos estão preocupados com a entrega, com o produto.

Então, nós vemos esta mesa, aqui, com bons olhos. Quero agradecer, mais uma vez, ao Senador Zequinha Marinho pela iniciativa.



Reunião de: 07/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Quero cumprimentar o meu amigo Tiago, da Abracielo, porque a gente faz diversas parcerias também.

Quero falar, aqui nesta mesa, meu Senador e todos os presentes, que nós temos que valorizar a vida, não é? Porque, na maioria das vezes, a gente sai de casa e não sabe se volta. Aí vêm as plataformas de aplicativo, de uma forma geral, dentro do Congresso, e lançam um seguro-produto. Então, não estamos valorizando a vida.

Hoje, aqui, nós temos também - falamos dos motofretistas - os mototaxistas. E os mototaxistas são defendidos dentro do art. 30 da Constituição, que dá poder ao município. Então, cada município que tem os mototáxis hoje é amparado por uma lei, e, com essa lei, quem dá o direito ao município é a própria Constituição.

Hoje, a gente vê a nossa categoria, assim, um pouco fora do foco. Qual é o foco? O foco é a vida, não um produto. Então, a gente vê, assim, algumas situações negativas, Senador. E eu peço a todos aqui, encarecidamente, que a gente possa fazer alguma coisa, aqui dentro do Senado, que possa repercutir para todos os trabalhadores lá na rua, e não com a situação de segurar um produto.

Quero, aqui, também, Senador, falar que foi daqui que saiu a nossa lei federal. Não é, Nonato? A gente militava, muito tempo atrás, com o Senador Mauro Miranda. O projeto de lei era o 6.302, 2002. Hoje, alterou o Código de Trânsito Brasileiro, no seu art. 139-A, que é a Lei 12.009. A lei tem os seus critérios, mas é letra morta? Ninguém cumpre? A omissão é de quem? Então, na maioria das vezes, a gente fica deparado com algumas perguntas sem resposta. E todos os que estão aqui, tanto os representantes, como os trabalhadores, querem uma resposta, não é? Quando é que vão legislar em favor de nós, da vida, do trabalhador?

Eu tive também, todos aí o conhecem, um amigo que mora em Planaltina - me fugiu o nome dele -, filho do Roque, amigo nosso da família, motorista de transporte escolar. O filho dele arrumou um emprego, comprou uma moto e foi trabalhar num aplicativo. Ele saiu da sua casa para ir para o iFood. Na subida da Embrapa, abriu um espaço no corredor, e ele não buzinou. Eu buzino, porque, quando você buzina, o motorista vai lá e corre o olho no retrovisor. Entendeu, Senador? Aí a sua vida, de repente, é salva pelo gongo, não é? E ele não buzinou! A L200 entrou, na subida da Embrapa, em Planaltina - muitos o conhecem aí, é o filho do Roque; esqueci o nome dele; é do grupo Loucos por Motos de Planaltina -, e ele bateu na traseira dessa L200. O iFood, porque ele estava a caminho do trabalho... Se ele estivesse resguardado dentro do seu direito, já teria sido caracterizado como acidente de trabalho. Se ele saiu de casa para o seu trabalho, é caracterizado como acidente de trabalho, e não foi. A família teve que pedir uma ajuda nos grupos de WhatsApp, para enterrar o ente querido. Então, Senador, para nós é muito triste, porque esses aplicativos valorizam muito mais a entrega do que a nossa própria vida.

Espero aqui que a gente possa ter bons frutos, porque a intenção da mesa é a melhor, Senador, só aplauso para ele; para o Senador Carlos Portinho também; para o Nonato, que está na luta; e para nosso advogado aqui, Dr. Fabrício. E a todos a gente pede assim: "Vamos tentar olhar para nós, pô!". Para quem? Para o trabalhador, para a vida, porque ultimamente nossa vida está valendo menos que uma entrega. E, na maioria das vezes, Senador, a gente volta a frisar, a maior entrega da nossa vida e a melhor de todas é quando a gente volta para nossa casa com saúde e bem, não é? Porque, imagina, eu vejo no baú dos amigos, aí falam assim: "Ô, aqui é o Rafael, cuida do meu papai que eu quero é que ele volte para casa". Sempre tem o nome de uma criança pedindo para ver se naquela situação, o motorista do carro o vê respeita, não é? Porque hoje a única coisa que os carros não fazem é andar no corredor, porque cortam pela esquerda, pela direita, sobem nas calçadas. Então, falta consciência de cada um em valorizar a vida. Ultimamente, a vida não está sendo valorizada e a gente fica triste com isso, Senador, porque são vários que estão morrendo. Aí a gente fica vendo assim: "Pô, será que os caras lá Mobtech ou então da MID, que são os patrões dessas plataformas aí, não são tementes a Deus, pô?". Você está querendo só pensar no dinheiro, no capitalismo? Vamos pensar na vida, ultimamente a gente está focando na vida, porque a vida está tendo menos valor do que a nossa própria entrega.

Então, é isso, meu Senador. Que Deus abençoe a todos e que a gente possa trazer frutos bons de dentro desta Comissão aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Muito obrigado ao Luiz Carlos Galvão, que é daqui do Distrito Federal.

Nós vamos intercalando aqui enquanto o Senador Wellington Fagundes se ajeita lá.

Eu gostaria de pedir ao Senador Carlos Portinho que lesse pelo menos o primeiro artigo com alguns incisos do nosso Regimento Interno. Não dá para ler os 20 aqui, porque é enorme, mas aí ele vai dar uma noção disso tudo para nós, pelo menos nessa primeira parte, nesse preâmbulo aí.

Por favor, Senador.



Reunião de: 07/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) - Imagino que esse seja também, Senador Zequinha, o artigo mais importante, que é a razão da existência dessa frente.

Art. 1º [...] a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas (FPMDM).

Criada pela Resolução do Senado Federal nº 8, de 2021, reger-se-á pelo presente Regimento Interno e tem a finalidade - atenção, qual é nossa finalidade?

I - acompanhar políticas e ações com respeito à categoria de mototaxistas e motofretistas;

II - reunir os Senadores e Deputados Federais que têm preocupação especial com a categoria dos mototaxistas e motofretistas;

III - promover debates, seminários e eventos pertinentes ao tema, divulgando resultados;

IV - acompanhar a tramitação de matérias no Senado Federal e Congresso Nacional que tratem do assunto;

V - defender os temas de interesse dos mototaxistas e motofretistas, sejam relacionados à falta de infraestrutura adequada para locomoção nas vias das cidades, à falta de segurança e de respeito no trânsito ou às condições adversas enfrentadas pelos mototaxistas e motofretistas no Brasil no exercício da profissão, entre outros assuntos.

Parágrafo único: A Frente Parlamentar não tem objetivos político-partidários.

O objetivo é defender e discutir com a categoria a melhoria da profissão.

Muito obrigado, Senador Zequinha, pela oportunidade de ler o nosso fundamento de existir.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Muito obrigado, Senador Carlos Portinho.

Como disse, ele é um tanto extenso e está à disposição dos senhores aqui.

Eu submeto à deliberação e à aprovação o nosso Regimento Interno da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas, que está disponível para consulta.

Alguém gostaria de se manifestar de alguma forma? (Pausa.)

Nonato, tudo bem? (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Os Srs. Senadores e os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, então, o Regimento Interno da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas do Brasil.

Nós estamos com a presença do nosso Primeiro-Vice-Presidente, o Deputado Toninho Wandscheer, do PP do Paraná. Ele está em viagem - parece que deu uma paradinha - e vai entrar aqui no telão para trazer a sua palavra.

Deputado Toninho, por favor.

O SR. TONINHO WANDSCHEER (PP - PR. Por videoconferência.) - Senador Zequinha, para mim é um prazer poder participar desta reunião da implantação da nossa frente, e quero cumprimentar o senhor pela iniciativa e cumprimentar o Nonato também, da Fenamoto.

Nós que vivemos o dia a dia nas cidades sabemos o quanto está difícil compartilhar os espaços das nossas vias com as motos. Então, a gente sabe da dificuldade.

Eu ouvi atentamente a fala do Luiz Carlos Galvão. A gente realmente tem uma missão na nossa frente: conscientizar os motoristas de carros do nosso país a conviver com as motos, porque nós vemos que parece que o carro é maior e ele tem preferência, e não é assim. Nós temos que entender que os mototaxistas estão na rua trabalhando para levar para sua casa a renda, para pagar o seu aluguel, para pagar o alimento da casa, a escola do filho, e nós temos que olhar para os mototaxistas, em geral, como pais de família e respeitá-los como tal.

Então, para mim, é um prazer enorme participar. Podem contar com o Deputado Toninho junto a essa frente, que é uma frente mista em que Deputados e Senadores estarão, sem dúvida alguma, defendendo os interesses maiores dos mototaxistas e dos fretistas. Para nós, é um prazer.

Realmente, eu estou em viagem, dei uma paradinha aqui para conversar, para participar, e fico muito feliz de poder atuar junto com o nosso Presidente Zequinha, Senador Zequinha, para trabalharmos a favor desses profissionais, que, sem dúvida, estão buscando o seu espaço nas vias, em que vemos muitos acidentes. Hoje, os índices de acidente com motos são muito elevados, e nós teremos que, daqui a pouco, criar corredores únicos só para os nossos mototaxistas andarem.



Reunião de: 07/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Aqui em Curitiba, onde eu moro, há uma medida já de algumas preferências, mas precisamos também agilizar mais para que não tenha risco para esses trabalhadores todos os dias. Como ele falou, saiu de casa para ir trabalhar e não chegou nem ao seu trabalho; já teve o acidente e não teve o apoio necessário. Então, tem muita coisa para nós ajudarmos a resolver.

Eu me coloco à disposição para trabalhar junto nesta frente e, quando for necessário, atuar em favor daqueles que todos os dias estão na rua arriscando a sua vida para levar, às vezes, um prato de comida para alguém que pôde pagar, pôde comprar - e eles têm que levar esse alimento lá para a casa. É assim que funciona todo dia. Muitas coisas acontecem porque têm que chegar rápido e não pode esfriar comida. E a gente vê todo dia essas coisas acontecerem. Esperamos, realmente, que nós tenhamos uma legislação que ampare, definitivamente, o trabalho dessas pessoas que são muitas no Brasil todo.

Um abraço a todos. É um prazer participar com vocês. Já tenho que sair de volta, mas para mim foi um prazer ter participado com vocês aí. Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Muito obrigado, Deputado. Obrigado mesmo.

Vamos precisar muito do senhor lá na Câmara Federal arregimentando tantos outros.

Quero saber se o Senador Wellington Fagundes, lá do Mato Grosso, já pode entrar agora.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. *Por videoconferência.*) - Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Muito bem!

Bem-vindo, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. *Por videoconferência.*) - Eu quero saudá-lo, Senador Zequinha Marinho, e também o nosso Líder do PL, o meu companheiro, o Senador Portinho, do Rio de Janeiro. Fico muito feliz com a sua participação aí. Eu, aqui do Estado do Mato Grosso, justifico não estar presente pessoalmente hoje, mas virtualmente, porque o meu filho fez uma cirurgia ontem. Felizmente está tudo muito bem.

Eu estou em Rondonópolis, a minha cidade natal, que foi o berço do mototaxista. É daqui de Rondonópolis a primeira lei do Estado de Mato Grosso que regulamentou a profissão do mototaxista e aí em outras cidades, como Barra do Garças, Várzea Grande, Cuiabá. Enfim, hoje é um serviço reconhecido pela legislação na maioria dos municípios e também, claro, pela população pelo grande serviço que prestam aqui os nossos mototaxistas, os motofretistas, enfim todos aqueles profissionais homens e mulheres que desenvolvem... Como foi falado por V. Exa., Senador Zequinha, na pandemia, esses homens e mulheres estavam na rua fazendo serviços mais variados possíveis, integrando a sociedade brasileira, principalmente naquele momento de dificuldade que todo o Brasil - e o mundo - viveu. Então, não fossem esses profissionais, todos os profissionais que trabalham principalmente no transporte do Brasil, nós teríamos uma situação muito mais de caos.

Por isso, ao instalar hoje esta Frente em Defesa dos Mototaxistas e dos Motofretistas, com certeza vamos lutar, já que é uma frente mista formada de Senadores e Deputados sob a liderança de V. Exa., Senador Zequinha. Nós buscaremos fazer com que todos esses profissionais tenham mais guarda na legislação, mais respeito de todos aqueles que estão no Executivo, Presidente da República, Governadores e Prefeitos.

E aí, como já foi colocado, há a questão da previdência, a questão também do IPI, para que tenha desconto garantido na aquisição do seu veículo de trabalho, que são as motos, também o financiamento - e aqui, no Mato Grosso, eu quero dizer que Governador Mauro, todos nós trabalhamos, já temos aqui uma linha de crédito que queremos expandir ainda para esses profissionais.

Então, contem com o Senador Wellington Fagundes, e eu quero falar aqui em nome da Presidência da associação de Rondonópolis, que é o João, mototaxista. Este vídeo aqui nós vamos fazer chegar a todos, inclusive o que está sendo gravado também por V. Exa. aí no plenário. Vamos, então, fazer com que todos tenham conhecimento do lançamento da frente e, acima de tudo, da participação.

Eu quero aproveitar aqui e convidar todos os mototaxistas, frentistas do Brasil inteiro para que a gente forme uma grande corrente irmãos, para que a gente tenha mais apoio aí no Congresso Nacional dos Deputados e Senadores. Que a gente faça com que essa classe laboriosa e trabalhadora tenha realmente o apoio principalmente na legislação e o reconhecimento por parte do Executivo.

É isso, Sr. Presidente, e me coloco à disposição, como seu líder, para que a gente esteja nas reuniões necessárias, para que a gente possa, então, fazer com que esta classe tenha cada dia mais o respeito de todos nós e o reconhecimento do trabalho prestado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Obrigado mesmo, do grande Mato Grosso, o estado que mais produz no agro, Senador Wellington Fagundes.

6/12



Reunião de: 07/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

E me pediram aqui o *link* para o Presidente da associação lá... Ele vai entrar? (*Pausa.*)

Tá. Tudo bem.

Eu quero conceder a palavra ao Sr. Raimundo Nonato Alves, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Motociclistas Profissionais e Autônomos (Fenamoto).

Por favor, Nonato, com a palavra.

O SR. RAIMUNDO NONATO ALVES DA SILVA (Para expor.) - Boa tarde a todos.

Senador, primeiro, quero agradecer a Deus por este momento oportuno, porque nós estamos desde 2020 lutando por isso aqui; segundo, agradecer ao senhor pelo seu empenho, pela sua luta - eu encho o saco direto: onde ele chega eu corro, vou botando pressão, mas conseguimos. Sei que o trabalho é árduo.

Quero agradecer ao Senador Portinho, ao Senador Wellington.

Eu quero falar que, em relação ao Rio de Janeiro, temos o Gustavo e temos o Toby, que é o Presidente do Sindicato dos Motociclistas. O Gustavo é ligado ao então Senador Crivella, que na época, como Senador, fez uma luta muito grande em nosso favor, que é a questão da periculosidade. Foi um marco que ele deixou para a categoria. E lá o Gustavo e o Toby são parceiros nossos, são dirigentes da linha de frente.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ. *Fora do microfone.*) - Vamos levar o nosso Senador Zequinha lá para o Rio para a gente fazer uma conversa lá.

O SR. RAIMUNDO NONATO ALVES DA SILVA - Isso.

E, Senador Wellington, lá no Estado do Mato Grosso, em Cuiabá, nós temos o Vilson, que, inclusive, vinha hoje, perdeu o voo. Temos pessoal lá no Barra do Garças, tem o João, que a gente conhece também.

E o Senador é do Pará, ele é reconhecido nos 144 municípios pelo trabalho que ele vem fazendo e pela defesa da batalha que ele vem com a gente acompanhando.

E o Deputado Toninho, que é do Paraná, é um parceiro nosso, parceiro da federação da área de transporte. Não tive a oportunidade de conhecer, mas conheço pessoas ligadas a ele que estão abraçando a gente.

E quero dizer, com relação à adesão, Senador, que hoje nós estávamos nos mobilizando para vir muita gente, mas, em virtude do feriado e também porque estamos passando por uma outra dificuldade, que acho que essa Casa e essa frente têm muita importância nesse sentido... O Presidente Lula, através do Governo, criou uma frente, uma mesa tripartite para discussão da questão da norma de trabalho que a gente está tendo com relação aos *apps*. Foi instalada segunda-feira a mesa tripartite, com uma negociação entre trabalhador, patronal e Governo, para discutir as regras que nós temos e, de alguma forma, isso está sendo discutido. Então, a maioria foi embora ontem e não teve condições de vir para cá, mas no dia 21 - porque nós estamos fazendo uma prévia, que vai ser votada por vocês na Mesa -, a gente está mobilizando todos para vir, até porque vai ter uma reunião nos dias 20 e 21 justamente para se fazer essa discussão.

Eu queria ser bem rápido, e quero dizer assim: a nossa grande luta... Eu estou aqui desde o ano de 2001 lutando por essa lei, a Lei 12.009. Sou de Marabá, lá do sul do Pará, hoje eu moro em Belém, e, de lá para cá, nós vimos lutando pela regulamentação. Conseguimos, tive a honra de conhecer o Senador quando era Deputado Estadual, depois Deputado Federal e veio até Vice-Governador, e estamos juntos, apanhando, sobrevivendo, e vamos chegar até lá. O problema é que nós lutávamos pela profissionalização. Nós temos hoje uma lei, Senador, que é a Lei 12.009, que é a lei que criou a profissão do mototaxi e a profissão do motofrete, e aí parece que eles querem matar nossa lei, porque eles querem trabalhar para ela não existir.

Hoje, se você for discutir, nós temos lei para tudo na nossa categoria. Por exemplo, hoje um motoboy desses, para trabalhar, precisa ser habilitado, ter acima de 21 anos, precisa fazer o curso, tem que estar na Resolução 410, precisa cumprir a Resolução 943...

Está aqui... E eu quero agradecer também aos amigos, ao parceiro do Ministério da Saúde, na pessoa do Dr. Luiz, que é do Pará também, faz parte, já levou a nossa pauta para a ONU. E nós temos uma discussão... Por exemplo, daqui a pouco, se a gente der a palavra, eles vão falar um pouco só dos números, aí é que vocês vão se assustar com o que nós estamos falando, o número de pessoas mortas sobre motocicleta.

Então, assim, nós temos tudo, só que aí, com tudo que nós temos, lá na ponta nós somos desvalorizados porque ninguém cumpre. O Estado virou as costas, nós somos... Por exemplo, hoje, a pauta do dia são os aplicativos, Senador. Por exemplo, lá em Marabá, que é a sua terrinha lá... O senhor é de Conceição, mas está morando em Marabá, mas em Marabá, hoje, lá somos 900 mototaxistas. O Uber e o 99 entraram na cidade, o Uber Moto e o 99 Moto: acabou com os serviços dos 900 que são legalizados, pagam seguro, pagam licenciamento, fizeram curso, andam com padronização, tarifa regulamentada.

7/12



Reunião de: 07/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Agora as empresas de aplicativo simplesmente cadastram qualquer um, não cumprem a lei. Esse é o grande debate. Os pais de família estão vendendo as vagas, entregando vaga para voltar para a roça porque não conseguem competir com o sistema tecnológico e com pessoas clandestinas.

Então, a nossa maior pauta aqui hoje, que a frente vai ter nesse primeiro momento, é fazer essa unidade. O Senador é um homem da palavra de Deus, ele sabe fazer, ele vai ter que unir esses conflitos para encontrar uma solução. Por exemplo, hoje tem mais de 70 projetos nessa Casa, entre o Senado e Câmara dos Deputados, contra nós.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) - Contra?

O SR. RAIMUNDO NONATO ALVES DA SILVA - Contra. Por exemplo, tem lei que está acabando, quer acabar a concessão pública, tem lei de que não precisa de habilitação para essas atividades, projetos que a gente sabe que não vão passar, financiados por vários grupos.

Agora mesmo, agorinha de manhã, tivemos uma resposta do STF. O STF interveio junto ao Tribunal de Justiça do Trabalho. O TST puniu as empresas de aplicativo por vínculo, porque não cumprem obrigações trabalhistas nem regras. O STF lá, o Relator Alexandre de Moraes, deu uma canetada tirando o poder do TST e agora vai julgar essa ação que estava marcada para sexta-feira, dia 16, mas, aí, isso rolou no Brasil todo, começou a ameaça, e parece que resolveram tirar de pauta para fazerem uma discussão. Então é tipo assim: o que é certo tem que ser ilegal aqui no Brasil.

Então, Senadores e Deputados, a grande missão de vocês de auxiliar a gente é nesta missão de dizer o seguinte: conciliar, que temos hoje legislação. Precisamos melhorar o que nós temos? Precisamos.

Senador Zequinha, nós fomos ao Rio várias vezes pedir linha de crédito ao BNDES. Tem lá cinco bilhões, nunca saiu para nós. Temos isenções, e nunca conseguimos nada. Tudo parece uma dificuldade. No Rio de Janeiro, eu acompanhei esta luta no Rio junto com o Gustavo e com o Tobby, nós tentamos, na época do Prefeito, colocar os pontos na entrada das comunidades, regularizar. Aí é um problema, porque quem comanda o morro não permite porque... É uma questão social lá, não é? Tivemos que negociar. Na Bahia, em Salvador, nós fomos lá, negociamos, conseguimos regulamentar.

Então, o Brasil hoje tem mais de 4 milhões de motocicletas exercendo a atividade. No MEI, o microempreendedor, que é a grande fantasia da escravidão brasileira... É, porque como é que você pega um picolezeiro para vender, bota o cara como MEI, e o cara não tem dinheiro nem para...? Ele vai no banco, o banco não dá nem para ele comprar um carrinho. É escravidão o sistema. O MEI enquadrou todo mundo para ser MEI para fugir do registo trabalhista, da formalização. Hoje, 80% dos microempreendedores estão com inadimplência junto ao Governo, que é para R\$62.

Então, há uma discussão muito grande para a qual esta Casa vai ter que nos ajudar e auxiliar. Tudo é difícil para nós. Olha, esses jovens que estão aqui estão lutando. Imagine você se cadastrar no iFood para fazer uma corrida e o iFood dizer que, daqui a 20km, o cara vai ter que receber R\$10? - e o iFood não calcula o combustível dele, não calcula nada; ele é que tem que pagar tudo isso. Mas estão dizendo que gera emprego... No Brasil, só se mudar a Constituição. Gerar emprego no Brasil tem que ser por formalização, para tudo aquilo que esteja informal está à margem da escravidão. Então, a Casa e a Mesa, elas vão ter muito... Elas têm que fazer essa discussão.

No mais, eu quero agradecer, porque, se for falar, vou falar tanta coisa e é melhor a gente parar e ter conciliação.

Eu queria que o Senador e a Mesa dessem uma olhada para ver se podem participar dessa mesa tripartite, acompanhar isso, que é importante, porque aquilo que não for acordado tem que vir para a Casa, e aquilo que for conseguido administrativamente o Governo vai administrar. Mas seria importante a Mesa estar presente, a gente faz esse apelo.

E eu até coloquei uma pauta, e o Senador vai colocar para ver se a consegue aprovar, para a gente tentar fazer essa discussão.

No mais, eu quero agradecer e dizer que, na próxima semana, aliás, no dia 21, vai estar a categoria já em peso e a mobilização total.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Muito bem, Nonato! (*Palmas.*)

O Nonato é um lutador persistente nessa causa há muito tempo.

Vamos ouvir uma palavra, uma saudação, pelo João Garcia. Ele é Presidente dos Mototaxistas de Rondonópolis, a terra do nosso Senador Wellington.

Por favor, João.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) - Senador Zequinha, deixe-me só pedir licença aqui também à categoria presente. Eu tenho um outro compromisso, mas fiz questão de prestigiar e não vejo a hora de a gente marcar uma reunião dos trabalhos...

8/12



Reunião de: 07/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Está ótimo.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) - ... e levá-lo ao Rio de Janeiro. Passe-me o telefone. Quero entrar em contato com eles lá.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Até logo, Senador. Muito obrigado.

João Garcia.

O SR. JOÃO GARCIA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) - Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Boa tarde.

O SR. JOÃO GARCIA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) - Boa tarde a todos.

É uma satisfação participar da reunião. Agradeço ao Senador Zequinha, ao Senador Wellington, por ter dado esta oportunidade.

Aqui em Rondonópolis, somos 800 profissionais na categoria de mototaxista e enfrentamos agora, com o aplicativo para carregar pessoas também - agora tem moto por aplicativo aqui -, uma pendenga danada. Acho que, se vocês nos ajudarem com a liberação do IPI, para a compra de motos novas, isso vai ajudar muito as categorias. E hoje, sinceramente, nós estamos trabalhando mal e mal para sobreviver, pelo custo que estamos passando aqui e a concorrência desleal com o aplicativo, porque nós temos que cadastrar, pagar os nossos impostos para o município, também o imposto federal - pagamos INSS -, enquanto que o aplicativo não paga imposto nenhum.

Então, esperamos que vocês nos ajudem nessa luta nossa.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Muito bem, João. Muito obrigado pela sua participação, e vamos caminhar juntos. É muito importante isso.

Pessoal, com muita alegria, nós queremos apresentar aqui o Deputado e Prof. Paulo Fernando. Já está aqui sentado, já assinou a ficha da adesão, já é membro da Frente Parlamentar em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas.

Eu lhe ofereço a palavra, se V. Exa. desejar usá-la.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) - Sr. Presidente, meu caríssimo amigo Senador Zequinha Marinho. Já o conheço desde o tempo em que o assessorava, quando eu era assessor parlamentar lá na Câmara. Então, não poderia deixar de comparecer a esta reunião, sendo Deputado Federal aqui do Distrito Federal.

Acompanho de perto a questão das reivindicações. Eu me lembro, inclusive, de uma discussão em relação à faixa azul, uma faixa preferencial para os profissionais de moto aqui do Distrito Federal, de tal sorte que eu coloco à disposição o nosso mandato, no sentido de fazermos gestões para que possam ser colocadas as demandas da categoria.

Também estamos atentos aí a uma perspectiva governamental em relação à legislação trabalhista, em relação a esses trabalhadores, e nós estamos então atentos a essa demanda. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - É um prazer grande, Deputado,vê-lo aqui, agora com mandato... Parabéns pelo trabalho. E nos ajude aqui. Venha se somar.

O Luiz Carlos Galvão é aqui do DF, o homem que comanda o sindicato.

Eu queria apresentar o Sorriso...

Está bom, Sorriso? Quer dar uma saudação aí, rápida? (*Risos.*)

O SR. ALESSANDRO DA CONCEIÇÃO CALADO - Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Estão sim.

O SR. ALESSANDRO DA CONCEIÇÃO CALADO - Então, quero dar continuidade ao que o nosso amigo Luiz Carlos disse, ao que o nosso amigo, o Presidente da Fenamoto, Nonato, falou também e ressaltou, sobre a questão da nossa profissão, não é?

Trata-se de uma profissão considerada de risco, "Profissão: perigo", que tem uma periculosidade para a nossa categoria. E tem leis aqui no Brasil que pegam e tem leis que não pegam, não é? Esse é o nosso grande problema da nossa profissão, da nossa categoria. Do que adianta se criarem leis em cima de leis se não são cumpridas ao pé da letra, não é?

O que eu quero dizer com isso? Com a chegada das plataformas digitais aqui no Brasil... Nada contra, a tecnologia é bem-vinda, desde que respeite a vida, respeite o ser humano, dê dignidade para o trabalhador e valorize esse trabalhador. Os aplicativos simplesmente pegam o ser humano, uma pessoa para trabalhar na plataforma, um jovem recém-habilitado, 18

9/12



Reunião de: 07/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

anos, colocam na plataforma para trabalhar sem qualificação nenhuma, sem preparo nenhum. Qual o resultado disso tudo? O resultado disso aí é acidente, é morte, sequelas, cadeira de rodas.

Então, é preciso a gente correr atrás desse prejuízo. É inadmissível aceitar que essa exploração continue por parte das plataformas digitais, não é? Nossa profissão é uma profissão de risco e tem que ser reconhecida como tal.

Então, eu quero parabenizar esta frente parlamentar aqui hoje, o Presidente Zequinha, o Senador, e dizer que, em nome da associação da Amae-DF, dos motoboys autônomos e entregadores aqui do Distrito Federal, gostaríamos de expressar nossa sincera gratidão pela criação dessa frente, e agradecemos especialmente o compromisso de combater a precarização, a desvalorização e o desrespeito aos motofretistas e mototaxistas, que são questões fundamentais para a nossa categoria. Reconhecemos a importância da criação de medidas que auxiliem na ajuda de custos para a capacitação dos profissionais no trânsito e para a compra de equipamentos de segurança e proteção individual, que contribuem para a redução dos acidentes de trânsito e para a melhoria na qualidade desses serviços prestados.

Sabemos que a luta pelos direitos dos motofretistas e mototaxistas é uma batalha constante, mas, com a instalação desta frente parlamentar mista, estamos confiantes de que poderemos alcançar nossos objetivos e melhorar as condições de trabalho e de vida dos profissionais da nossa categoria.

Mais uma vez, quero agradecer a essa frente. E podem contar com a Amae-DF, com a categoria, que a gente está à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Muito obrigado, Sorriso. Muito bom.

Quero registrar a presença do Tiago Mello, que é da Abraciclo. Levanta a mão, Tiago. Está ali. Tiago representa essa associação importante.

Quero também registrar a presença da Hellen. Levanta a mão. Está lá atrás. A Hellen é assessora do Deputado Federal Zé Neto, da Bahia, que vai caminhar com a gente aqui também e mandou a assessora para estar na reunião.

Meus queridos, nós estamos caminhando para a finalização desta reunião de abertura da frente parlamentar. Eu gostaria de deixar uma palavra rápida aqui. (*Pausa.*)

Fabrício, quer dar uma palavrinha, Fabrício? (*Pausa.*)

Vamos lá, então.

Antes, por favor, o Dr. Fabrício, que é advogado aqui da Fenamoto.

O SR. FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO - Boa tarde a todos, Sras. e Srs. Parlamentares que aqui se encontram, representantes das entidades e associações, trabalhadores da categoria, colegas de profissão e, especialmente, Senador Zequinha Marinho.

Bem, meu nome é Fabrício Brandão, sou advogado e tenho a honra de representar hoje a Fenamoto neste evento que creio que é de suma importância para toda a categoria.

Primeiramente, quero expressar a minha profunda gratidão novamente ao Senador Zequinha Marinho pelo convite para me fazer presente neste momento tão crucial.

Senador Zequinha Marinho, seu incansável empenho em defesa dos direitos dos trabalhadores dessa categoria é uma verdadeira inspiração para todos nós; sua liderança na formação dessa frente parlamentar demonstra um compromisso notável com a justiça e a segurança dos motociclistas profissionais em nosso país.

Estamos hoje aqui para marcar o início de um novo capítulo na história dos motociclistas. A instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Motofretistas e Mototaxistas é um passo monumental em direção ao reconhecimento desses profissionais, que hoje são fundamentais para o funcionamento das nossas cidades e comunidades. Isso ficou muito claro nesse período da pandemia, período em que esses trabalhadores foram verdadeiros heróis. São esses homens e mulheres, enfrentando diariamente o trânsito, o clima e os desafios da profissão, que garantem o transporte de pessoas e entrega de mercadorias em tempo hábil. No entanto, muitas das vezes, seus direitos, sua segurança e sua dignidade são negligenciados.

A importância dessa frente parlamentar mista vai além do simbolismo, ela representa um canal direto entre os trabalhadores motociclistas profissionais e o Poder Legislativo. Essa frente proporcionará o ambiente necessário para discutir, criar e implementar políticas públicas que possam garantir melhores condições de trabalho, segurança e reconhecimento para todos os motociclistas profissionais.



Reunião de: 07/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Como representante da Fenamoto, estou aqui para reafirmar nosso compromisso de trabalhar lado a lado com a frente parlamentar, garantindo que a voz dos nossos trabalhadores seja ouvida e as necessidades sejam atendidas. Vamos trabalhar juntos para promover uma legislação que valorize esses profissionais e garanta o respeito que eles merecem.

Em nome da Fenamoto, expresso novamente minha gratidão ao Senador Zequinha Marinho e a todos os Parlamentares envolvidos na criação dessa frente. Tenho certeza de que juntos poderemos fazer a diferença na vida dos motociclistas profissionais do Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Muito obrigado, Dr. Fabrício.

Queridos, a categoria dos mototaxistas e motofretistas tem mostrado cada vez mais o quanto é imprescindível no Brasil atual, supre as demandas de mobilidade de milhares e até de milhões de cidadãos e cidadãs brasileiros, contribui para a eficácia e o dinamismo de empreendimentos Brasil afora, prestou um serviço essencial durante a pandemia, levando e trazendo alimentos, remédios, compras à população necessitada. Apenas por isso, senhoras e senhores, vale transmitir aos mototaxistas e motofretistas o merecido muito obrigado de toda a sociedade brasileira pelo serviço que, certamente, muitas vidas salvou durante a crise de saúde pública que tivemos.

Portanto, a representação da categoria no Congresso por meio de uma frente Parlamentar envolvendo Deputados e Senadores é mais do que uma conquista dos profissionais; é uma questão de mérito e de justiça com esses trabalhadores.

Nós vamos nos debruçar e buscar as soluções legislativas aos problemas dos mototaxistas e motofretistas, problemas relacionados à infraestrutura nas cidades, falta de segurança no trânsito, questões econômicas, questões sociais, entre outras. Vamos realizar seminários, celebrar eventos, mostrar a força da categoria e lutar para que os profissionais tenham o respeito que merecem em nosso país.

Lembro aqui o nosso Projeto de Lei nº 759, de 2022, que zera a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para aquisição de veículos por motoristas de aplicativos, mototaxistas e motoboy. Esse projeto isenta da cobrança de IPI as motocicletas e motonetas de fabricação nacional equipadas com motor de cilindrada não superior a 250 cilindradas e os automóveis de passageiros de fabricação nacional equipados com motor de cilindrada não superior a 2.000cm³ - não entendo bem disso - de no mínimo quatro rodas. Esse projeto está tramitando na Casa e ainda deve passar pela CAE em decisão terminativa.

Agora, gostaria de saudar cada um dos Srs. Senadores que aderiram à nossa causa, assim como também os Srs. Deputados. É o caso dos Senadores Carlos Portinho, Carlos Viana, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Wellington Fagundes e certamente muitos que ainda vão aderir e vão estar conosco à medida que a gente for dinamizando esse trabalho.

Quero também saudar com alegria aqui os representantes da sociedade civil: o Sr. Raimundo Nonato Alves da Silva, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Motociclistas Profissionais e Autônomos (Fenamoto); o Sr. Luiz Carlos Galvão, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Distrito Federal; e o Dr. Fabricio dos Reis Brandão, advogado da Fenamoto; assim como todos os senhores. Tenham certeza de que, unida e representada no Parlamento, a categoria dos mototaxistas e motofretistas é forte e será mais reconhecida no Brasil. Muito obrigado pela oportunidade de trabalharmos juntos.

Quero aqui assumir esse compromisso, Nonato. Todo dia aqui a gente corre mais do que no dia anterior. "Ah, o mês 'tal' foi apertado." Então, pode ter certeza de que o outro também será muito apertado. Nós temos algumas várias frentes parlamentares funcionando aqui com muita força: a Frente Parlamentar da Agropecuária - você conhece o nosso estado e sabe o quanto isso é importante para o Pará, principalmente, um estado com muito problema na área fundiária, ambiental, com um governo que não fala a mesma língua e, de repente, escolhe um lado que atrapalha, que complica a vida do pessoal -; Brasil afora nós temos problemas, mas, não bastasse isso, também no nosso estado e pelo Brasil, há a questão da mineração, do garimpeiro, e eu lá estou também, sou Vice-Presidente daquela frente, assim como sou Vice-Presidente da FPA; e tantas outras frentes que requerem de todos nós. Mas o nosso compromisso aqui é seguir a pauta, que vou anunciar daqui a pouco - sugestão de V. Sas. -, para que possamos trabalhar e nos dedicar, criar esse tempo para que se possa atender uma categoria de trabalhadores que já passa de 4 milhões Brasil afora.

Essa questão dos aplicativos é muito séria. O Sorriso fez uma citação ali que a gente precisa levar em consideração: um jovem qualquer compra uma moto ou tem uma moto e, de repente, começa a trabalhar como mototaxista de aplicativo sem nenhuma capacitação, sem nenhum treinamento, sem nenhuma maldade.

E, aí, acontece aquilo que o Luiz Carlos Galvão colocou ainda há pouco: foi para o trabalho de manhã e, antes de chegar ao trabalho, encontrou-se com a morte por falta de uma orientação sobre como entrar numa rua ou passar numa esquina.



Reunião de: 07/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Isso é muito sério, viu, Sorriso? Nós precisamos trabalhar em cima disso, e os aplicativos estão correndo na contramão. A gente precisa disso o mais rápido possível.

E, aí, Dr. Fabrício, a gente precisa conversar sobre a questão do direito, porque eu não vejo outra forma de segurar esse pessoal senão através de um mandado de segurança para que eles possam obedecer a uma legislação, trabalhar com tranquilidade a fim de que, como já foi dito aqui, no final do dia, cada um possa voltar para a sua casa trazendo o que conseguiu ganhar, reencontrando seus filhos, sua esposa, sua família, seu lar.

Então, contem conosco.

A pauta que estamos definindo aqui, daqui para a frente, em consonância com a nossa liderança, é para a definição da primeira reunião, sugestão para o dia 21, não é, Nonato?

O SR. RAIMUNDO NONATO ALVES DA SILVA (*Fora do microfone.*) - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Dia 21, às 14h30. Vamos estar trabalhando aqui com a assessoria, recomendando que a gente bloqueie na agenda exatamente esse dia e esse horário para estarmos juntos.

Uma outra coisa também que nossas assessorias precisam buscar: levantamento de projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados e também aqui no Senado Federal, não só daqueles projetos que ajudam, que constroem, mas daqueles que atrapalham. Precisamos botar uma estação de monitoramento para podermos então detectar aqueles que, de repente, trabalham contra para que não avancem nas suas intenções erradas.

Por último, a verificação de leis utilizadas pelos aplicativos, utilizadas por essas categorias. Não ficou muito bem redigido aqui, mas o sentido é este: onde o aplicativo está se baseando legalmente para operar, para que a gente possa fazer uma análise de tudo isso também, correto?

Bem, estou esquecendo de alguma coisa ou já podemos declarar o encerramento por hoje? (*Pausa.*)

O Luiz Carlos Galvão gostaria de usar a palavra mais uma vez.

O SR. LUIZ CARLOS GALVÃO (Para expor.) - Senador e todos os presentes aqui, saio desta Casa, aqui do Senado... Não é, Nonato, o PLC 245?

O PLC 245 fala da aposentadoria especial. Eu acho que o motociclista, com CBO 519110, e o mototaxista, com CBO 519115 - também cobre o autônomo esse CBO -, tinham que ser incluídos no PLC 245, que é o da aposentadoria especial, porque, se passarem 25 anos em cima de uma moto dessas e conseguirem ainda sobreviver e se aposentar, deem uma medalha de ouro e aposentem esse trabalhador. Eu sou todo sequelado. Estou vivo pela misericórdia de Deus.

O que a gente vê hoje são políticas em cima de produto, e não da vida. Nossa vida vale muito mais do que essa entrega aí. Como o Senador falou, e eu volto a repetir, a maior entrega nossa é quando a gente entrega a nossa vida e chega em casa sã e salvo. Essa é a melhor entrega de todas.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA) - Antes de encerrar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata, que será composta pela lista de presença e pelas notas taquigráficas.

As Sras. e Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Cumprida a finalidade, agradeço pela presença e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos. Boa tarde. Vamos ao trabalho! (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 48 minutos.)



ATA DA FRENTES PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E ENERGIA





**Senado Federal
Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia**

6ª REUNIÃO DE 2023

**26 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO N°
19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Ata Circunstaciada da **6ª Reunião de 2023 da Frente Parlamentar Recursos Naturais e Energia**, com Audiência Pública, realizada em 26 de setembro de 2023, terça-feira, às 14h30, no Plenário nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, destinada à seguinte pauta: ITEM 1 – Fomentar o debate sobre “Reforma Tributária e o Setor Energético”; conforme documentos anexos. Publique-se.

Senador VENEZIANO VITAL DO RÉGO
Presidente



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3036EAE80057B438.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AC8B88F9005B50BD.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57^a LEGISLATURA**

Em 26 de setembro de 2023
(terça-feira)
às 14h30

RESULTADO

6^a Reunião

**FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E
ENERGIA - FPRNE**

PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Vice-Presid. de Meio Ambiente e Sustentabilidade: Senador Fabiano Contarato

Vice-Presidente de Assuntos Tributários: Deputado Reginaldo Lopes

Vice-Presidente de Combustíveis e Biocombustíveis: Deputado Luiz Fernando Faria

Vice-Presidente de Desenvolvimento Social: Deputado Carlos Veras

Vice-Presidente de Eficiência Energética: Deputado Bandeira de Mello

Vice-Presidente de Fontes Fósseis: Deputado Washington Quaquá

Vice-Presidente de Fontes Renováveis: Deputado Bohn Gass

Vice-Presidente de Infraestrutura Energética: Deputado Carlos Zarattini

Vice-Presidente de Minerais Energéticos: Senador Esperidião Amin

Vice-Presidente de Transição Energética: Senador Carlos Portinho

Vice-Presidente pela Câmara dos Deputados: Deputado Zé Vitor

Vice-Presidente pelo Senado Federal: Senador Fernando Dueire

	Audiência Pública.
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19



Resultado da 6ª Reunião da FPRNE, em 26 de setembro de 2023

2

Audiência Pública.

Assunto / Finalidade:

Debate sobre a Reforma Tributária e o Setor Energético

Participantes:**Roberto Ardenghy**

Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP

Ludmilla Cabral

Coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Brasileira de Biogás - ABiogás

Sergio Massillon

Diretor Institucional da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis - BRASILCOM

[Reforma Tributária e o Setor Energético](#)

Sergio Araujo

Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis - ABicom

[Considerações Abicom Reforma Tributária](#)

Darlan Santos

Presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia - CERNE

Olavo Ferreira da Costa

Representante do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes - Sindicom

Wagner Ferreira

Diretor Institucional e Jurídico da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE)

[ABRADEE](#)

Resultado: Realizada a audiência pública sobre a Reforma Tributária e o Setor Energético





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

FPRNE, 26/09/2023 às 14h30 - 6ª, Reunião
Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTES
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	PRESENTE
CARLOS PORTINHO	
CARLOS VIANA	PRESENTE
EDUARDO BRAGA	
EDUARDO GIRÃO	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	
FERNANDO DUEIRE	PRESENTE
HUMBERTO COSTA	
IZALCI LUCAS	PRESENTE
JAQUES WAGNER	PRESENTE
JAYME CAMPOS	
PAULO PAIM	PRESENTE
RODRIGO CUNHA	
RODRIGO PACHECO	
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	
ELIZIANE GAMA	
SORAYA THRONICKE	PRESENTE
ZENAIDE MAIA	PRESENTE
EFRAIM FILHO	PRESENTE
SÉRGIO PETECÃO	
FERNANDO FARIA	
MARCELO CASTRO	PRESENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA	
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	
CLEITINHO	
GIORDANO	
CID GOMES	
RANDOLFE RODRIGUES	
ANA PAULA LOBATO	
MARGARETH BUZZETTI	





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

FPRNE, 26/09/2023 às 14h30 - 6ª, Reunião

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTES
ARNALDO JARDIM	
BANDEIRA DE MELLO	PRESENTE
BENES LEOCÁDIO	
CARLOS HENRIQUE GAGUIM	
CARLOS ZARATTINI	
CLAUDIO CAJADO	
CLEBER VERDE	
COVATTI FILHO	
DANILO FORTE	
EDUARDO BISMARCK	
FELIPE CARRERAS	
FELIPE FRANCISCHINI	
FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR	
FERNANDO COELHO FILHO	
GERALDO MENDES	
JOÃO CARLOS BACELAR	
JOSÉ GUIMARÃES	
JOSEILDO RAMOS	
JULIO LOPES	
LAFAYETTE DE ANDRADA	
LEBRÃO	
LUCIO MOSQUINI	
LUIZ FERNANDO FARIA	
MARCIO ALVINO	
PAULINHO FREIRE	
NATÁLIA BONAVIDES	
PAULO FOLETO	
PEDRO CAMPOS	
REGINALDO LOPES	
RODRIGO DE CASTRO	
ROSANA VALLE	
RUBENS OTONI	
SIDNEY LEITE	
VICENTINHO JÚNIOR	
VINICIUS CARVALHO	
ZÉ VITOR	
ZECA DIRCEU	
CARLOS VERAS	
BOHN GASS	PRESENTE
WASHINGTON QUAQUÁ	
DOMINGOS SÁVIO	
ALCEU MOREIRA	
PEDRO WESTPHALEN	
RICARDO GUIDI	
PAULO LITRO	
JOAQUIM PASSARINHO	





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

FPRNE, 26/09/2023 às 14h30 - 6ª, Reunião
Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTES
MAX LEMOS	
LEÔNIDAS CRISTINO	
JULIO ARCOVERDE	
EDUARDO DA FONTE	
WELTER	
ENFERMEIRA ANA PAULA	
ORLANDO SILVA	
ANDREIA SIQUEIRA	
TIÃO MEDEIROS	
HUGO LEAL	
GABRIEL NUNES	
MÁRCIO MARINHO	
ZÉ SILVA	
PAULO GUEDES	
SILVIA WAIÁPI	
PAULÃO	
ICARO DE VALMIR	
MARX BELTRÃO	
JORGE BRAZ	
AIRTON FALEIRO	
ANTONIO BRITO	
FERNANDO MINEIRO	
ODAIR CUNHA	
SÂMIA BOMFIM	
ALEX SANTANA	
RUBENS PEREIRA JÚNIOR	
GENERAL PAZUELLO	
CHARLES FERNANDES	
PADRE JOÃO	
LUCIANO AZEVEDO	
GABRIEL MOTA	
GERVÁSIO MAIA	
LEONARDO MONTEIRO	
ALENCAR SANTANA	

Não Membros Presentes

RENAN CALHEIROS
ROMÁRIO
PROFESSORA DORINHA SEABRA
AUGUSTA BRITO
WILDER MORAIS
ROGERIO MARINHO





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

ZEQUINHA MARINHO

ALESSANDRO VIEIRA

JUSSARA LIMA

MARCOS DO VAL

29/09/2023 11:13:30

Página 4 de 4





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

26/09/2023 - 6ª - Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB. Fala da Presidência.) - Minhas senhoras, meus senhores, boa tarde, mais uma vez.

O Senador Eduardo, através de sua assessoria, informou que está concluindo a audiência e se dirigindo... Enquanto isso, nós vamos abrir formalmente a nossa reunião, a nossa audiência, até a sua chegada, sem prejuízos aos que exporão e sem prejuízos também ao Senador Eduardo, que os ouvirá e as ouvirá.

Declaramos aberta a 6ª Reunião da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de setembro de 2023.

A nossa frente parlamentar tem, até esta data, a adesão de 33 Sras. e Srs. Senadores e 80 Sras. e Srs. Deputados Federais. Informo aos Parlamentares que desejarem compor a Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia que os termos para a adesão estão disponíveis junto à Secretaria e na página da frente, no *site* do Senado Federal.

Esta reunião destina-se a produzir, através desse debate sobre a nossa discutida reforma tributária, as questões aludidas no setor energético.

O Senador Eduardo Braga comporá a Mesa. Estamos a aguardá-lo. O fundamental é que nós o tenhamos exatamente para que sejam acolhidas as percepções, dúvidas e sugestões do setor.

A reforma tributária - essa é uma fala pessoal - é um tema crucial para os diversos setores da economia, incluindo o setor da energia, e não poderia ser diferente; desempenha ela um papel fundamental na eficiência e competitividade desse setor, além de impulsionar diversas outras atividades setoriais.

Em um primeiro ponto de vista, é essencial para o estímulo a investimentos uma reforma tributária bem planejada, que impulsione investimentos em infraestrutura energética. Estamos falando em maior segurança para investimentos em lacunas que o setor ainda identifica. De outro lado, podemos apontar para uma redução da evasão fiscal. Uma reforma tributária bem estruturada, que simplifique o sistema tributário atual, tornando-o mais transparente e justo, auxilia na redução da evasão fiscal, que é prejudicial para o setor de energia e para a economia como um todo. Essa evasão atinge diversas áreas do setor energético, como, por exemplo, o setor de combustíveis, que enfrenta prejuízos bilionários anuais por fraudes tributárias. São aproximadamente R\$ 14 bilhões sonegados anualmente no setor.

A propósito, um dos pontos que, desde o início das nossas reuniões, foi trazido como uma preocupação cogente é discutir o projeto de lei que fala sobre a condição de alguns devedores contumazes. Nós voltamos, e estamos insistindo...

Saudamos a presença do nosso estimado, querido companheiro, sempre presente aos debates em nossa Casa, Senador Fernando Dueire. Muito grato pela presença, querido, estimado amigo!

Então, nós estamos insistindo, no melhor sentido, entendemos, para que a Comissão de Constituição e Justiça, que já definiu a pertinência de uma audiência pública em relação a esse projeto dos contumazes devedores, o mais breve possível, e já não sendo tão breve, porque esse pleito nosso foi apresentado antes do recesso parlamentar, faça a audiência. Eu espero que amanhã, tendo mais uma vez lembrado à Secretaria da CCJ, possamos ter uma definição sobre a data para a audiência pública e, logo em seguida, para a apreciação, deliberação e, antes, debate, através deste projeto que tive a alegria de poder ter a designação de relatar.

1/15



Reunião de: 26/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

É importante também pretendermos uma simplificação tributária para o setor. Um sistema tributário simplificado significa maior segurança jurídica, maior facilidade para a expansão do setor e, consequentemente, segurança energética nacional e, por fim, mas não menos importante, o aumento da nossa competitividade internacional. A reforma tributária permitirá que as empresas do setor de energia sejam cada vez mais competitivas internacionalmente. Isso é especialmente importante em um mundo cada vez mais globalizado.

Senador Fernando Dueire, nós estamos no aguardo da chegada do Senador Eduardo Braga, que é nosso Relator, e eu justifiquei o atraso: porque havíamos definido como horário de início da nossa reunião 14h30, mas, entendendo os chamamentos feitos para que o Senador Eduardo Braga possa, na condição que a ele foi reservada como Senador Relator da reforma tributária... Está absolvido. Hoje mesmo, pela manhã, na Comissão de Constituição e Justiça, quem presidiu a audiência pública, sexta audiência pública, também fomos nós, exatamente em face da ausência. A gente tem esse alcance, esse entendimento da dimensão dessa árdua tarefa que lhe coube, em especial, porque no plano de trabalho que nos foi dado a conhecer, apresentado pelo Senador Eduardo Braga, previsto está para o dia 4, portanto, quarta-feira da próxima semana, a apresentação do seu relatório.

Então, são poucos dias que nos restam para que sejam feitas as derradeiras audiências públicas e para que o próprio possa dar forma acabada ao seu relatório.

Eu pergunto aos senhores se se sentiriam à vontade de começarem as suas exposições antes da chegada do Senador Eduardo Braga. Evidentemente, não podemos também pretender que as outras atribuições, os outros compromissos, meu querido Deputado... (Pausa.)

Além de tudo, o Senador Eduardo Braga está vindo, e, como também é de conhecimento dos senhores, ele está contundido, e a contusão o levou a estar, lamentavelmente, com algumas limitações; mas já soube aqui, pela nossa assessoria, que ele já se encontra... (Pausa.)

Deputado Bandeira, meus cumprimentos. Eu queria muito estar saudando-o na condição de vitorioso, mas, lamentavelmente, por um pequeno deslize, tropeço, V. Exa. mantém o seu sorriso que lhe é peculiar, independentemente dos infastos insucessos que o rubro-negro está a lhe trazer, em especial neste ano, que parece que começou e terminará sem absolutamente razões, mas isso com todo o respeito, de um bom vascaíno para um bom flamenguista, viu? (Risos.)

(Intervenção fora do microfone.)

Estamos tentando! Estamos tentando, só correndo no dia a dia. Seja bem-vindo, meu Deputado! Você está bem, sorriso largo.

Mas, enfim, nós temos aqui, como inscritos, a fala do Dr. Roberto Ardenghy, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, que se recém filiou à nossa frente; a Sra. Ludmilla Cabral, mais uma vez, querida amiga, muita honra por poder revê-la. Nós ficamos sempre muito bem impressionados com as suas exposições, respondendo pela Coordenadoria de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Biogás; o Sr. Sergio Massillon, nosso querido Serginho, Diretor Institucional da Federação Brasilcom, que já me apresentou a exposição, pedindo apenas para que nós não nos antecipássemos a lê-la; o Sr. Sergio Araújo, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom); o Sr. Darlan Santos - cadê o Darlan? Está aqui, à minha frente -, Presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (Cerne); o Sr. Olavo Ferreira da Costa, representante do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom); e, por fim, o Sr. Wagner Ferreira, Diretor Institucional e Jurídico da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, com quem tive a alegria de ter estado, hoje pela manhã, ouvindo algumas das suas colocações.

Pergunto ao Dr. Roberto se o senhor poderia iniciar a sua exposição, sem prejuízos ao que relatará, até a chegada do Senador Eduardo Braga.

Seja muito bem-vindo e, mais uma vez, obrigado por estar entre nós.

O SR. ROBERTO ARDENGHY - Obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Cumprimento também o Senador Fernando Dueire pela presença, os demais Parlamentares que prestigiam esta sessão.

Quero agradecer, Senador, inicialmente, a condução dos trabalhos e a maneira como o senhor tem presidido os trabalhos da Frente de Energia. É um prazer para o IBP ser membro dessa importante entidade, que tanto luta por um setor tão significativo para a economia brasileira, que é o setor de energia. E nós do setor de óleo e gás temos um papel preponderante.



Reunião de: 26/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O Brasil é uma potência energética por vários motivos e também porque conseguimos produzir uma matéria-prima de excelente qualidade, que é o petróleo brasileiro, um petróleo descarbonizado, um petróleo com baixo teor de enxofre. Esse petróleo não só é processado dentro das nossas refinarias e das nossas unidades de refino mas também é exportado. O segundo item da exportação hoje brasileira, por incrível que pareça, é o petróleo.

Eu sempre lembro isto: que o Brasil, em 1972, importava 90% do petróleo que consumia; e foi extremamente afetado pela crise que aconteceu, chamada choque do petróleo, em 1972, 1973. A partir daquele momento, sob a liderança da Petrobras e, depois, das demais empresas que vieram atuar no mercado brasileiro, hoje o Brasil assume uma liderança mundial nesse setor.

Então, temos muito orgulho do que estamos fazendo.

E também dentro desse contexto de transição energética: hoje nós já falamos da questão da captura e da reinjeção do CO₂, nós já falamos da eólica *offshore*, nós já falamos do gás como combustível da transição energética, dentro dessa tendência mundial, que é a tendência da descarbonização. E nós teremos condições, Presidente, de oferecer, cada vez mais, ao mundo energia.

Nesse setor que nós representamos, que é o setor de óleo e gás, o IBP representa a cadeia... Nós vamos desde a exploração e produção, desde a geologia do petróleo, onde se começa todo o trabalho de atividade, de identificação de reservas, até a distribuição desse produto. Todos os dias nós transportamos 390 milhões de litros de combustível para todas as cidades do Brasil, para todos os rincões. O petróleo e os seus derivados funcionam exatamente como um sangue que irriga as veias dessa economia brasileira. Não existe nenhuma atividade econômica hoje que seja totalmente independente dessa atividade nossa.

Fazemos isso, Presidente, com grande responsabilidade social e ambiental - eu sempre digo isso. Nós, todos os dias, aqui na frente do Rio de Janeiro e de São Paulo, que são áreas, inclusive, de alta sensibilidade ambiental, tiramos 70% desse petróleo. São retirados 3,5 milhões de barris de petróleo na frente de Angra, na frente de Ubatuba, na frente de Santos, na frente de Ilha Grande e de toda essa região belíssima do litoral brasileiro, e as pessoas não se dão conta disso, porque entrou na rotina. Por quê? Porque nós fazemos isso com grande competência.

É por isso que defendemos muito a continuidade da atividade exploratória brasileira, inclusive em outras bacias sedimentares. Nós temos que continuar encontrando essa riqueza, para o bem do Brasil.

E somos grandes apoiadores, Sr. Presidente, da reforma tributária, pela questão, primeiro, da simplificação: nós, assim como outros setores da economia, fomos vítimas e somos vítimas desse cipóal burocrático que se criou em cima do regime tributário brasileiro.

Eu fiquei muito surpreendido um dia conversando com o presidente de uma pequena empresa brasileira de petróleo.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO ARDENGHY - Ele me disse: "Ardenghy, pela primeira vez eu tenho mais contadores da minha empresa do que geólogos, e é uma empresa de petróleo"; "Como é que pode isso?"; "Porque eu perco mais tempo e dedico mais esforço ao pagamento dos impostos do que à minha atividade fim, que é a geologia, que é encontrar petróleo, que é produzir petróleo para o bem do Brasil".

Então, vejam que essa questão da simplificação, essa questão da melhor eficiência do sistema tributário é absolutamente fundamental para que a gente possa permanecer e continuar nesse caso de sucesso.

O Brasil tem uma perspectiva muito positiva nos próximos anos. Nós estamos falando de investimentos, Sr. Presidente, na faixa de US\$200 bilhões. Isso não é brincadeira. Talvez... O maior programa de investimentos que acontecerá na economia brasileira nos próximos dez anos é do setor de óleo e gás. Nós estamos falando da geração de 427 mil empregos nessa cadeia e do pagamento de US\$65 bilhões de impostos, de participações governamentais, de *royalties*. Esse é um dos setores mais tributados da economia brasileira. E, para isso, precisamos que a reforma tributária também reconheça essa importância.

Então, temos reivindicações, como é o caso do Repetro, que é um sistema que desonera a atividade econômica inicial, porque, nesse nosso setor de petróleo e gás, nós fazemos um investimento muito pesado na frente, sem antes obter uma gota de petróleo; do momento da geologia, do momento em que você descobre uma reserva até a produção do primeiro barril de petróleo, pode se levar de oito a dez anos só de investimentos; a empresa tirando o dinheiro do bolso, investindo em infraestrutura, gerando atividade econômica, empregando pessoas, preparando aquele território para produção de petróleo, e aquilo só vai começar a dar frutos dali a oito anos. Então, é fundamental - como existe em outros países do mundo, essa é uma prática consolidada em praticamente todos os países produtores de petróleo - que você desonere a essa faixa inicial, onde você tem um grande desembolso de recursos iniciais.

3/15



Reunião de: 26/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

E isso está no espírito da reforma tributária - a gente sabe disso -, mas, para nós, a manutenção do espírito da não tributação da atividade inicial de investimento é muito importante, porque nós disputamos o investimento com o mundo. Eu sempre digo isto: as empresas que operam no setor de óleo e gás são, por definição, empresas de caráter transnacional; elas operam no Brasil, como operam na África, como operam na Ásia, no Oriente Médio, em outros países da América Latina. Temos aqui a Guiana, por exemplo, um país vizinho, que hoje já está produzindo 450 mil barris de petróleo. Aliás, ali na Margem Equatorial - é a mesma reserva que temos no Brasil - , tem 11 bilhões de barris de petróleo descobertos naquele país, um país minúsculo do nosso continente. Temos a Argentina, aqui do lado, com grandes reservas de gás; e temos a Bolívia, o Peru, a Colômbia, só para citar os países aqui do nosso continente, muito mais relacionados com toda a estrutura que temos distribuída pelo mundo inteiro. Então...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Dr. Roberto, se o senhor puder, sem perder a linha de raciocínio e da exposição, esperar... Quero saudar a chegada do nosso Relator, Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Braga, tomamos a liberdade, concedida por V. Exa., de abrir antes da sua chegada, mas com o seu entendimento - cuidado para não se contundir de novo - e a sua compreensão para que o fizéssemos.

Estamos diante do primeiro expositor, o Dr. Roberto Ardenghy, que responde pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, agradecendo de já a sua atenção para com a frente parlamentar.

Na semana retrasada, quando nós nos dirigímos ao Senador Eduardo Braga, pedindo este momento para com os integrantes que aderiram à nossa frente parlamentar, o Senador Eduardo, de imediato, gentilmente, por saber a importância que tem nessa reforma tributária, abriu a sua agenda, que não é pequena, mas extensa, e, já para a conclusão do seu relatório, que será apresentado na próxima quarta-feira, queria ouvi-los, em especial porque também o Senador Eduardo, lembremos, tem a *expertise* de ter sido executivo, de ser um Parlamentar com uma rodagem considerável e também de ter respondido pela pasta Ministério de Minas e Energia, ou seja, ele é afeito ao tema.

Eu quero dizer a V. Exa. que contamos aqui com a presença do Senador Fernando Dueire, do Deputado Bandeira de Mello, do Deputado Pedro Campos e de dois ex-companheiros nossos da Câmara Federal: o Deputado Edinho Bez e o Deputado Darcísio Perondi.

Dr. Roberto, por gentileza. E me perdoe.

O SR. ROBERTO ARDENGHY - Pois não.

Senador, bem-vindo. É um prazer tê-lo aqui conosco também.

Essa minha parte introdutória, Sr. Presidente, até ficou um pouco despicienda, porque o Senador Eduardo Braga é um especialista na matéria, foi Ministro de Minas e Energia, com grande carreira no setor de energia. Então, eu fiz uma pequena introdução, Senador, sobre o setor de óleo e gás e a sua importância, mas o senhor, como ex-Ministro de Minas e Energia, conhece de maneira muito detalhada as nossas atividades.

Estava iniciando aqui, rapidamente, mencionando alguns temas ligados à questão tributária e ligados exatamente ao ponto da sua relatoria.

O primeiro é a questão da não oneração dos investimentos no setor. Esse setor, como o senhor sabe, é um setor de longa maturação. Os investimentos de petróleo demoram muito para serem realmente executados e começarem a produzir. Entre você descobrir uma reserva e começar a produzir, pode-se levar de oito a dez anos de investimentos pesados que as empresas fazem. Então, faz todo sentido que - como é um princípio, aliás, da reforma tributária - não se onere essa fase de investimento pesado, de modo que você possa permitir, lá na frente, um pagamento importante de impostos. Então, esse é o primeiro ponto, que é a manutenção do espírito do Repetro no sentido da reforma tributária.

O segundo deles é a questão do imposto seletivo. Esse é um produto que tem uma essencialidade. Não preciso ressaltar aqui quão importante esse produto é para a economia nacional e para o dia a dia das atividades econômicas do país. Então, este é o segundo ponto também: é de suma importância que se façam alterações no texto, de modo a prover a não incidência do IS sobre operações envolvendo petróleo e gás, para que a gente possa manter o mesmo princípio.

E o terceiro ponto, mais ligado à questão da exploração e produção, é a questão do art. 19 da PEC 45, que é a permissão para que os estados instituam contribuição sobre os produtos primários e semielaborados. Nós achamos que essa medida vem em oposição a todo o espírito da reforma tributária, ao permitir que os estados tenham essa autonomia - e aí pode se gerar, inclusive, uma guerra fiscal. Entendo, não vemos nenhuma razão para isso. E nos colocamos junto a outros setores, especialmente setores produtores de produtos primários e semielaborados, para que a gente possa evitar esse tipo de medida durante as discussões aqui, sob a sua liderança na relatoria.

A questão mais ligada à distribuição e à comercialização de combustíveis é outro ponto importantíssimo para o dia a dia.

4/15



Reunião de: 26/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O senhor é originário da Região Amazônica. Não preciso dizer da importância do fornecimento de combustíveis para aquela região, dos desafios logísticos que existem para que se possam alcançar aqueles rincões do Brasil, para que o pescador possa ter combustível para fazer a sua pesca, para que algumas populações isoladas possam ter a possibilidade de ter um gerador para ter um pouco de energia e por aí vai. Então, é uma realidade que é muito, vamos dizer assim, crítica na Amazônia, mas que se comunica com o país inteiro.

Então, a manutenção da monofásia com a cláusula *ad rem* é fundamental, porque ela gera uma regularização no mercado com relação às atividades e iguala os agentes no dia a dia da sua atividade econômica, sem criar disparidades entre regimes tributários estaduais, situações que geram muita ineficiência e geram inclusive ineficiência no sentido logístico da palavra. Nós tínhamos, antes da implantação da monofásia, a situação de que havia muito trânsito de combustíveis entre os estados, exatamente para permitir esses ganhos tributários que não são exatamente oriundos da atividade própria, mas apenas de uma vantagem tributária. Então, a manutenção desse princípio...

O segundo elemento é o elemento do imposto seletivo, que eu já mencionei, que também é muito importante.

E o terceiro ponto é a questão dos saldos credores existentes antes da reforma. Algumas empresas naturalmente terão muitos saldos ainda nesse processo de transição. Então, esse terceiro ponto também é importante para nós. Achamos que tem que ser criado um mecanismo para que esses saldos credores, no decorrer de um tempo razoável, sejam capazes de ser incorporados ou usados de alguma maneira, de modo que tudo seja gerado e que a gente possa alcançar o princípio do que prevê a reforma tributária.

Então, Presidente, eram esses os comentários.

Eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade que o senhor dá ao Instituto Brasileiro de Petróleo, como entidade representativa do setor, e desejar, Senador Eduardo Braga, muito sucesso na sua relatoria. O seu desafio não é pequeno, mas a gente sabe que o senhor é uma pessoa capaz, com experiência política e administrativa para tocar esse projeto importantíssimo para o desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Obrigado, Dr. Roberto.

Sra. Profa. Ludmilla Cabral, Coordenadora de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Biogás, V. Sa. tem a palavra.

A SRA. LUDMILLA CABRAL - Boa tarde, Senador Veneziano. Obrigada pela oportunidade de estar aqui.

Boa tarde, Relator, Senador Eduardo Braga.

Para a Abiogás, é uma honra estar aqui presente, contribuindo com o debate da reforma tributária, que é o pano de fundo para o país se desenvolver.

Quando a gente fala de reforma tributária, a gente não pode deixar de comentar sobre transição energética e transição ecológica, que são questões importantes e que não podem deixar de ser contempladas nessa reforma tributária tão importante para o avanço de diversas questões no país.

A Abiogás também entende que a reforma é importante, que ela tem que avançar e que não poderia estar em melhores mãos, como bem colocou aqui o Ardenghy.

Puxando aqui um pouco a sardinha para o lado do biogás, o biometano como uma fonte nova presente, e para falar sobre transição energética, sendo o biogás, o biometano um energético que é estratégico para a neoindustrialização - como a gente costuma falar - desfossilizada, descarbonizada, a gente entende que algumas questões precisam constar nessa reforma tributária, entre elas: o enquadramento do biogás e do biometano como produto agropecuário, em insumos agropecuários, porque faz sentido, já que a gente trabalha com os resíduos da agroindústria para a geração do maior potencial do mundo - nenhum país no mundo tem o potencial que o Brasil tem para a geração de bioenergia, de biofertilizantes, de biocombustíveis a partir dos resíduos -; desoneração na aquisição e importação de bens de capital - isso é relevante também para desenvolver a indústria do biogás e do biometano aqui no país, que tem esse potencial gigante, e hoje não conseguimos chegar nem a 2% desse potencial -; redução de alíquotas para insumos essenciais e prioritários - da mesma forma, isso é uma forma de alavancar a indústria do biogás e do biometano aqui -; e a promoção da transição energética em si, por meio da lei complementar, transformando todas essas gerações de energias renováveis e de biocombustíveis em bens essenciais. Isso é importante para que a gente traga, no pano de fundo da reforma tributária, a transição energética e a transição ecológica, de que tanto o Governo fala e que tanto apoia.

O Brasil hoje possui o maior potencial, como eu já falei, para a produção de biogás e biometano a partir dos resíduos. São 120 milhões de metros cúbicos que poderiam estar sendo produzidos, e hoje não são produzidos por falta de um arcabouço regulatório que ajude a emplacar o setor brasileiro. A gente estima, aqui na Abiogás, que, até 2030, serão R\$50 bilhões

5/15



Reunião de: 26/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

de investimento. O setor está crescendo e pode ser um vetor importante na transição energética, na transição ecológica, para uma reforma tributária que traga tudo isso como pano de fundo.

A gente mais uma vez agradece a oportunidade de estar aqui para falar, sem alongar muito, porque a gente já alongou bastante a reunião. E agradeço mais uma vez ao Senador Veneziano pelo convite e ao Senador Eduardo Braga por estar ouvindo aqui a gente. Senador Fernando Dueire, obrigada pela sua presença também.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Gratíssimo, Sra. Profa. Ludmilla Cabral.

Nós vamos passar a palavra, de imediato, ao Senador Eduardo Braga, que tem tarefa a cumprir também durante o resto do dia, mas evidentemente fará sua exposição e a compreensão aos pontos que V. Sas. estão a trazer.

Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM) - Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria começar cumprimentando nosso Presidente, Senador Vital do Rêgo, e nosso querido Fernando Dueire. E cumprimento cada um dos convidados: Roberto Ardenghy, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás; Ludmilla Cabral, Coordenadora de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Biogás; Sergio Massillon, Diretor Institucional da Federação Brasilcom; Sergio Araujo, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom); Darlan Santos, Presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (Cerne); Olavo Ferreira da Costa, representante do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom); e Wagner Ferreira, Diretor Institucional e Jurídico da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

Primeiro, quero pedir desculpas pelo meu atraso. Segundo, quero dizer que eu, lamentavelmente, fui vítima de um acidente descendo a escada de um avião, o que tem dificultado a minha locomoção, mas eu tenho persistido em não pedir licença médica para que eu possa desempenhar essa função de relatar essa matéria, que eu reputo uma das matérias mais importantes para o Brasil, que é muito complexa, que é muito difusa e que tem uma responsabilidade gigantesca tanto com o setor produtivo brasileiro como também com o contribuinte brasileiro e com a Federação brasileira.

Acho que essa é uma matéria que tem esses três grandes atores principais: de um lado, o setor produtivo, portanto o setor econômico; de outro lado, o contribuinte, que, na minha modesta opinião, não tem mais espaço para pagar mais tributo neste país, principalmente sobre consumo - o Brasil é um dos países que mais tributa consumo no mundo -; e a Federação brasileira, que, ao longo dos anos, desde a Constituinte para cá, vem sofrendo distorções.

Para que vocês tenham uma ideia, 80% dos recursos dos estados e dos municípios estão contidos nessa reforma tributária - de consumo. Já os da União, 20%. Só isso já demonstra a distorção que aconteceu da Constituinte para frente. Por quê? Porque, da Constituinte para frente, a União percebeu isso e, de forma criativa, foi criando contribuições não compartilhadas e aumentando a sua arrecadação sem que isso significasse um compartilhamento para com estados e municípios. Esses recursos não estão nessa reforma tributária. Em que pese alguns deles até terem impacto sobre o consumo, eles não estão nessa reforma tributária.

De qualquer modo, essa reforma tributária tem como fundamento simplificar cinco grandes tributos no país - quatro tributos que têm função tributária e fiscal e um que tem função extrafiscal, que é o IPI -: o ICMS, o ISS, o PIS, o Cofins e o IPI, sendo substituídos pelo IVA dual, que se representa pela CBS e pelo IBS.

Essa reforma, a meu juízo, precisa ter alguns fundamentos e alguns compromissos com a nação. Primeiro, ela precisa ser simplificadora. Não faz sentido fazer uma reforma em cima desses cinco tributos, transformando-os em dois tributos, sem que isso signifique uma simplificação tributária, ou seja, que seja mais simples cobrar, que seja mais simples fiscalizar e que seja mais transparente para o consumidor saber o que ele está pagando, e para o contribuinte saber o que ele está pagando.

Segundo, neutralidade da carga tributária. Garantir que haja uma neutralidade da carga tributária.

Terceiro, que haja, portanto, um equilíbrio federativo para que a Federação possa permitir um desenvolvimento a todos os brasileiros, independentemente da região em que o brasileiro viva. Nós não podemos fazer desta reforma tributária um aprofundamento entre um Brasil rico e um Brasil pobre; entre um Brasil inovador, tecnológico e um Brasil subdesenvolvido ou sem infraestrutura. O que nós queremos é exatamente que nós tenhamos um Brasil que busque, ao longo dos anos e ao longo da sua transição, a redução da desigualdade econômica e regional, e isso significa equilíbrio federativo.

Segurança jurídica. Esta é uma outra questão importante: ter segurança jurídica.



Reunião de: 26/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

E, por fim, creio que nós precisamos ter, nessa reforma tributária, a consciência de que não tem almoço grátis. Se nós vamos dar regimes jurídicos excepcionais para algum setor, nós temos que saber quanto custa, qual o custo-benefício e se a sociedade brasileira apoia ou não apoia esse custo-benefício, para que seja aprovado e chancelado pelo Congresso Nacional. Eu acho que é assim que a força democrática e a correlação de força democrática funcionam. Tanto é que, tão logo o texto foi aprovado pela Câmara, a primeira medida que nós fizemos foi ir ao Governo, pedir que o Governo produzisse um estudo que mostrasse exatamente quais eram as alíquotas projetadas em cima do texto aprovado pela Câmara e o que significava cada uma das exceções aprovadas pela Câmara dos Deputados, e quanto isso custava, para tornar isso público, para que todos pudessem ter conhecimento desse tema. Segundo ato, ir ao Tribunal de Contas da União, pedindo ao órgão que apresentasse um estudo em cima de um estudo elaborado pelo Ministério da Fazenda, que pudesse convalidar os números. Nós, no Senado, não temos como convalidar esses números, e o Tribunal de Contas tem como convalidá-los. Portanto, o Tribunal de Contas tem nos assessorado, tem nos auxiliado na busca de nós construirmos uma reforma tributária com esses equilíbrios.

Existem, obviamente, setores estratégicos para a nação brasileira e, dentro desse princípio da análise do custo-benefício, nós precisamos saber quanto custa apresentar esses números em um relatório e perguntar aos representantes diretos da população no voto direto, no caso Senadores e Deputados, se é isso que a nação quer e, assim, encontrarmos resposta para cada uma das questões apresentadas. São praticamente 200 emendas já apresentadas, eu não vou apresentar o relatório na semana que vem, é impossível. Várias questões fizeram com que isso fosse prorrogado: primeiro, o número de requerimentos apresentados na CCJ, o número de audiências públicas que foram apresentadas; segundo, um acidente que aconteceu comigo, que me impôs uma série de limitações, que eu estou tentando, com esforço físico, creiam... Deus sabe o quanto eu tenho me esforçado e o quanto eu tenho resistido de dor para poder estar presente nos locais, porque não é em todo lugar que eu tenho estrutura de cadeira de rodas, disso, daí, para poder estar presente, mas tenho feito. O calendário que nós apresentamos é no sentido de que, até o final do mês de outubro, nós apresentariam um relatório. Esse calendário e esse cronograma assumido pelo Presidente Rodrigo Pacheco, sim, está de pé. Não está fácil, porque os interesses são muito difusos, tem muita coisa ainda que agora vai entrar na fase efetiva da negociação do texto com as bancadas, com os autores das emendas e com os setores que apresentaram as emendas, tem algumas questões para as quais já tem um entendimento sendo encaminhado com o Governo, e tem outras para as quais ainda não tem entendimento encaminhado com o Governo.

Quando todo esse arcabouço estiver pronto, nós vamos ter que sentar ainda com a Câmara dos Deputados, para que, junto com o Presidente Arthur Lira e com o Relator Aguinaldo Ribeiro, nós possamos ter um entendimento de como a Câmara vê essas mudanças que estejam sendo feitas aqui no Senado da República, porque, na democracia, é assim que as coisas funcionam, se é que a gente quer aprovar, sancionar e promulgar essa emenda constitucional até o final do ano. Portanto, esse é o cronograma.

O setor de energia é um setor prioritário, é um setor que tem, portanto, todas as atenções de nossa parte. Eu anotei muitas das questões colocadas aqui pelos senhores como preocupações, e elas estão nos nossos radares.

A gente está acompanhando praticamente essa questão de bens de capital, investimentos, seja na área de saneamento, seja na área de energia, logística, etc. Essa questão de investimentos eu acho que ainda não está equacionada na reforma tributária e precisa ser discutida com mais profundidade para a gente ter uma proposta, que ainda não temos.

Sobre a questão do imposto seletivo, tem uma proposta sendo negociada, mas ainda não está batido o martelo.

Portanto, eu quero dizer a vocês que nós estamos atentos, buscando atender às preocupações dos senhores e dar uma resposta.

Apresentaremos, como foi prometido, o relatório com antecedência, para que todos possam conhecer. Aqui no Senado, ninguém vai votar uma emenda aglutinativa, porque não existe no nosso regimento emenda aglutinativa. Portanto, nós vamos apresentar um relatório, vai haver pedido de vista coletiva, todo mundo vai tomar conhecimento durante uma semana, haverá uma negociação ampla em torno desse relatório, e aí vamos ter a primeira rodada de votação na Comissão de Constituição e Justiça. Depois, isso vai para Plenário, muitas emendas ainda serão apresentadas, provavelmente isso voltará à Comissão de Constituição e Justiça com nova rodada de negociação, etc., e aí será votado. Portanto, não teremos surpresas com relação ao que vai ser o resultado da votação do Senado em função da metodologia que é usada aqui no Senado, que é muito transparente. Eu peço desculpas aos senhores, mas eu tenho uma audiência que na semana passada foi cancelada em função do meu problema de joelho, que eu vou ter que comparecer, mas saibam da minha atenção, da minha compreensão sobre o papel estratégico, o papel desenvolvimentista do setor de energia para a nação brasileira. Aquilo que estiver ao nosso alcance dentro desse equilíbrio que nós estamos buscando, nós vamos buscar representar no nosso relatório. E vocês têm aqui no Veneziano Vital do Rêgo o meu Líder, nosso Vice-Presidente do Senado, meu companheiro de longas jornadas aqui no MDB, que saberá sempre, juntamente com Fernando Dueire, que é outro grande

7/15



Reunião de: 26/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

representante do Nordeste, vão sempre estar aqui no meu ouvido falando e lembrando das questões do setor. Portanto, um abraço a todos, muito obrigado e me perdoem por eu ter que me ausentar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Minhas senhoras e meus senhores, eu peço a permissão ao Senador Eduardo. Senador Eduardo, eu poderia coligir aqui, compilar juntamente com os demais companheiros e apresentar à sua assessoria as sugestões para que o senhor possa deter-se...

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM) - Claro! Eles estão aí, está todo mundo aí.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Nós vamos fazer essa compilação ao final e entregaremos à sua assessoria. Um abraço, irmão, obrigado pela atenção de sempre. Tudo de bom.

O nosso querido Sergio, o Dr. Sergio Massillon, Diretor Institucional da Federação Brasilcom.

O SR. SERGIO MASSILLON - Boa tarde, Senador Veneziano, Senador Fernando. Na pessoa dos senhores, eu cumprimento a sua turma toda, mas eu não tenho só dois minutos e 54 segundos, não. Faça isso comigo não, me dê os cinco minutos. (*Risos.*)

Mas eu vou falar muito rápido.

A Federação Brasilcom, a Associação Brasilcom, aqui presente, representa 41 empresas distribuidoras regionais. Suas distribuidoras estão presentes em todo o território nacional, atendendo às suas regiões, atendendo muito a área de bandeira branca, apesar de algumas delas terem algumas redes até extensas, mas são, até de acordo com o TCU e com o Cade, fundamentais para a competitividade no mercado de distribuição de combustíveis brasileiros. Essas empresas têm duas preocupações principais. A primeira é que, apesar de citar que, para combustíveis e lubrificantes, o imposto é monofásico, e eu achar que o biocombustível é um combustível também, eu acho que, para efeito de clarificar e evitar discussão, a gente gostaria de incluir o termo biocombustível na monofásia.

Um dos motivos que nos leva a fazer isso é que estudos da Fundação Getúlio Vargas que começaram em 2019, até com a equipe da antiga Plural, apontaram perdas tributárias gigantescas de sonegação e de inadimplência, das quais 70% eram na comercialização do etanol hidratado. Então, isso é um buraco tributário que surge, que pode ser combatido com a monofásia também dos biocombustíveis. Essa é a nossa primeira prioridade.

A segunda prioridade e a última é alterar a redação que fala em "devendo". Eu, quando construí essa apresentação, Senador Veneziano, ainda não tinha visto a sua emenda. E a sua emenda já atende a esse desejo ou essa necessidade de substituir o termo "podendo ser específica" para ser "devendo ser específica". O seu texto é diferente, mas resulta no mesmo objetivo, que é que toda a cobrança de tributo seja de forma *ad rem*.

Eu não tenho muito mais coisa para falar, por isso que eu falei que eu ia ser muito rápido. Eu lhe dei uma cópia da apresentação, pedi para não ler, por causa da cola ali que eu já estava usando o seu nome. Entreguei uma cópia para o Senador Eduardo Braga, para que ele veja, ele infelizmente não pôde assistir.

A Brasilcom agradece a oportunidade de ter vindo aqui e ter exposto esses dois pontos que para nós são fundamentais na reforma tributária, para melhorar o nosso mercado, acabar com essa bagunça que é o mercado de etanol, da tributação dividida entre distribuidor, produtor e garantir que esse buraco de R\$14 bilhões não exista e também que seja mantida essa alíquota *ad rem* em todo o território nacional.

Obrigado. Sobrou um minuto e quarenta daqueles dois e pouco. Fui rápido.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Rapidez, concisão. Nós agradecemos a sua concisa colaboração e apenas lhe assegurando, como aos demais outros expositores, que todas as sugestões que serão trazidas chegarão ao conhecimento prévio do Senador Eduardo Braga que já nos trouxe, ao meu sentir e penso também de toda a Casa, uma informação que reputo como muito importante. A gente tem a oportunidade de fazer a reforma. Por isso, não podemos desperdiçar, compelidos ou impelidos ou levados a cumprir um prazo que o façamos e ao final não tenhamos um texto que de fato corresponda às nossas expectativas, nossas enquantos integrantes da sociedade.

Ficava muito, muito próximo dia 4, quarta-feira. Quando tomei conhecimento hoje, eu até estranhei, mas evidentemente não poderia desconhecer o plano de trabalho. Mas agora a palavra do Senador Eduardo Braga nos traz essa segurança de que vamos maturar quanto mais possamos, vamos identificar aquilo que é possível e com os cuidados que ele bem próprio sabe que essa é a tarefa mais difícil, esse malabarismo, no melhor sentido, de garantir essa neutralidade, fazer concessões, mas sabendo que toda e qualquer concessão requererá e exigirá do outro lado cobranças. É esse equilíbrio, essa tarefa que cabe, que não é pequena, ao Senador Eduardo Braga.



Reunião de: 26/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Eu convido o Sr. Sergio Araujo, que é Presidente-Executivo da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom). Sergio. Serginho, por gentileza.

O SR. SERGIO ARAUJO - Boa tarde, Senador Veneziano, Senador Fernando e os demais Parlamentares e companheiros que estão aqui nesta plenária. Eu queria inicialmente agradecer o convite para que Abicom participasse deste importante debate que é esse projeto da reforma tributária. E, como foi colocado pelo Senador Eduardo Braga, a atividade e o setor energético é muito importante nessa discussão.

Eu trouxe aqui, aproveitando a oportunidade... A Abicom talvez seja a associação mais nova, a caçula do setor de energia. Foi inaugurada, foi iniciada em julho de 2017. Ela surgiu com uma mudança na política de preço da Petrobras em outubro de 1986. E tem aí um mito que eu quero aproveitar a oportunidade para descontruir: é de que as importadoras são empresas estrangeiras, oportunistas e na verdade o que nós mostramos aí, nós temos dez associados e desses dez associados, oito, ou seja, 80% são empresas nacionais que atuam há muitos anos na atividade, na cadeia de suprimento de combustíveis no país. São geridas, são operadas por empresários e executivos brasileiros que têm como principal objetivo a garantia do abastecimento nacional, considerando que no país, como já foi colocado pelo Roberto Ardenghy, a gente tem aí um excedente muito grande de produção de óleo, mas não temos infelizmente uma capacidade instalada no refino para atender à demanda nacional.

Vai ser muito rápido, eu vou conseguir atender o prazo, mas eu gosto de mostrar essa lâmina porque ela mostra ali o crescimento da demanda dos principais combustíveis de 2007 - poderia estar trazendo até um pouco para trás - a 2013, em pouco mais de seis anos, houve a duplicação, ou seja, o consumo saiu de 46 milhões de metros cúbicos e foi para 93 milhões de metros cúbicos. E o que a gente vê na lâmina seguinte é que, nesse período em que teve um aumento substancial na demanda pelos combustíveis, não houve investimento na mesma velocidade para incremento do parque de refino, sendo a última grande refinaria inaugurada na década de 80. Então, isso levou a hoje, a gente ter uma dependência. No caso do diesel, da ordem de 30% da demanda precisa ser importada e na gasolina entre 10% e 15%, dependendo da competitividade do etanol hidratado para os motores do ciclo Otto.

Olhando para frente, o que a EPE mostra no seu caderno é que, no caso do óleo diesel, essa necessidade da importação é crescente, ou seja, nos próximos anos a gente vai ter um incremento da necessidade de importação do óleo diesel da ordem de 50%, saindo ali de 35 milhões de metros cúbicos para 52 milhões de metros cúbicos. E esse estudo da EPE considera toda a transição energética, o aumento do percentual do biodiesel, eletrificação de parte da frota, o consumo também de GNL em algumas frotas, em algumas rotas. Então, eu acho que esse estudo demonstra a necessidade e a importância da atividade de importação de combustíveis para garantir o abastecimento nacional.

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO ARAUJO - Finalmente, chegando ao ponto objeto da nossa reunião, o que a gente coloca não é diferente do que já foi colocado aqui pelos demais colegas da mesa, é da importância e da manutenção desse importante passo que já foi dado na simplificação tributária com a monofasia e com a aplicação da modalidade da alíquota *ad rem*. Então, essa é uma posição nossa de que é muito importante essa manutenção e que a gente não tenha o retrocesso, como foi recentemente ameaçado.

O imposto seletivo. Nós vemos que é importante ter cuidado na definição desse imposto seletivo. A nossa atividade de comercialização de combustíveis derivados de petróleo já tem um peso muito grande, já é uma atividade bastante tributada e que tem impacto em outros setores da economia brasileira. E é de conhecimento de todos que é gerador de inflação. Aproximadamente 33% do preço da gasolina são impostos e 17% do preço do diesel.

E para fechar de novo, não diferente do que já foi colocado pelos colegas da mesa, é a manutenção da monofasia e da alíquota *ad rem*. E há um ponto que a gente coloca importante, que é a precificação justa dos combustíveis fósseis de forma que permita o avanço da transição energética. Eu costumo dizer, sempre que tenho a oportunidade, que a prática de preços artificiais nos combustíveis fósseis pode inviabilizar a transição energética, uma vez que pressiona a precificação dos combustíveis alternativos.

Mais uma vez, muito obrigado. A Abicom agradece pela oportunidade de estar apresentando esta contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Sergio, por gentileza, para mim e para o Senador Dueire, você trouxe na lâmina anterior uma projeção de quase 50% nos próximos anos, até 2032, do aumento...

O SR. SERGIO ARAUJO - Da necessidade. Veja bem, isso é um dado da EPE, não é um cálculo da Abicom. É um dado que está publicado pela Empresa de Pesquisa Energética. E, mesmo considerando a transição energética prevista



Reunião de: 26/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

com o incremento do biodiesel na mistura com o diesel, a entrada de GNL em algumas rotas, eletrificação de umas frotas seletivas, a expectativa é de aumento da necessidade de importação do óleo diesel até 2032.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Mas essa projeção, por quais razões, tendo em vista todo esse incremento das novas políticas...

O SR. SERGIO ARAUJO - Bom, eu tenho uma lâmina que até eu tinha colocado, mas eu suprirei, Senador, que mostra que existe uma correlação muito forte da variação do PIB com o consumo de óleo diesel. É quase que um para um, a relação é muito forte. Então, se a gente faz aí uma projeção do crescimento da nossa economia, da ordem de 2%... Não me lembro exatamente como foi feita a distribuição, no estudo da EPE, da previsão de PIB, mas o aumento do consumo tem uma correlação muito forte com o PIB. Então, é facilmente demonstrada essa necessidade.

E para isso, eu vou pegar uma cola aqui num trabalho do IBP, do nosso amigo Roberto Ardenghy, que publicou um trabalho muito importante que mostra que, para que a gente tenha infraestrutura suficiente para suportar essa importação, se faz necessária a realização de importantes investimentos, seja em área portuária, em construção de novos diques, de terminais, e também em infraestrutura logística para internar esse produto, tirar esse produto do porto e levar até as zonas de consumo. Mas esse trabalho também é um trabalho que não é da Abicom, mas é um trabalho do IBP, que já foi publicado, divulgado bastante interessante, mas em cima desse dado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Obrigado, Sergio.

Eu convido o Sr. Darlan Santos, Presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia, para sua exposição; antes, convidando nosso querido companheiro Parlamentar, Deputado Bandeira de Mello, para que esteja aqui conosco, comigo e com o Senador Fernando Dueire, que é o Vice-Presidente.

Deputado Eduardo, por gentileza.

Querido Darlan.

O SR. DARLAN SANTOS - Boa tarde, senhores.

Primeiro, quero agradecer à Frente Parlamentar, representada aqui pelo Senador Veneziano, pelo Senador Fernando. Eu me sinto muito feliz em estar aqui, porque eu me sinto fazendo um pouco parte disso - o ex-Senador Jean Paul Prates também já foi Presidente do Cern e participou ativamente da Frente Parlamentar -, eu me sinto entre amigos em estar aqui contribuindo.

Eu queria começar a minha fala indicando da importância... Eu comentei há pouco, aqui fora, com os amigos, da importância desse texto, talvez um dos textos mais importantes que estão tramitando no Senado e o impacto que isso pode trazer para o setor energético, porque hoje também aqui na Casa estão tramitando dois textos muito importantes. O primeiro é sobre a regulamentação, finalmente, sobre a produção de energia em mar - a gente está falando das eólicas *offshore* -; e também sobre esse novo mercado, essa nova tecnologia, que é em relação à produção de hidrogênio com selo verde. São dois textos fundamentais que vão trazer a segurança jurídica necessária para o desenvolvimento desse setor. E não tem como ser diferente o possível impacto que a reforma tributária vai trazer para esse setor, dados os investimentos massivos que são necessários para o seu desenvolvimento.

Eu queria indicar que a inclusão da energia elétrica no rol dessas atividades essenciais... Elas são passíveis de regime tributário diferenciado nessa aplicação da alíquota do IBS, que é dos impostos de bens e serviços, e dessa forma atuam como estímulo muito forte ao desenvolvimento do país. Eu queria fazer aqui uma observação e atentar, que é a Lei Complementar 194, que, com a entrada da PEC 45, seria revogada. Talvez esse seja um ponto de observação.

Eu queria só deixar mais uma observação aqui na minha introdução, que o Ipea divulgou há pouco tempo que a redução de apenas 10% na conta de energia, na tarifa de energia elétrica, afetaria o PIB em 0,45%, o que representa aqui R\$45 bilhões por ano, recurso hoje tão importante e dentro das expectativas, por exemplo, do Ministério da Fazenda, do Ministro Haddad, recurso tão necessário.

Eu queria citar aqui três tópicos a mais em relação a esse ponto: em relação aos benefícios relativos a Capex de projetos tão importantes para o setor de energia renovável; sobre o imposto seletivo; e também sobre a contribuição sobre os produtos semielaborados, que já foi citado aqui também. É importante destacar, amigos, que qualquer oneração em relação ao aumento de Capex desses projetos - e eu não estou falando apenas de projetos solares fotovoltaicos, também energia eólica em terra, mas principalmente energia eólica *offshore* - qualquer aumento nisso de maneira significativa vai recair na ponta no valor do megawatt-hora que é vendido por esses projetos. Isso, evidentemente, é muito ruim não só para o setor, como é ruim também para a comunidade, para a sociedade brasileira de maneira geral. É importante a gente atentar a desoneração do IBS nas aquisições. Isso mantém o estímulo aos investimentos e à compra de projetos no Brasil.



Reunião de: 26/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Mas eu queria me atentar aqui a um ponto muito importante dentro desse contexto de neoindustrialização, que está sendo muito colocado aqui, inclusive, na Casa. Vejam que não se está falando nem em reindustrialização; estamos falando de um novo modelo de indústria e, evidentemente, o Governo vai ter dificuldade de ter espaço fiscal concreto para desenvolver esse setor. Então, a manutenção ou a consideração desse setor, dessa neoindustrialização, como é o caso das energias verdes, hidrogênio verde, energia eólica *offshore*, deve ser contemplado dentro desse debate.

(Soa a campainha.)

O SR. DARLAN SANTOS - Eu quero destacar aqui também a relação da acomodação de certos benefícios já mencionados na lei complementar posterior à PEC, e eu quero destacar aqui três, que são Ex-Tarifário, Reidi e Repetro. Os Reidi já são muito utilizados por todos os projetos; todo projeto eólico hoje, todo projeto de geração de energia, quando se cadastra na EPE, em seu cadastramento, faz a consideração dos Reidi, sendo um instrumento muito importante na viabilização desses projetos.

Em relação aos impostos seletivos, como não são aplicáveis à atividade de geração de energia elétrica e à sua cadeia de combustíveis, uma eventual oneração recairá nos consumidores. Isso é muito ruim, gerando, assim, um efeito contrário ao que é pretendido pela própria reforma tributária. Então, dessa forma, é importante fazer a consideração disso dentro da reforma.

São pontos que nós estamos colocando aqui, mas, como o Senador já havia colocado, ele já recebeu dezenas, centenas de contribuições. Provavelmente todas essas que nós já colocamos aqui estão na mesa dele, mas é muito importante destacar uma observação feita. Eu estou aqui falando um pouco sobre o setor de renováveis, mas nós estamos aqui com companheiros também do setor de óleo e gás. Observamos similaridades em todas essas falas e isso indica que setores diferentes acabaram observando pontos similares em relação ao texto que está em tramitação.

Eu queria colocar também que a previsão legal do regime de alíquota reduzida, além da contribuição diferenciada, é muito benéfica para o setor e garantirá também a não incidência do imposto seletivo, já que esse não pode alcançar esses regimes.

E, como último ponto, meus amigos, eu queria deixar aqui que a previsão da contribuição de produtos primários e semielaborados, já abordado aqui também, a ser instituída pelos estados e pelo Distrito Federal, pode resultar exatamente no efeito contrário e promover talvez uma disputa tributária para a atração desses investimentos. Como eu disse, esse foi um ponto que já foi tocado aqui, mas nos indica que setores diferentes talvez tenham identificado similaridades, o que reforça talvez que esses pontos mereçam uma atenção especial.

Senador Veneziano, eu agradeço o tempo dedicado, o tempo observado; ao Senador Fernando também; e ao Deputado Bandeira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Nós agradecemos, Darlan, pela sua colaboração, contribuição valiosa para este nosso debate.

Como penúltimo expositor, o Sr. Olavo Ferreira da Costa, que é o representante do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom).

O SR. OLAVO FERREIRA DA COSTA - Bom, boa tarde, Senador Veneziano! Boa tarde, Senador Fernando! É uma alegria estar aqui.

Deputado Bandeira de Mello, eu sou flamenguista. Sofri muito no domingo, e os meus colegas brincaram muito comigo. Então, vamos ver se a gente vira essa chave aí em 2025, não é? Então, é isso aí.

Bom, eu começo aqui a minha apresentação como representante do Sindicom, que é o Sindicato Nacional das Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes. E aí a gente fala como Raízen, Shell, Ipiranga, Vibra e outras tantas aí. Vou usar a expressão "por que": por que nós defendemos a monofásico? Por que nós defendemos o regime especial atribuído aos combustíveis na PEC 45? Por que nós defendemos a alíquota *ad rem*? A resposta é simples: porque, em todo e qualquer aumento que tem para a gasolina e para o diesel, a mídia recai diretamente sobre os distribuidores, e isso não é uma verdade, não é? Então, os combustíveis, antes da Lei Complementar 192, tanto a gasolina quanto o diesel, estavam na sistemática de que, a cada 15 dias, os estados faziam a revisão da sua base de cálculo através de uma sigla chamada PMPF, que é o Preço Médio Ponderado Fiscal a Consumidor Final. E isso é um efeito nocivo e perverso, porque, a cada 15 dias, a base aumentava e as alíquotas, naquela ocasião, eram alíquotas *ad valorem*. O Estado do Rio de Janeiro, onde eu moro, tinha 34% do ICMS; o Estado de Minas Gerais, 28%; e outros estados com 20%, com 19%. Então, era um manicômio na área do ICMS.

Com o advento da Lei Complementar 192, isso acabou. Foi em 2022, e aí houve um progresso muito grande. Por quê? Instaurou-se o regime de tributação monofásico: uma única fase, um único contribuinte. Fica na refinaria ou, então, no

11/15



Reunião de: 26/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

importador; não fica mais na mão da distribuidora nem de revenda, porque era um inferno a questão da substituição tributária. Então, veio a monofasia, que foi muito bem-vinda, e com ela veio a tributação via alíquota *ad rem*, que é um preço fixo sobre a gasolina e sobre o diesel.

E aí entra a palavra mágica "previsibilidade". A gente passa a ter previsibilidade no que tange à incidência hoje do ICMS sobre a gasolina e sobre o diesel. Só para os senhores terem noção: com essa tributação uniforme, a gente diz que R \$1,22 de ICMS é da gasolina, R\$0,94 é no diesel. Pronto, é simples assim. Então, o que nós queremos é manter essa sistemática, que está prevista até na PEC 45, só que existem algumas pegadinhas ali que podem gerar um retrocesso, que é uma expressão que está contida no art. 156, §5º, inciso V, do item 1, da Emenda 45, que diz assim, que a alíquota pode ser ou *ad rem*, ou *ad valorem*. Se for *ad valorem*, volta à situação anterior e ao retrocesso.

Então, eu só chamo a atenção dos senhores que, na semana retrasada, teve o PL 136, de 2023, que deu uma mídia absurda. As empresas foram, se posicionaram na mídia, o IBP se posicionou na mídia, dizendo: "Olha, aqui é um retrocesso; tudo que foi conquistado em 2022 vai ser jogado por água abaixo".

Então, o nosso pleito aqui - e por isso que eu comecei a minha fala dizendo por quê - é para falar assim: é um simples ajuste na PEC 45, tirando essa expressão do "podendo ser". Deixa o *ad rem* viver sua vida bem. Os estados estão arrecadando. Então, com essa nova sistemática de IBS, a gente tem a convicção de que o regime especial para as operações com combustíveis, da forma como está, se sustenta muito bem. Hoje, não tem reclamação de caminhoneiro, não tem reclamação daquela senhora que vai levar o seu filho...

(Soa a campainha.)

O SR. OLAVO FERREIRA DA COSTA - ... para a faculdade, o colégio e tal, porque a gasolina não está subindo em função da carga tributária.

Eu sei que eu já estou esgotando o meu tempo, mas eu queria reforçar isto: o setor de distribuição de combustíveis sempre foi muito combatido. Então, é importante que a gente defenda a monofasia, o *ad rem*, a tributação uniforme. Isso aqui eu vi que é um pleito de todos, porque isso para um setor como o nosso é fundamental. Acaba com aquele manicômio de ter uma alíquota em um estado de 34% e em outro estado de 20%. E isso só facilita para quem? Só facilita para o sonegador, porque tem aquilo também - como o Senador Veneziano colocou muito bem - que é a questão do devedor contumaz, que é um projeto de lei que está correndo em paralelo, que é o PL 164, salvo engano, que dá o devido tratamento ao devedor contumaz, porque, vejam, nós temos no setor de distribuição de combustíveis margens comprimidas. Se eu tenho um sonegador ali, eu não consigo competir. É simples assim, e eu vou fechar a porta. Então, o que nós queremos é ter uma competição saudável, uma concorrência leal, e nós entendemos que o texto como está, nesse item, precisa só ter essa melhora de tirar o "podendo ser". Não, não pode ser, é apenas alíquota *ad rem*.

Então, esse era o ponto que eu queria falar. Eu sei que tem outros três aqui, mas o tempo está escasso. Eu vou só falar sobre mais um ponto aqui e esse afeta a sociedade como um todo: a questão da previsibilidade. E aí eu estou falando de PIS, de Cofins e de IPI. Não está prevista no texto da PEC 45 a possibilidade de as empresas compensarem PIS, Cofins e IPI com a CBS; já para o IBS há essa previsão. Então, você pode compensar o ICMS com o IBS, mas para o PIS, para a Cofins e para o IPI não há essa previsão. E aí pode estar vindo um meteoro na direção das empresas, porque os senhores sabem que a carga tributária do PIS e da Cofins... Eu fui a um evento da Procuradora Anelize e ela falou que tem R\$800 bilhões que estão represados aí para serem cobrados, sim, mas daquelas empresas que sonegam. Nós que pagamos, geramos créditos e queremos aproveitar esses créditos.

Então, eu vou encerrar por aqui para não tomar muito mais o tempo, respeitar o tempo dos senhores, porque eu acho que tem mais um colega na fila para falar, mas é para que se dê toda atenção para nós em relação a essa questão do *ad rem*, que é de fundamental importância.

E, Deputado, em 2025, conte com o meu voto, porque sou um flamenguista e sofri muito nesse final de semana!

Obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. MDB - PE) - Quero agradecer ao Olavo Ferreira da Costa, que trouxe boas contribuições, e facultar a palavra ao Wagner Ferreira, Diretor Institucional e Jurídico da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica, antes, fazendo o registro das presenças do Senador Mauro Carvalho Junior; do Deputado Federal Bohn Gass, Vice-Presidente da Frente das Renováveis, e do Fernando de Moura Alves, Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Por favor, Wagner.

12/15



Reunião de: 26/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. WAGNER FERREIRA - Boa tarde, Senador Fernando Dueire, Deputado Bandeira de Mello, Deputado Bohn Gass. Nas suas pessoas, saúdo todos os presentes, meus colegas de fala. É muito honroso aqui para a Abradee participar deste momento, representando as distribuidoras de energia elétrica.

A gente falou muito aqui da parte de gás, de biocombustível, e agora vamos olhar um pouquinho sob a ótica da energia elétrica. E o desafio aqui é grande, em cinco minutos, porque a distribuidora, de certa forma, é o repositório de todos os compromissos setoriais que o setor elétrico tem, desde a geração, passando pela transmissão, pelas operações cruzadas de comercialização no ambiente regulado, no ambiente livre, até chegar à distribuição, somando os encargos setoriais e os próprios tributos.

A gente sempre brinca que a gente não deve confundir a carta com o carteiro. A distribuidora é um grande carteiro nessa história. É claro que ela tem o componente dela, que é um componente relevante, mas um componente associado à prestação de serviço que deve ser eficiente, e o modelo regulatório captura isso em favor da multiplicidade tarifária.

Então, o meu ponto aqui de fala, eu acho - apesar de os colegas serem de um outro segmento, de um outro setor - é muito convergente. É bom ver no Senado uma discussão, Senador Fernando Dueire, tão atenta à energia elétrica; nós não tivemos isso na Câmara. Energia elétrica, como alguns colegas colocaram, é essencial à vida. A gente tem que responder: primeiro, o que a gente quer do país daqui a 10, 15 anos? Quais são os setores pujantes de investimentos que a gente vai ter nos próximos 10, 15 anos? Qual vai ser o sinal econômico que eu quero para esses setores? Transição energética foi uma fala comum aqui para todos nós; a sociedade hoje só fala de transição energética. Vamos ficar só no papel ou a gente vai, de fato, ter um compromisso com o futuro?

Então, quanto à transição energética, que engloba uma série de investimentos, uma série de alternativas, negócios, operações, mercado de exportação, seja o mercado de carbono, por exemplo, hidrogênio verde para descarbonizar as grandes indústrias, você tem uma série de investimentos que serão feitos para produtos específicos. Qual vai ser o sinal econômico para esses produtos no país, daqui a 5, 10, 15 anos? A hora é agora de colocar. Se a gente tiver um núcleo duro na PEC, muito provavelmente a gente já sabe qual vai ser a resposta.

É por isso que a gente defende, por exemplo, um regime especial para a energia elétrica, porque nós temos uma operação complexa. Se a gente não tratar essa complexidade, esse meandro fiscal que existe entre essas operações, não tem segurança de arrecadação, nem segurança de quem paga essa conta. Ninguém sabe qual é a equação final disso. É preciso ter uma lei complementar.

Percebam: aqui, a gente não está defendendo uma redução de alíquota, Senador. Se a sociedade definir isso mais à frente, no curso da transição, ótimo. A gente entende, como o Darlan, colocou: a cada 10% de redução na conta de luz, há 0,45% de crescimento anual do PIB. É isso que a gente quer para a sociedade? A resposta é "sim". Como fazer? Eu acho que a gente tem que deixar um sinal para isso, para que a gente, daqui a 3, 5, 8, 10 anos, possa discutir isso com o sinal de compromisso que esse Congresso Nacional vai dar para a sociedade. Então, a questão... O Senador Braga colocou pontos importantes, mas eu acho que esse regime especial não está claro e, se ele não estiver claro, uma diretriz na PEC que trate o setor elétrico com as suas complexidades...

Aqui eu trago um eslaide em que a gente mostra, por exemplo... olha só o que passa pelo setor elétrico: toda essa cadeia produtiva, geração, distribuição, comercialização. Quando a gente pensa, agora, nos recursos energéticos distribuídos, carro elétrico, geração solar distribuída e uma série de coisas, em que o consumidor hoje, na ponta, faz o papel de gerador, se a gente não integrar isso...

(Soa a campainha.)

O SR. WAGNER FERREIRA - ... dentro de uma equação que seja adequada, provavelmente a gente não vai ter, do outro lado, segurança nem de quem paga nem de quem arrecada. Então, esse para a gente é um ponto bastante relevante, que é um tratamento especial - percebam -, não é um pedido de redução de alíquota. Nós sabemos sobre o nosso papel e o nosso compromisso com o projeto do país, mas a gente precisa de um tratamento para qualificar isso, e esse pleito é um pleito de todo o setor elétrico. E aqui eu peço vénias para falar em nome do Fórum das Associações do Setor Elétrico, das associações - são 32 associações que compõem geração, transmissão, comercialização -, para que a gente tenha unicidade nesse pleito. Esse é um pleito de todos nós, inclusive de consumidores de energia, que pagam essa conta.

Uma outra questão, para finalizar a minha fala: seletividade. Tem alguma coisa errada, Senadores. A gente não vai pagar seletivo - tem esse compromisso na PEC - sobre Cheetos, nem sobre Fandangos, nem sobre Ruffles, mas sobre a energia, vai; é o que está dito na PEC! Tem alguma coisa errada nessa história! Então, a gente precisa dar um sinal econômico para a energia que seja aquilo que a gente quer desenvolver para o país. Se a gente deixar um seletivo - que pode ser feito por lei ordinária, inclusive - dessa forma, qual vai ser a segurança de investimento quando o investidor lá fora olhar aqui para

13/15



Reunião de: 26/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

dentro e falar assim: "Como é o regime tributário ali?"; "Ah, a qualquer momento, pode vir a maldade ali no seu negócio por conta disso...". Esse compromisso nós temos que ter.

Então, eu finalizo aqui a nossa fala, dentro do meu tempo, falo, mais uma vez, em nome da Fase também, com essas duas propostas que são o consenso no setor como um todo, e coloco a Abradee à disposição de todos os senhores para a contribuição nos demais pontos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. MDB - PE) - Obrigado, Wagner. Você, como sempre, é muito didático e coloca, de uma forma muito clara, assuntos complexos numa cadeia tão grande.

Antes de encerrar, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata, que será composta pela lista de presença e pelas notas taquigráficas.

E gostaria de facultar aos Deputados aqui presentes algumas considerações sobre esse nosso encontro.

Deputado Bandeira de Mello.

O SR. BANDEIRA DE MELLO (PSB - RJ) - Obrigado, Presidente.

Eu não vou me estender muito, até porque eu tenho que correr lá para a CPI da manipulação dos resultados, mas só queria dizer que eu ouvi, com muita atenção, entendi a argumentação de todos os representantes aqui presentes, recebi aqui o material, conversei com a Valéria ali fora. E, como o Relator aqui, o Senador Eduardo Braga, falou, isso tudo vai ser objeto de apreciação aqui no Senado. Aliás, eu não tinha nada para falar disso aqui, porque eu não sou Senador. Então, o projeto já passou lá na Câmara, mas tenho certeza de que isso vai ser tratado com muito carinho aqui. Só queria cumprimentar a todos e agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. MDB - PE) - Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu até pedi desculpas, porque nós estávamos na Comissão Mista do Orçamento, que terminou agora, e eu sou o titular da Comissão; então, teve vários projetos. Inclusive, eu quero convidá-los para participar da audiência pública, semana que vem, dia 4, na quarta-feira, às 2h da tarde, que terá apresentação, por parte da Ministra Simone Tebet e do Ministro Márcio Macêdo, do PPA. Eu vou ser o Relator do Plano Plurianual pelo Congresso Nacional, e nós faremos esse primeiro debate sobre isso.

O tema tem três eixos básicos, que são: desenvolvimento social; desenvolvimento econômico com sustentabilidade - então, todo esse tema da transição energética, enfim, entra aí, e tem recursos inclusive alocados para isso -; e reconstrução do Estado e da soberania e defesa da democracia. Na soberania, também entram todos esses debates que nós estamos fazendo aqui, pois nós temos a nossa produção própria no Brasil, como hoje foi lançado, também com a Ministra Nísia, o Presidente Lula e o Ministro Alckmin, o Ceis (Complexo Econômico-Industrial da Saúde) no país, para nós termos conteúdo nacional. Eu sempre sou muito dessa área, sustentabilidade e conteúdo nacional, porque isso gera a nossa indústria, o nosso desenvolvimento. Essa é a linha que a gente tem que trabalhar para que a gente tenha menos custos que onerem quem está na produção. Por isso que esse debate da reforma tributária continua aqui, pelo qual nós já passamos também. Como o Deputado falou, na Câmara dos Deputados, nós já votamos, está em aprimoramento aqui e agora; talvez volte para a Câmara dos Deputados, em função de haver alterações ou não. Mas é importante que esta Frente Parlamentar possa de fato acompanhar todo o debate.

Quero agradecer a presença. Eu tive a honra de tê-los presentes em outros debates aqui de que nós também fomos proponentes. Senador, é importante que a frente possa estar junto e, quando se anunciou, esses dias, o combustível do futuro, vamos dizer assim, acho que todos estão participando. E, quando vocês falam: "Não, tem transição energética", vamos fazê-la efetivamente acontecer. Acho que isso é importante, todos estarmos imbuídos desse processo. Então, acho que sempre é muito produtivo e é por isso que tem as frentes parlamentares que focam, que se aprofundam esses temas.

Então, nós nos colocamos à disposição também, mas eu quero refazer o convite para todos que puderem participar, na semana que vem, na quarta-feira, às 2h da tarde - será na CMO -, desse debate que integra também esse tema da sustentabilidade, que passa por esta Comissão das energias. E eu, como Vice-Presidente das energias renováveis, tenho uma atenção muito especial sobre isso.

Então, parabéns!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. MDB - PE) - Tanto a Câmara dos Deputados como o próprio Senado têm se voltado muito a isso e é muito importante, porque nós conseguimos contribuir junto ao Governo para esses novos caminhos. Eu digo sempre que nós tivemos um grande susto em 2001 e nós temos um Proinfra hoje, em função daquela

14/15



Reunião de: 26/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

crise que nós tivemos no passado. Não é possível que a gente tenha que entrar num novo buraco negro para que venha a luz. Nós temos muita condição de contribuir e estamos fazendo isso.

Essa semana devo ter um encontro com o Ministro e Vice-Presidente Geraldo Alckmin, porque nós já temos uma massa crítica sobre hidrogênio verde, por exemplo, que o Governo precisa, na verdade, assumir, porque nós não podemos perder essa janela de oportunidade. No século XX, nós conseguimos a industrialização e temos uma janela para a reindustrialização do Brasil nessa condição.

Bem, todas as contribuições que foram aqui oferecidas - o Senador Veneziano deixou muito claro e o Senador Eduardo Braga - estão sendo recepcionadas, já estão sendo trabalhadas, e nós iremos dar retorno sobre os assuntos que estão postos.

Bem, as Sras. e os Srs. Parlamentares que aprovam a ata anterior permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Cumprida a finalidade deste encontro e desta reunião, agradeço pela presença.

Peço desculpas. O Senador Veneziano se justificou por não concluir este encontro.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 15 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 41 minutos.)

15/15



ATA DA FRENTES PARLAMENTAR EVANGÉLICA





**SENADO FEDERAL
FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA**

1ª REUNIÃO DE 2023

**DIA 15 DE MARÇO, QUARTA-FEIRA, ÀS 14H, NO PLENÁRIO N° 6 DA ALA
SENADOR NILO COELHO.**

Ata Circunstaciada da 1ª reunião de 2023 da Frente Parlamentar Evangélica, realizada em 15 de março de 2023, quarta-feira, às 14h, no Plenário nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à seguinte Ordem do Dia: ITEM 1. Instalação da Frente Parlamentar Evangélica; ITEM 2. Eleição da Diretoria Executiva; ÍTEM 3. Deliberação do Regulamento Interno - adiado.

Senador **CARLOS VIANA**
Presidente





**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57^a LEGISLATURA**

Em 15 de março de 2023
(quarta-feira)
às 14h

RESULTADO
1^a Reunião

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA - FPE

	Instalação e Eleição
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6



Resultado da 1ª Reunião da FPE, em 15 de março de 2023

2

Instalação e Eleição

Assunto / Finalidade:

1. Instalação da Frente Parlamentar Evangélica;
2. Eleição da Diretoria Executiva;
3. Deliberação do Regulamento Interno

Participantes:**Senhor Yonatan Gonen**

Vice-Embaixador de Israel

Pastor Flávio Félix

Ministro e Diretor da Igreja Batista da Lagoinha – Global

Resultado: 1. Instalada a Frente Parlamentar Evangélica;

2. Eleita a Diretoria Executiva:

- Presidente: Senador Carlos Viana
- Vice-Presidente: Senadora Damares Alves
- Tesoureiro: Senador Zequinha Marinho
- Secretário: Senador Alan Rick
- 1º Suplente: Senador Magno Malta
- 2º Suplente: Senador Eduardo Girão

3. Deliberação do Regulamento Interno - adiada





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

1ª, Reunião

Frente Parlamentar Evangélica

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTES
CARLOS VIANA	PRESENTE
ALAN RICK	PRESENTE
CLEITINHO	
DAMARES ALVES	PRESENTE
EDUARDO GIRÃO	
ELIZIANE GAMA	PRESENTE
FLÁVIO BOLSONARO	
JORGE KAJURU	PRESENTE
JORGE SEIF	
MAGNO MALTA	
MARCOS DO VAL	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	
ROGERIO MARINHO	
SORAYA THRONICKE	PRESENTE
ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA	

Não Membros Presentes

DR. HIRAN
IZALCI LUCAS
EDUARDO BRAGA
DR. SAMUEL ARAÚJO
VANDERLAN CARDOSO
PAULO PAIM



Reunião de: 15/03/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

15/03/2023 - 1^a - Frente Parlamentar Evangélica

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PL - PA. Fala da Presidência.) - Senadora Damares, por favor, tome lugar aqui à mesa. Eu gostaria que todo mundo se sentasse aqui na frente, como estávamos no Plenário anterior, para que a gente pudesse dar posse a essa Diretoria da Frente Parlamentar Evangélica aqui do Senado Federal.

Nós temos sete Senadores presentes. Uns passaram, outros estão remotamente, mas estamos aqui neste momento.

Tem alguma coisa para ler aqui? (*Pausa.*)

Senado Federal, Frente Parlamentar Evangélica, 1^a Reunião de 2023, em 15 de março de 2023, quarta-feira, 14h, Plenário 6 da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal.

Abertura.

Declaro aberta a 1^a Reunião de 2023 da Frente Parlamentar Evangélica cuja pauta destina-se a: item 1, instalação da Frente Parlamentar Evangélica da 57^a Legislatura; item 2, eleição da Diretoria Executiva; item 3, deliberação do regulamento interno.

Composição da mesa.

Convido para compor a mesa o Pastor Flávio Félix, Ministro e Diretor da Igreja Batista Lagoinha Global.

Cadê nosso pastor? (*Pausa.*)

Convido também o Vice-Embaixador de Israel no Brasil, S. Exa. o Sr. Yonatan Gonen. Por favor. (*Palmas.*)

A economia está grande, o pessoal escreve na frente e no verso, perigoso passar... (*Risos.*)

Instalação da Frente Parlamentar Evangélica na 57^a Legislatura.

Declaro instalada, na 57^a Legislatura, a Frente Parlamentar Evangélica instituída pela Resolução do Senado Federal nº 49, de 2022, já aprovada, de que fomos o Relator no plenário grande.

Comunico que, até o momento, 15 Senadores aderiram à Frente Parlamentar Evangélica. Estão ali: o Senador Carlos Viana; o Senador Alan Rick; o Senador Cleitinho; a Senadora Damares Alves; o Senador Eduardo Girão; a Senadora Eliziane Gama; o Senador Flávio Bolsonaro; o Senador Jorge Kajuru; o Senador Jorge Seif; o Senador Magno Malta; o Senador Marcos do Val; o Senador Mecias de Jesus; o Senador Rogerio Marinho, parente; a Senadora Soraya Thronicke; e o Senador Zequinha Marinho.

Os termos de adesão continuam disponíveis na página da Frente Parlamentar no *site* do Senado Federal para os Parlamentares que desejarem compor a frente. O fato de ser uma frente evangélica não impede que Parlamentar de qualquer outra denominação, de outra igreja, Igreja Católica ou não, possa fazer parte.

Coloco em deliberação a composição da Diretoria Executiva da Frente Parlamentar Evangélica. Vamos lá: Presidente, Senador Carlos Viana; Vice-Presidente, Senadora Damares Alves; Tesoureiro, eu, vou mexer com o dinheiro de vocês... (*Risos.*)

A senhora brincou naquela hora, mas sou eu que vou tirar oferta e vou trazer bandeirinha.



Reunião de: 15/03/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Tesoureiro: Senador Zequinha Marinho; Secretário, Senador Alan Rick; Primeiro-Suplente, Senador Magno Malta; Segundo-Suplente, Senador Eduardo Girão.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a composição.

Os Srs. Parlamentares que aprovam a composição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Ninguém se mexeu aqui? (*Risos.*)

Aprovada. (*Palmas.*)

Passo imediatamente a Presidência desta reunião ao Sr. Presidente eleito, Senador Carlos Viana.

Por favor, Presidente, tome posse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - A todos que nos acompanharam no culto, mais uma vez, o meu agradecimento. Aos que se juntaram a nós, boa tarde, sejam muito bem-vindos em um dia em que nós estamos iniciando um trabalho que vai muito além apenas dos nossos mandatos, da confecção de leis ou de votações importantes. Nós estamos aqui num trabalho de representação da maior parte dos brasileiros que têm crenças, que têm princípios e que querem ver um país onde a harmonia e o respeito sejam cada vez maiores entre todas as classes, entre todas as nossas regiões, em tudo aquilo por que nós somos brasileiros, respeitados em todas as suas áreas, em todas as suas nuances. Eu quero agradecer aqui a presença do Vice-Embaixador Gonen, de Israel, que tem sido um companheiro nesses dias.

À Senadora Eliziane Gama, que chega aqui agora, o nosso muito obrigado.

Nesta ocasião em que instalamos a Frente Parlamentar Evangélica no Senado Federal, devidamente inscrita na Resolução 49, de 2022, aprovada em 21 de dezembro daquele ano, quero destacar a relevância deste novo grupo.

De fato, não é inédita neste Parlamento a união de representantes eleitos para uma ação conjunta em defesa da vida, da família, da liberdade constitucional de culto, tendo como maiores linhas de condução nossa fé cristã e a defesa do Estado democrático de direito.

Nos últimos 20 anos, várias frentes foram instaladas, principalmente no âmbito da Câmara dos Deputados, que viu crescer a filiação em seus quadros de 60 Deputados, que inicialmente compuseram a frente, para 195 - e, hoje, 8 Senadores com os que atuaram na Legislatura passada.

Coube a nós agora, no Senado, apresentar projeto de resolução para a criação deste grupo, destacando que já contaremos, desde o início, com 15 assinaturas, e, agora há pouco, o Senador Vanderlan Cardoso também manifestou o interesse de se juntar, sendo o nosso 17º, na verdade, Senador a participar.

Nossa representação, ao longo desses 20 anos de atuação conjunta, nada mais é do que o reflexo do crescimento das denominações cristãs evangélicas e não evangélicas em nosso país.

Preocupados estamos com a construção de um arcabouço legal específico, para garantir a liberdade religiosa, de credo, exigência que será capaz de dar vida e perenidade à declaração já constante da nossa Constituição Federal de 1988, uma vez que sentimos que as condições objetivas para o acesso da nação evangélica brasileira aos serviços públicos têm sido limitadas estruturalmente, por razões escoradas na discriminação muitas vezes, no preconceito contra a nossa fé, nossos princípios e nosso modo de vivenciar, de maneira digna e cristã, a vida cidadã. Resta-nos arregimentar forças para garantir que a lei dos homens não prejudicará aqueles que seguem também a lei de Deus.

Daí, senhores, nossa preocupação sempre reiterada com a condução das políticas assistenciais, dever do Estado enquanto responsável pela justiça social, mas que para nós podem também ser entendidas a partir do princípio cristão da caridade, do qual todos os participantes desta frente comungamos.

Não nos reunimos para ser contra; nos reunimos para ser a favor do que nos ensina a nossa multissecular crença, na defesa daqueles que, como nós, compartilham os valores que permitem a reafirmação da nossa humanidade e profunda certeza na salvação, trilhados nos caminhos apontados para todos os seres humanos por aquele a quem nós chamamos de Jesus Cristo. Reunimo-nos, enfim, para construir soluções legislativas e políticas públicas que não ignorem ou desrespeitem a crença que fundamentou a construção da civilização ocidental moderna e a maioria das nossas sociedades, incluindo aí a brasileira, e aqueles que a professam e a vivem no seu cotidiano.

Aproveito aqui para agradecer àqueles todos que hoje se filiam a essa força política que passa a ser plenamente expressa no Senado Federal.

Quero, desde o primeiro momento, agradecer ao Senador Zequinha Marinho, meu companheiro na legislatura passada, que imediatamente juntou-se a nós, com o Senador Mecias, Senador Vanderlan, e nós constituímos a criação da Frente

2/9



Reunião de: 15/03/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Parlamentar Evangélica, que agora toma posse em seu primeiro grupo. Quero agradecer também à Senadora Damares, que se junta a nós como Vice-Presidente; ao Senador Magno Malta, que é um dos grandes nomes que se junta a nós novamente no Senado. Obrigado a todos os senhores. PL 5.135, que altera a Lei 9.393, de 1996, que dispõe

Convido também os demais Parlamentares, Senadores e Deputados, que quiserem apoiar esse esforço pela construção de uma sociedade brasileira mais justa e mais comprometida com os nossos históricos princípios cristãos, para que o façam na primeira oportunidade que tiverem.

Agradecemos a todos os apoiadores presentes, aos pastores que vieram; rogamos a Deus a atenção, que Ele nunca nos negue, para que sejamos mais uma vez vitoriosos em multiplicar a vontade d'Aquele que é eterno. Só pelo seu caminho, atingiremos a verdade, a justiça, a paz social e a verdadeira convivência democrática.

Era o que eu tinha a dizer, mais uma vez, agradecendo a Deus pela oportunidade de nós cumprirmos aqui a determinação de irmos pelo mundo, pregarmos o Evangelho e agora defendermos os direitos daqueles que acreditam em Deus como cristãos.

O meu muito obrigado aos senhores! (*Palmas.*)

Passo a palavra primeiramente ao Pastor Eli, Presidente da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, que foi um grande apoiador dessa iniciativa.

Pastor Eli, a palavra está com o senhor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) - Gostaria de me inscrever, Presidente Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Perfeitamente, Pastora Eliziane.

O SR. ELI BORGES (PL - TO) - Quero cumprimentar a todos com a célica paz de nosso Senhor! Quero agradecer a Deus pelo privilégio de estar aqui ladeando o meu amigo Zequinha, companheiro ainda de juventude na região ali do Araguaia, hoje Senador da República, e o meu amigo irmão Senador Carlos Viana.

Eu me lembro de quando conversávamos sobre a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, composta de Senadores e Deputados Federais, e eu tive também - acho que outros tiveram - a iniciativa de compreender que a tramitação de matérias que acontece no Congresso Nacional tem nessas duas Casas um fórum de debate, muitas vezes se saía da Câmara para procurar Senadores acerca de alguma pauta, como também faziam os Senadores lá. Agora eu entendo que tem dois fóruns, tem dois endereços devidamente claros para que a gente discuta essas pautas. E disse ao nosso Senador Carlos Viana que tenho a grandeza necessária de compreender que nós podemos ter uma reunião - se não toda semana, mas, se quiser toda semana, vamos conversar - das pautas Senado e Câmara, já que as matérias tramitam no Senado e na Câmara. E eu não tenho nenhuma dificuldade, Senador, pois, assim como o Presidente do Senado preside o Congresso Nacional, o senhor presidiria aquela reunião que tivemos ontem sem nenhuma dificuldade. Sabe por quê - e termino aqui? Eu só tenho um projeto como Deputado Federal: que o reino de Deus ganhe e que milhões de brasileiros tenham em nós, possam encontrar em nós, que defendemos os bons valores do calvário, os valores da vida, da família, da fé e da liberdade, uma representação capaz, competente e digna de deixar as marcas de Deus no ordenamento jurídico brasileiro.

Termino com uma colocação, meu querido Senador, a quem parabenizo de coração: esta é e está virando uma das únicas nações da América Latina que é refúgio dos valores da vida, da família e da fé, mas também é uma das únicas nações da América Latina que tem uma bancada forte de Senador e Deputado Federal.

Unamo-nos, sim, para que, no ordenamento jurídico brasileiro, as marcas da visão judaico-patriarcal se efetivem por aqui. E vamos conversar depois, juntar essas pautas - Senado e aqui - e fazer o bom debate, o bom monitoramento, semanal, para que nós não nos percais nas buscas que temos que fazer aqui em nome do Deus que nos招ocou para esta missão. Parabéns, meu querido Senador Carlos Viana. Eu quero pedir a sua permissão para sair porque eu estou cuidando hoje das Comissões ali, está muito sério. E tem uma em que a gente tem que construir maioria lá ainda e eu estou numa luta tremenda hoje. Eu deixei o registro, o meu abraço. Parabéns!

Muitíssimo obrigado. Amém! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Pastor Eli Borges. Obrigado, Pastor Eli. E vamos ficar atentos às Comissões, porque é lá que as verdadeiras discussões vão acontecer para o bem ou até para o mal. Nós não podemos estar ausentes em momento algum. Muito obrigado.

Eu quero convidar o Pastor João Adair, da Igreja Madureira, para sentar-se conosco aqui, da Assembleia de Deus Madureira, para se juntar a nós, por favor, Pastor.

Pastor Laércio Oliveira, seja muito bem-vindo! (*Risos.*)

3/9



Reunião de: 15/03/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Perdoe-me. É a força do hábito, é a força do hábito. Seja bem-vindo, Senador Laércio!

Temos a Pastora Eliziane, a Senadora Damares e também o Vice-Cônsul.

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Senadora Eliziane Gama, do nosso Maranhão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) - Senador Carlos Viana, eu não sou pastora. Meu pai é pastor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pastora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Pela ordem.) - Eu quero cumprimentar V. Exa., a Senadora Damares, o Pastor Flávio, o Yonatan, que é o nosso Embaixador, cumprimentar o nosso outro pastor também que está compondo a mesa e o Deputado Eli Borges, que saiu para as Comissões. E desejo, Presidente Carlos Viana, sucesso a esta frente e que, sobretudo, esta frente possa estar centrada no maior do Evangelho de Cristo que é o amor, não é? Quando alguém chegou para Jesus e perguntou qual era o maior de todos os mandamentos, ele disse: "É o amor." Amarás a Deus acima de todas as coisas e ao teu próximo como a ti mesmo, não é? Então, é um desafio o amor ao próximo como a nós mesmos.

Eu sempre digo que às vezes você imagina que está cumprindo o amor ao próximo quando você pega uma roupa sua e doa, porque você não está mais usando. Isso não é a essência do amor ao próximo. O amor ao próximo é você dar aquela roupa que você mais gosta e que está novíssima no guarda-roupa para quem você ama, ou seja, é dar para aquela outra pessoa aquilo que fosse para você. Então, é o desafio do Evangelho de Cristo, que é o nosso senhor Jesus, que é o tempo da graça que nós estamos vivendo, que é o tempo do perdão, da solidariedade, do amor e da partilha, o que nós, no meu entendimento, precisamos neste momento da história do Brasil, com o país tão dividido, cheio de tanto ódio e tantos problemas.

Eu acho que esta frente tem um papel fundamental e preponderante neste momento que é unir o Brasil em torno deste bem maior que é a solidariedade e a partilha.

E quero finalizar, Presidente, dizendo que hoje estarei pedindo extrapauta - e já peço o apoio dos colegas - a criação da comenda Daniel Berg e Gunnar Vingren, que são missionários históricos no Brasil, fundadores da Igreja Assembleia de Deus, que é uma medalha que nós entenderemos que será uma honraria nacional. Acho, inclusive, que esta frente precisa adotar como uma forma de homenagem a homens e mulheres brasileiros que, em nome da fé, promoveram a justiça, a paz e a solidariedade no Brasil.

Então, eu acho até que, como homenagem a este momento aqui... A Damares, que é da Assembleia de Deus, não é, Damares? Não? Mas tem uma relação muito boa com a Igreja Assembleia de Deus. É um momento muito importante de a gente criar essa medalha nacional, que todos os Senadores, também os demais outros Parlamentares e os líderes eclesiásticos evangélicos do Brasil poderão acompanhar, essas homenagens aqui no Congresso Nacional.

Muito obrigada, Presidente Carlos Viana. Sucesso ao senhor nessa nova empreitada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Muito obrigado, Senadora Eliziane.

Acato a ideia e entendo como uma ideia excepcional e ótima no primeiro dia de implantação da nossa frente. A Igreja Assembleia de Deus é hoje a maior igreja entre nós evangélicos e tem um histórico, inclusive, de evangelização no país daqueles que chegaram pelo Pará. Vamos dar encaminhamento.

Meus parabéns!

Senadora Damares, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) - Presidente, obrigada.

Eu estou numa situação delicada, porque está aqui meu pastor da Lagoinha, e o Pastor João Adair está com a carteirinha para eu assinar para ir para a Assembleia de Deus. (*Risos.*)

Eu preciso registrar, Presidente, meu Senador querido Carlos Viana, que quando V. Exa. me convidou para ser a Vice-Presidente, eu disse: "Não!". E ele segurava a minha mão: "Sim". Eu: "Não". Ele: "Sim". Eu hesitei e não sabia se aceitava, mas já estava lá meu nome como Vice-Presidente, foi aclamação.

E quero muito, Senador, ajudar, mas, já que nós estamos aqui e tem muita gente transmitindo ao vivo, deixe-me deixar claro uma coisa. Por que eu aceitei? Porque eu conheço o Senador Carlos Viana. Esta aqui não vai ser uma frente oposição ao Governo Lula - vamos deixar isso muito claro -, vai ser uma frente que vai orar pelo Governo Lula.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Verdade.



Reunião de: 15/03/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) - A oposição política a gente vai fazer no foro certo, no lugar certo, mesmo porque nós temos Senadores evangélicos da base do Governo e nós temos que reconhecer que muitos evangélicos elegeram este Governo. Então, esta frente não vai ser uma disputa política de oposição ou de posição. E acredito, Senador Carlos Viana, que nós podemos ser uma frente muito proppositiva.

Eu começo aqui falando para os irmãos que - e aproveito e já vou pregar o evangelho aqui -, no livro de João 21:15, quando Pedro se encontra com Jesus, após a ressurreição - todos vocês conhecem, queria que vocês me ajudassem - e, quando Jesus pergunta "Pedro, tu me amas?", Pedro diz "Sim, Senhor, eu te amo". E o que Jesus responde para Pedro? Apascenta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - ... minhas ovelhas.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) - Não é ovelha. Vai ler Bíblia, crente! Na primeira vez, Jesus Cristo responde para Pedro: "Apascenta os meus cordeiros". Em qualquer língua, em qualquer tradução, em qualquer lugar do mundo está lá: primeiro, Jesus diz para Pedro: "Apascenta os meus cordeiros". Na segunda e na terceira vez, ele diz: "Apascenta as ovelhas". E, para quem não sabe, cordeiro é filhote de ovelha. Portanto, a primeira missão que Jesus dá para Pedro - e Pedro ali representa muito a nossa igreja - é: cuide das crianças. Primeiro, as crianças; depois, os adultos. Primeiro, são os cordeiros; depois, as ovelhas.

E gostaria muito que, obedecendo o ensinamento de Cristo, Senador, a gente colocasse nesta frente a criança como prioridade.

E eu quero dizer para os senhores que a Bíblia já fala que criança é prioridade, mas vem a nossa legislação e diz que é prioridade absoluta!

Que essa frente parlamentar fizesse história nesta Casa, Senador, e que a gente pudesse começar o trabalho aqui, de fato, fazendo a criança e o adolescente como prioridades absolutas. Se nós pegarmos o Regimento Interno do Senado - me assusta -, e colocarmos a palavra "adolescente" no Regimento Interno, não aparece uma única vez a palavra "adolescente"; e, quando a gente coloca no Regimento Interno do Senado a palavra "criança", quando a gente procura, aparece uma única vez, que é quando fala da servidora que vai ter filho.

Esta Casa vai ter que rever muita coisa. Criança e adolescente vão ter que ser prioridades absolutas nesta Casa. E esta frente pode vir a ajudar a gente a repensar e a gente fazer, de fato, nesta nação, Senador, um grande pacto pela criança. Alguém tem que dar o pontapé inicial. Quem sabe poderia ser esta frente parlamentar, trazendo como prioridade absoluta a criança? Eu faço esse desafio à frente.

A gente já começa mapeando tudo o que está nesta Casa sobre criança e que está parado. Nós temos projeto de lei aqui de 2007 que está parado e que protege criança. Vamos resgatar, vamos ter uma pauta proppositiva!

Quero lembrar também, aproveitando que a minha Senadora Eliziane está aqui, que Cristo veio a este planeta também para restaurar e para ressignificar a imagem da mulher na sociedade. Ser cristão é proteger a mulher. E quem sabe a gente, junto com a Bancada Feminina também, Eliziane, e com esta frente, possa ajudar a se avançar na pauta de proteção à mulher, porque, quando se salva uma mulher, se salva uma nação.

Lamento dizer aos pastores que estão aqui que nós temos relatórios - vou falar como pastora e tenho legitimidade para isso -: 32% das mulheres que sofrem violência doméstica no Brasil são evangélicas. Isso está em relatórios publicados. Vamos falar sobre isso através desta frente! Vamos ser uma frente evangélica proppositiva!

Eu me coloco à disposição para, a partir de agora, ler a Bíblia com os irmãos. Criança e adolescente é ordem, são cordeirinhos, e mulher, proteger a mulher. Então, nós temos muita coisa para fazer.

Queria dar um encaminhamento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) - Que os nossos cultos fossem públicos, abertos, mas que a gente tivesse as nossas reuniões com os Senadores e com os assessores nomeados pelos Senadores, reunião de trabalho mesmo - não sendo uma reunião muito aberta -, reunião de trabalho. A gente compartilha os encaminhamentos da reunião com a frente da Câmara e caminha em sintonia, para que a gente possa otimizar mais o nosso tempo. É tudo tão corrido aqui! Então, que os nossos cultos fossem abertos, mas que as reuniões fossem muito técnicas, mais fechadas. Nada de segredo, nada de secreto aqui, mas para que a gente as transforme realmente numa reunião de trabalho.

Ficam esses dois encaminhamentos.

A partir de agora todo mundo vai falar de criança nesta frente, todo mundo vai proteger mulher com a gente - não é Eliziane? -, para sermos uma frente proppositiva. A gente quer o melhor para esta nação.



Reunião de: 15/03/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Parabéns pela frente.

Eu estou muito contente por fazer parte dela. Eu aceitei e disse "sim" porque eu o conheço e sei dos membros que temos aqui, a exemplo do Laércio, que acabou de sair, que me chama ainda hoje de tia, tia Damares. Laércio me chama de tia. Fomos adolescentes juntos na mesma igreja, lá em Sergipe.

Nós temos muitos Senadores evangélicos. Mesmo aqueles que não são e que quiserem vir participar da frente, vai ser uma grande alegria.

Que Deus abençoe vocês.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Muito obrigado. (*Palmas.*)

A Senadora Damares disse bem: essa não é uma frente de oposição a governo. Essa é uma frente de proposição, de discutirmos aquilo que é importante para todos nós e de colocarmos para o Governo as possibilidades de tornarmos o país cada vez mais justo e respeitoso. Essa é a minha visão.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Nós não estamos aqui para sermos contra absolutamente nada, a não ser aquilo que nós entendemos que não torna a humanidade melhor, os seres humanos pessoas melhores.

Muito obrigado, Senadora.

O encaminhamento já está dado, dois encaminhamentos importantes vindos das mulheres da nossa frente, a criação da medalha, da comenda e agora a questão do trabalho que eu entendo ser o mais efetivo.

Quero saudar a Deputada Geovania de Sá que veio nos prestigar.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ (PSDB - SC. *Fora do microfone.*) - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Muito obrigado.

Cadê o Kajuru?

Kajuru, que coisa boa recebê-lo aqui!

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. *Fora do microfone.*) - Desculpa. Tenho audiência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Não, não, não precisa...

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. *Fora do microfone.*) - Mas na próxima estarei aqui na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Certo, muito bem-vindo.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. *Fora do microfone.*) - Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Muito obrigado, obrigado, querido. (*Palmas.*)

O Pastor João Adair, por gentileza, com a palavra.

O SR. JOÃO ADAIR - Eu quero aqui nesta tarde cumprimentar o Presidente da Frente Parlamentar Evangélica aqui no Senado da República, Senador Carlos Viana, cumprimentar também a Vice-Presidente da Frente Parlamentar, aqui no Senado, Senadora, Pastora Damares Alves, e cumprimentar também o Yonatan, Vice-Embaixador de Israel, e os demais membros da Mesa para a criação da Frente Parlamentar Evangélica aqui no Senado da República.

Eu quero aqui nesta tarde trazer aqui os cumprimentos do Bispo Dr. Abner Ferreira, que é o Presidente da nossa igreja mãe, ali na Rua Carolina Machado 174, na cidade do Rio de Janeiro. Quero trazer também os cumprimentos do nosso Presidente Executivo, Bispo Dr. Samuel Ferreira, e queremos trazer o abraço fraternal e amigo do nosso Presidente Nacional, Presidente Mundial, Bispo Dr. Manoel Ferreira, e de toda a Mesa da Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil, Ministério de Madureira.

O Bispo Dr. Abner Ferreira me ligou hoje, Senador Carlos Viana, e disse-me que viesse aqui para representá-lo e também o Bispo Dr. Samuel Ferreira, nosso Presidente Executivo, e o nosso Presidente Nacional, Bispo Dr. Manoel Ferreira. E ele pediu para que eu transmitisse ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado.

O SR. JOÃO ADAIR - ... e a toda a Mesa e membros da Frente Parlamentar Evangélica aqui no Senado e a todos os presentes que o Ministério de Madureira está de mãos dadas com o senhor na criação da Frente Parlamentar Evangélica



Reunião de: 15/03/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

aqui no Senado da República. E a palavra de Deus nos diz que bem-aventurada é a nação cujo Deus é o senhor e o povo que ele escolheu por sua herança.

Então, estamos juntos, de mãos dadas, neste projeto e na criação da Frente Parlamentar Evangélica e pode contar com o apoio do nosso Ministério de Madureira aqui no Distrito Federal e no Brasil.

Os irmãos querem receber o abraço do Bispo Primaz Dr. Manoel Ferreira dizendo: "Amém!".

(Manifestação da plateia.)

O SR. JOÃO ADAIR - Deus abençoe o Senador Carlos Viana por esta oportunidade. O meu muito obrigado e o abraço do Bispo Primaz a todos os presentes aqui na criação da Frente Parlamentar Evangélica. Deus o abençoe. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Amém! Obrigado, Pastor.

Vamos caminhando. Pastor Flávio Félix da Igreja Batista da Lagoinha.

O SR. FLÁVIO FÉLIX - Senador Carlos Viana, agora te cumprimento como Presidente da Frente Parlamentar aqui desta Casa, do Senado. Cumprimento também a nossa Senadora Damares como Vice-Presidente.

Para mim, é uma alegria, uma satisfação a gente estar aqui, em casa, como família. Com os dois, nós estamos caminhando, já há um tempo, e vendo todo o cuidado de Deus na vida, através de vocês - em vocês e através de vocês.

Cumprimento toda a mesa presente aqui e quero reafirmar a palavra que Deus trouxe, no meu coração, no momento do culto lá, porque Deus trouxe uma palavra muito forte, dizendo assim: "mas o homem nobre faz planos nobres e, graças aos seus feitos nobres, permanece firme".

Esta Casa é um lugar de planos nobres. O que a Senadora Damares trouxe, aqui agora, é nobre. Crianças, adolescentes, mulheres, todo o trabalho que fizermos aqui é para honrar e engrandecer o nome de Deus e cuidarmos de pessoas. E nasce também para a unidade, pois, na Casa ao lado, já tem a Frente Parlamentar da Câmara dos Deputados e, agora, como uma aliança, para agregar força, para trazer unidade...

E é interessante que a corrente é tão forte quanto o elo mais fraco. Então, nós temos que trabalhar onde há situações para que o elo fique forte, para que o elo tenha sustentabilidade, para que tudo aquilo que for decidido, em nome de Jesus Cristo, seja cumprido.

Quero lhe agradecer. Conte com a Igreja Batista da Lagoinha - sempre. Para cada denominação representada aqui, o único propósito é fazer Jesus sorrir. Então, através da nossa vida, através do nosso compromisso, através daquilo que Deus tem nos confiado, somos semeadores das boas novas de Cristo, aquele que traz a mensagem, aquele que traz a paz. E temos que investir dentro também das nossas igrejas, aproveitando que, assim, a todos os lugares nós temos que chegar, nós temos que ir, nós temos que ir.

Então, Deus vai nos dar capacitação e vemos que, cada vez mais, aqui nesta Casa, em todas as casas aqui em Brasília, o evangelho vai crescendo e as casas vão sendo curadas, em nome de Jesus. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Obrigado, Pastor Flávio Félix, da Igreja Batista da Lagoinha.

Passo a palavra ao Sr. Yonatan Gonen, Vice Embaixador de Israel. *(Pausa.)*

Em português? *(Pausa.)*

Obrigado, então! Vai nos fazer a sua saudação.

O SR. YONATAN GONEN - Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Boa tarde.

O SR. YONATAN GONEN - Muito obrigado pela oportunidade de falar neste importante evento. Agradeço o convite aos Senadores e Deputados aqui presentes.

Obrigado a todos por serem tão bons amigos do Estado de Israel. Israel e Brasil têm uma relação muito amigável e próspera e temos muitas coisas para alcançar juntos, em áreas como inovação, agricultura e turismo, mas também compartilhamos valores e heranças em comum.

Eu sou a oitava geração em Jerusalém. Jerusalém é minha cidade natal, o lugar onde nasci e vivi. Meus avós construíram a moderna Jerusalém. Jerusalém, desde a época do Rei Davi, é a capital do nosso povo, e continuará a capital unida e eterna do povo judeu por todos os tempos.



Reunião de: 15/03/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Vocês não precisam deste lembrete porque conhecem nossa história e conhecem nossas raízes comuns. Nossas histórias estão entrelaçadas. Assim, toda vez que cavamos com uma pá em nossa terra, encontramos antigas sinagogas ou igrejas. E, quando você viaja a Jerusalém e a Israel, hoje, você vê um país que os acolhe como irmãos e irmãs, você vê um país no qual a comunidade cristã está florescendo.

Então, quero convidar todos vocês para irem a Jerusalém, a Israel. Receberemos com amor e carinho. Espero que, juntos, possamos trazer muita luz ao povo do Brasil e ao povo de Israel.

Shalom! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Deputada Geovania, a senhora gostaria de se manifestar?

A SRA. GEOVANIA DE SÁ (PSDB - SC) - É um prazer estar aqui. Vi na agenda que haveria a instalação da Frente Parlamentar Evangélica, da qual fizemos parte ali na Câmara Federal - já ocupei a Vice-Liderança do nosso querido João Campos -, e claro que eu não poderia deixar de aqui para prestigiar e parabenizar V. Exa., Senador Carlos, que tão bem conduz o nosso Grupo de Trabalho Brasil-Israel, ao qual me parece que serei designada para representar o Estado de Santa Catarina, a minha querida amiga Damares, por quem eu tenho um carinho, minha grande referência desde que cheguei à Casa ao lado, quando, muitas vezes, foi uma grande conselheira, e vê-la hoje no Senado realmente engrandece, engrandece tudo que nós defendemos como mulher, criança e adolescente.

Você é nossa grande representante. Então, muito obrigada nossa querida Pastora Senadora Damares por tudo que você construiu e é referência na minha vida e na vida de todos os brasileiros.

Pastor Flávio Félix, é muito bom tê-lo aqui representando a Igreja Lagoinha, o Pastor João Adair e o Yonatan Gonen, com quem já estivemos no Grupo de Trabalho Brasil-Israel.

Que Deus abençoe! Que Deus faça, que Deus ilumine e que dê sabedoria e discernimento pra que realmente possamos ser luz na vida de quem precisa!

Muito obrigada.

Que Deus abençoe! Sucesso a todos vocês! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) - Amém.

Muito obrigado.

Caminhando para o encerramento, eu disse, e a Senadora Damares também reforçou, que nós não queremos e não pretendemos ser uma frente de oposição. Somos uma frente de ovelhas ou cordeiros que queremos seguir, orar, e tenho certeza de que vamos orar pelo Presidente Lula e vamos orar pelo Governo. Mas também está escrito que há tempo para tudo. Há tempo de plantar e de colher, mas há tempo de guerra também. Há o tempo em que as vozes têm que se levantar com firmeza e com coragem para defender os seus interesses, defender os direitos e defender a liberdade. Nós seremos uma voz que irá se levantar no momento certo e da maneira certa para ajudar o Brasil. E queremos ser entendidos não como voz de oposição, mas como uma voz que seja luz no caminho daqueles que têm interesse em fazer um Brasil melhor, porque o Brasil não será melhor se não respeitar a todos, todo o seu povo, todas as crenças. Nós não seremos um país igual enquanto tolerância não for um sentimento mútuo, não for o conceito de que "nós vamos tolerar, mas queremos também que a tolerância se aplique a nós".

Há tempo de paz, há tempo de guerra, e nós sabemos nos levantar; os senhores conhecem bem, o nosso povo não tem medo da guerra. Nós somos mais que vitoriosos em Cristo. Por isso o meu agradecimento e o meu louvor a Deus mais uma vez pela responsabilidade e oportunidade de estar aqui.

Agradeço a cada uma e a cada um, obrigado pela presença.

Estou vendo ali o Bispo do Sara Nossa Terra. Muito obrigado, Bispo, pela presença.

Aqui também o Bispo Alves está conosco. Se eu o tivesse visto, o senhor estaria conosco aqui na mesa, mas sinta-se honrado, viu? Obrigado.

E, a cada um dos dirigentes que estiveram aqui, meu muito obrigado a todos.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que será composta pelas notas taquigráficas, pela lista de presença e pelo regulamento interno aprovado.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Quero fazer também um último encaminhamento, que eu esqueci e não posso esquecer: o Senador Zequinha Marinha como nosso Capelão da Frente Parlamentar Evangélica... (*Palmas.*)



Reunião de: 15/03/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Por último, o regulamento da Frente está... A nossa Comissão do Senado, com os assessores, já passou em revista, algumas modificações foram feitas. Eu coloco o regulamento à disposição, será enviado a cada um dos senhores e das senhoras para que possam avaliá-lo e fazer as suas observações para aprovarmos o regulamento na nossa próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a 1ª Reunião de 2023 da Frente Parlamentar Evangélica.

Louvado seja Deus! (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 50 minutos.)

9/9



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 8

REQ nº 00710/2023	Davi Alcolumbre	RISF Art. 13	12/12/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00712/2023	Mara Gabrilli	RISF Art. 43, I	De 13/12/2023 a 15/12/2023	Licença saúde.
REQ nº 00713/2023	Astronauta Marcos Pontes	RISF Art. 13	20/12/2023 e 21/12/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00714/2023	Eduardo Braga	RISF Art. 13	05/12/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00715/2023	Astronauta Marcos Pontes	RISF Art. 13	06/12/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00716/2023	Lucas Barreto	RISF Art. 13	05/12/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00717/2023	Zequinha Marinho	RISF Art. 13	20/12/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00718/2023	Zequinha Marinho	RISF Art. 13	21/12/2023 e 22/12/2023	Atividade parlamentar.



**REQ
00710/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Davi Alcolumbre

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília - DF, em 12/12/2023.

Sala das Reuniões, 15 de dezembro de 2023.

**Senador Davi Alcolumbre
(UNIÃO - AP)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9293092223>



**REQ
00712/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Mara Gabrilli

SF/23447 29395-94 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, de 13/12/2023 a 15/12/2023, conforme laudo de inspeção de saúde em anexo.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2023.

**Senadora Mara Gabrilli
(PSD - SP)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9669345575>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE JUNTA MÉDICA

SF/23447.29395-94 (LexEdit)

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SENADOR (A)

SENADOR (A): MARA CRISTINA GABRILLI	PARTIDO PSD	ESTADO SP	PRONTUÁRIO
	<input checked="" type="checkbox"/> X HOMOLOGADO <input type="checkbox"/> NÃO HOMOLOGADO		

TIPO	AFASTAMENTO	SITUAÇÃO
X TRATAMENTO DE SAÚDE		X CONCESSÃO INICIAL
<input type="checkbox"/> REPOUSO À GESTANTE	A PARTIR DE: 13/12/2023 (03) TRÊS DIAS	<input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO
<input type="checkbox"/> REASSUNÇÃO		
CHARLES ANDRÉ CARVALHO - CRM-DF 17363 Assinado eletronicamente		
BRUNO ANDRADE JESS, CRM-DF 15019 Assinado eletronicamente		
HUGO RICARDO VALIM DE CASTRO, CRM-DF 14293 Assinado eletronicamente		

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II
 * CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 7º, XVIII
 REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I
 DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art 4º, § 4º, REVOGADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999.

DECISÃO DA MESA

APROVADO REJEITADO

PRESIDENTE

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário

3º Secretário

4º Secretário



Assinado eletronicamente, por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9669345575>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1E0893BC005ADF14.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AC8B88F9005B50BD.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

**REQ
00713/2023**



SENADO FEDERAL

SF/23627.41639-11 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 20/12/2023 a 21/12/2023, a fim de realização de agenda política.

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2023.

**Senador Astronauta Marcos Pontes
(PL - SP)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9403153986>



**REQ
00714/2023**



REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília, em 05/12/2023.

Sala das Reuniões, de de .

**Senador Eduardo Braga
(MDB - AM)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Braga

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6172841968>

SF/23548 85636-70 (LexEdit)



**REQ
00715/2023**



SENADO FEDERAL

SF/23352.80506-08 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em São Paulo, em 06/12/2023, a fim de realizar atividades parlamentares no meu reduto eleitoral.

Sala das Reuniões, de de .

**Senador Astronauta Marcos Pontes
(PL - SP)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1200792388>



**REQ
00716/2023**



SF/23789.27549-53 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 05/12/2023.

Sala das Reuniões, de .

**Senador Lucas Barreto
(PSD - AP)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Lucas Barreto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5933315106>



**REQ
00717/2023**



SENADO FEDERAL

SF/23254.33157-07 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília, em 20/12/2023.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2023.

**Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3543561090>



**REQ
00718/2023**



REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 21/12/2023 a 22/12/2023.

Sala das Reuniões, 21 de dezembro de 2023.

**Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9601778029>



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Moraes**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luís Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PDT - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
PODEMOS - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Orovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagatolli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
REDE - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 30
MDB-11 / UNIÃO-7 / PODEMOS-7 / PDT-3
PSDB-2

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Cid Gomes.	PDT / CE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Leila Barros.	PDT / DF
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rodrigo Cunha.	PODEMOS / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Weverton.	PDT / MA
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28
PSD-15 / PT-8 / PSB-4 / REDE-1

Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Angelo Coronel.	PSD / BA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Flávio Arns.	PSB / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Irajá.	PSD / TO
Jaques Wagner.	PT / BA
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG

Rogério Carvalho.	PT / SE
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Teresa Leitão.	PT / PE
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 13
PL-12 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Jaime Bagatoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogerio Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Moraes.	PL / GO

Bloco Parlamentar Aliança - 10
PP-6 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hirán.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Democracia.	30
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	28
Bloco Parlamentar Vanguarda.	13
Bloco Parlamentar Aliança.	10
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Giordano* (MDB-SP)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Humberto Costa* (PT-PE)	Paulo Paim* (PT-RS)
Augusta Brito** (PT-CE)	Irajá* (PSD-TO)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Beto Faro** (PT-PA)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Izalci Lucas* (PSDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (REDE-AP)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
Cid Gomes* (PDT-CE)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Rogerio Marinho** (PL-RN)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Seif** (PL-SC)	Romário** (PL-RJ)
Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Leila Barros* (PDT-DF)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Weverton* (PDT-MA)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Wilder Morais** (PL-GO)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Farias** (MDB-AL)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º Dr. Hiran - (PP-RR)

4º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB) - 30 Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,17) Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Líder do MDB - 11 Eduardo Braga (6) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (43) Confúcio Moura (34,42) Giordano (44) Líder do UNIÃO - 7 Efraim Filho (4,17) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Davi Alcolumbre (25) Alan Rick (27) Líder do PODEMOS - 7 Oriovisto Guimarães (9) Vice-Líder do PODEMOS Styvenson Valentim (23) Líder do PDT - 3 Cid Gomes (14) Líder do PSDB - 2 Izalci Lucas (5)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE) - 28 Líder Eliziane Gama - PSD (28) Líder do PSD - 15 Otto Alencar (7) Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (30) Lucas Barreto (50) Líder do PT - 8 Fabiano Contarato (10) Vice-Líder do PT Teresa Leitão (48) Líder do PSB - 4 Jorge Kajuru (8,39) Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (19) Líder do REDE - 1	Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 13 Líder Wellington Fagundes - PL (53) Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (49) Líder do PL - 12 Carlos Portinho (21) Vice-Líder do PL Jorge Seif (45) Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (18,24)
Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10 Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,33) Líder do PP - 6 Tereza Cristina (12) Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (11) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (32)	Governo Líder Jaques Wagner - PT (2) Vice-Líderes Confúcio Moura (34,42) Daniella Ribeiro (40,41) Jorge Kajuru (8,39) Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Randolfe Rodrigues (35) Weverton (37) Zenaide Maia (38)	Oposição Líder Rogerio Marinho - PL (15) Vice-Líderes Eduardo Girão (18,24) Magno Malta (22) Eduardo Gomes (31)
Minoria Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,33)	 Maioria Líder Renan Calheiros - MDB (16)	Bancada Feminina Líder Daniella Ribeiro - PSD (40,41)

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado Líder do Partido Social Democrata Brasileira (Of. s/n/2023).
6. Em 01.02.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
7. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
8. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
9. Em 01.02.2023, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLODEMOS).
10. Em 01.02.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).
11. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).



12. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
13. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG)
14. Em 03.02.2023, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
15. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
16. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
17. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
18. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO)
19. Em 08.02.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB)
20. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
21. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
22. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
23. Em 27.02.2023, o Senador Stvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
24. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
25. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
26. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
29. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
30. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
31. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
32. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
33. Em 20.03.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. nº 05/2023-GLDPP).
34. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
35. Em 23.03.2023, o Senador Randolph Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
36. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
37. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
38. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
39. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
40. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
41. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
42. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB)
43. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB)
44. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB)
45. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. 12/2023-GLPL).
46. Em 17.05.2023 a Senadora Margareth Buzetti foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
47. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
48. Em 18.05.2023 a Senadora Teresita Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
49. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
50. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).
51. Em 22.09.2023 a Senadora Augusta Brito foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 129/2023-GSFCONTA).
52. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
53. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
54. Em 21/11/2023, a Senadora Margareth Buzetti foi destituída da função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
55. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito foi destituída da função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
56. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito foi destituída da função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
57. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima foi destituída da função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO



**3) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE
POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE**

Finalidade: debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

Prazo final: 13/08/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (2)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (2)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2)	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | **Secretário-Adjunto:** Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS

Finalidade: destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁴⁾

Instalação: 28/11/2023

Prazo final: 07/04/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(1,3)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	5. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	6. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,3)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	8. VAGO ^(1,2)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.
- Em 30.08.2023, a Presidência do Senado Federal destitui o Senador Laércio Oliveira, a pedido, como membro suplente desta comissão.
- Em 28.11.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Izalci Lucas membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, para compor a comissão.
- Em 28.11.2023, os Senadores Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães e Efraim Filho foram designados Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, da comissão (Of. nº 001/2023-CTIADMTR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | **Secretária-Adjunta:** Gabriel Udelsman

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: rprado@senado.leg.br



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Finalidade: examinar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, bem como eventuais novos projetos que disciplinem a matéria.

Requerimento nº 722, de 2023

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾

Instalação: 16/08/2023

Prazo final: 14/12/2023

Prazo prorrogado: 23/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valente (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,3)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	6. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾	7. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	8. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	9. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	11. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	12. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾	13. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 15.08.2023, os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valente, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Alan Rick, Cid Gomes, Angelo Coronel, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Mecias de Jesus, membros suplentes, para compor a comissão.
2. Em 17.08.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Carlos Viana e Astronauta Marcos Pontes, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 001/2023-SACTIA). O Presidente designa como Relator o Senador Eduardo Gomes.
3. Em 17.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira para compor, como membro suplente, a Comissão Temporária sobre a Inteligência Artificial no Brasil, na vaga ocupada pelo Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a Comissão.

Secretário(a): Leomar Diniz

E-mail: ctia@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL

Finalidade: apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, anteprojeto de Lei para revisão e atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Ato do Presidente do Senado Federal nº 11, de 2023

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Marco Aurélio Belizze ⁽¹⁾

RELATOR: Flávio Tartuce ⁽¹⁾

RELATORA: Rosa Maria de Andrade Nery ⁽¹⁾

Instalação: 04/09/2023

Prazo final: 12/04/2024

MEMBROS

Luis Felipe Salomão (2)

Marco Aurélio Belizze (2)

Flávio Tartuce (2)

Rosa Maria de Andrade Nery (2)

Marco Buzzi (2)

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues (2)

Cesar Asfor Rocha (2)

João Otávio de Noronha (2)

Angelica Lucia Carlini (2)

Carlos Eduardo Elias de Oliveira (2)

Claudia Lima Marques (2)

Daniel Carnio (2)

Edvaldo Brito (2)

Flávio Galdino (2)

Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka (2)

Gustavo José Mendes Tepedino (2)

José Fernando Simão (2)

VAGO (2,4)

Laura Porto (2)

Marcelo de Oliveira Milagres (2)

Marco Aurélio Bezerra de Melo (2)

Marcus Vinícius Furtado Coêlho (2)

Mario Luiz Delgado Régis (2)

Maria Berenice Dias (2)

Moacyr Lobato de Campos Filho (2)

Nelson Rosenvald (2)

Pablo Stolze Gagliano (2)

Patrícia Carrijo (2)

Paula Andrea Forgioni (2)

Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch (2)

Ricardo Campos (2)

Rolf Madaleno (2)

Rogério Marrone Castro Sampaio (2)

Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho (2)

Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk (3)

Laura Schertel Mendes (3)



Maria Cristina Paiva Santiago (4)

Estela Aranha (4)

Notas:

1. Em 25.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Luis Felipe Salomão, Marco Aurélio Bellizze, Flavio Tartuce e Rosa Maria de Andrade Nery a Presidente, Vice-Presidente, Relator e Relatora, respectivamente, deste colegiado (ATO nº 11/2023)
2. Em 25.08.2023, os Senhores Luis Felipe Salomão, Marco Aurélio Bellizze, Flavio Tartuce, Rosa Maria de Andrade Nery, Marco Buzzi, Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues, Cesar Asfor Rocha, João Otávio de Noronha, Angelica Lucia Carlini, Carlos Eduardo Elias de Oliveira, Cláudia Lima Marques, Daniel Carnio, Edvaldo Brito, Flavio Galdino, Giselda Maria Fernandes Novae Hironaka, Gustavo José Mendes Tepedino, José Fernando Simão, Judith Martins-Costa, Laura Porto, Marcelo de Oliveira Milagres, Marco Aurélio Bezerra de Melo, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, Mario Luiz Delgado Régis, Maria Berenice Dias, Moacyr Lobato de Campos Filho, Nelson Rosenvald, Pablo Stolze Gagliano, Patrícia Carrijo, Paula Andrea Forgioni, Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, Ricardo Campos, Rolf Madaleno, Rogério Marrone Castro Sampaio e Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho foram designados membros desta comissão (ATO nº 11, de 2023).
3. Em 06.09.2023, o Senhor Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk e a Senhora Laura Schertel Mendes foram designados membros desta comissão (ATO nº 12, de 2023).
4. Em 19.09.2023, a Senhora Judith Martins-Costa deixa de compor a comissão, e as Senhoras Maria Cristina Paiva Santiago e Estela Aranha foram designadas membros desta comissão (ATO nº 13, de 2023).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | **Secretário-Adjunto:** Gabriel Udelsmann

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: codcivil@senado.leg.br



**7) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA EM COMEMORAÇÃO
AOS 200 (DUZENTOS) ANOS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR**

Finalidade: planejar e coordenar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as atividades de comemoração dos 200 (duzentos) anos da Confederação do Equador.

Requerimento nº 752, de 2023.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾

Instalação: 12/12/2023

Prazo final: 17/03/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2.
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾	3.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾	4.
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 06.12.2023, a Presidência designa os Senadores Teresa Leitão, Humberto Costa, Fernando Dueire, Jussara Lima e Efraim Filho membros titulares e a Senadora Ana Paula Lobato, membro suplente, para compor a comissão.
2. Em 12.12.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Teresa Leitão e Jussara Lima, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CTI200CONFEQ).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | **Secretária-Adjunta:** Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cti200confeq@senado.leg.br



8) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DA BRASKEM

Finalidade: investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da empresa Braskem S.A, decorrente do caso Pinheiro/Braskem, em Maceió, Alagoas.

Requerimento nº 952, de 2023

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹¹⁾

Leitura: 25/10/2023

Instalação: 13/12/2023

Prazo final: 22/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (2)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3)	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (7)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (7)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (10)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (6)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (5)	2. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (9)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (9)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)	1. Senador Magno Malta (PL-ES) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (8)	1. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (8)

Notas:

1. Em 09.12.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Gomes foram designados membros titulares e o Senador Magno Malta, membro suplente, pela liderança do PL, para compor a comissão (Of. nº 28/2023-GLPL). ([DSF de 12/12/2023, p. 65](#))
2. Em 09.12.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Fernando Farias, membro suplente, pela liderança do MDB, para compor a comissão (Of. nº 103/2023-GLMDB). ([DSF de 12/12/2023, p. 73](#))
3. Em 09.12.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 69/2023-GLUNIAO). ([DSF de 12/12/2023, p. 70](#))
4. Em 09.12.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 58/2023-GLPSD). ([DSF de 12/12/2023, p. 68](#))
5. Em 09.12.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do PSB, para compor a comissão (Of. nº 84/2023-GLDPBSB). ([DSF de 12/12/2023, p. 72](#))
6. Em 09.12.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 59/2023-GLPSD). ([DSF de 12/12/2023, p. 69](#))
7. Em 11.12.2023, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 72/2023-GLPODEMOS). ([DSF de 12/12/2023, p. 71](#))
8. Em 11.12.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pela liderança do PP, para compor a comissão (Of. nº 56/2023-GLPP). ([DSF de 12/12/2023, p. 66](#))
9. Em 11.12.2023, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pela liderança do PT, para compor a comissão (Of. nº 57/2023-GLPT). ([DSF de 12/12/2023, p. 67](#))
10. Em 12.12.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pela liderança do PDT, para compor a comissão (Of. nº 40/2023-GLDPDT).
11. Em 13.12.2023, a comissão reunida elegeu os Senadores Omar Aziz e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CPIBRASKEM).



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2)	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (2)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2,5,13)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2)	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2,5,13)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,5,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (2,26,29)	5. Senador Giordano (MDB-SP) (2,5,11,12,13)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (2)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2)	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2)	8. Senador Weverton (PDT-MA) (2,13)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2,16)	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,13)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4,9,10,21)
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4,25,31)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,9)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (4,15,19,30)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,10)	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (7)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (18,20)	10. (18)

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾

Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1,17,23,24,27,28)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1,22,32)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	4. Senador Romário (PL-RJ) (1)

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)

Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1,14)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi



Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.
4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.
7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDEM).
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDEM).
10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).
11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM).
12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM).
13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).
14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN).
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM).
17. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
18. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2023-GLMDB).
19. Em 08.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 82/2023-BLRESDEM).
20. Em 14.09.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 100/2023-BLRESDEM).
21. Em 03.10.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 106/2023-BLRESDEM).
22. Em 17.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 153/2023-BLVANG).
23. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
24. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 170/2023-BLVANG).
25. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofs. nºs 120 e 121/2023-BLRESDEM).
26. Em 22.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 174/2023-BLDEM).
27. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 178/2023-BLVANG).
28. Em 23.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 179/2023-BLVANG).
29. Em 23.11.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 175/2023-BLDEM).
30. Em 24.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 122/2023-BLRESDEM).
31. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM).
32. Em 28.11.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 180/2023-BLVANG).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3,6)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) (3)	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3,6)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (3)	6. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)	7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	8. VAGO (10,14,15,16,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (2)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Romário (PL-RJ) (1)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)	2. Senador Magno Malta (PL-ES) (1)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (1)	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,9)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1,9,11,12)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,9)	2. (5,9,13)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1,9)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 125](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG). ([DSF de 10/03/2023, p. 91](#))
- Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 10](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/03/2023, p. 39](#))



9. Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM). ([DSF de 01/06/2023, p. 104](#))
11. Em 15.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 40/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 197](#))
12. Em 15.08.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Aliança, na Comissão (Of. nº 137/2023-BLVANG). ([DSF de 16/08/2023, p. 201](#))
13. Em 30.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Partido União Brasil (Of. nº 44/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 165](#))
14. Em 13.09.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 139/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 95](#))
15. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
16. Em 10.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLDEM). ([DSF de 11/11/2023, p. 9](#))
17. Em 05.12.2023, o Senador Eduardo Braga deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM). ([DSF de 06/12/2023, p. 92](#))

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁴⁾

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁵⁾
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
1.	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽³⁾	1.

Notas:

- Em 11.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
- Em 11.08.2023, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular e o Senador Flávio Arns, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
- Em 11.08.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
- Em 30.08.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Mara Gabrilli e Damares Alves, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 161/2023-SACAS). ([DSF de 31/08/2023, p. 166](#))
- Em 31.08.2023, os Senadores Alan Rick e Efraim Filho foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 162/2023-SACAS). ([DSF de 01/09/2023, p. 54](#))

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2,5)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (2)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2,5,27,29,30,37,50,55,57)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (2,27,29,50,55)	3. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5,8,30,37)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Giordano (MDB-SP) (2,5,8,13,32,34,44,47)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (2)	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2,5,8,30,41,57)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,38,40)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2,5,8,18)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2)	7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,5,8,38,40)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2,15,19)	8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2,7,8)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	9. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2,8,12,16,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2)	10. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (2,8,28,30,39,41)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (17,18)	11. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (17,18,30,39,41,51,52,53)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (3,35,42)	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (3)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (3)	2. Senador Irajá (PSD-TO) (3,9,20,22)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3,48,49)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (3,23,35,42,46)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3,36,42)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (3)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (3,24,31)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (3)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3)	6. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (3,56)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (3,58,59)	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (3,5)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (3)	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1,14,43,45)
Senador Magno Malta (PL-ES) (1)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1,14)	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1,10,11)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1,21,26,33,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,10,11)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolph Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 21/09/2023, p. 126](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.



5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 252](#); [DSF de 11/05/2023, p. 252](#))
9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLRESDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 253](#))
10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN). ([DSF de 08/06/2023, p. 10](#))
11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN). ([DSF de 20/06/2023, p. 51](#))
12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM). ([DSF de 23/06/2023, p. 12](#))
13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM). ([DSF de 27/06/2023, p. 51](#))
14. Em 06.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 126/2023-BLVANG). ([DSF de 07/07/2023, p. 48](#))
15. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 109/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 49](#))
16. Em 06.07.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 51](#))
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
18. Em 02.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular e os Senadores Izalci Lucas e Mauro Carvalho Junior, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 118/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 112](#))
19. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 124/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 102](#))
20. Em 08.08.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 81/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 100](#))
21. Em 15.08.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 39/2023-GABLID-BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 196](#))
22. Em 17.08.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 88/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/08/2023, p. 61](#))
23. Em 30.08.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2023-BLRESDEM). ([DSF de 31/08/2023, p. 163](#))
24. Em 12.09.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 99/2023-BLRESDEM). ([DSF de 13/09/2023, p. 217](#))
25. Em 13.09.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 119/2023-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 14/09/2023, p. 93](#))
26. Em 13.09.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 48/2023-GABLID-BLALIAN). ([DSF de 14/09/2023, p. 94](#))
27. Em 13.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 143/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 97](#))
28. Em 13.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 142/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 96](#))
29. Em 14.09.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 144/2023-BLDEM). ([DSF de 15/09/2023, p. 77](#))
30. Em 27.09.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho, Mauro Carvalho Junior, Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 155/2023-BLDEM). ([DSF de 27/09/2023, p. 95](#))
31. Em 27.09.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 104/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/09/2023, p. 179](#))
32. Em 28.09.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 157/2023-BLDEM). ([DSF de 29/09/2023, p. 54](#))
33. Em 29.09.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 52/2023-BLALIAN). ([DSF de 30/09/2023, p. 16](#))
34. Em 03.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 158/2023-BLDEM). ([DSF de 04/10/2023, p. 162](#))
35. Em 04.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 107/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 108](#))
36. Em 04.10.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 108/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 109](#))
37. Em 04.10.2023, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados segundo e terceiro suplentes, respectivamente, em substituição aos Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 162/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 114](#))



38. Em 04.10.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que passa à suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2023-GLMDB). ([DSF de 05/10/2023, p. 107](#))
39. Em 04.10.2023, os Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 161/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 113](#))
40. Em 05.10.2023, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 163/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 78](#))
41. Em 05.10.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho e Mauro Carvalho Junior foram designados 5º, 10º e 11º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 147/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 77](#))
42. Em 09.10.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Omar Aziz designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 109/2023-BLRESDEM). ([DSF de 10/10/2023, p. 39](#))
43. Em 09.10.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG). ([DSF de 10/10/2023, p. 40](#))
44. Em 10.10.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 165/2023-BLDEM). ([DSF de 11/10/2023, p. 178](#))
45. Em 11.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 152/2023-BLVANG). ([DSF de 12/10/2023, p. 13](#))
46. Em 17.10.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 111/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/10/2023, p. 146](#))
47. Em 18.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 166/2023-BLDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 101](#))
48. Em 18.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2023-BLRESDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 99](#))
49. Em 18.10.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 113/2023-BLRESDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 100](#))
50. Em 31.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 167/2023-BLDEM). ([DSF de 01/11/2023, p. 81](#))
51. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
52. Em 07.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 169/2023-BLDEM). ([DSF de 08/11/2023, p. 199](#))
53. Em 13.11.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 170/2023-BLDEM). ([DSF de 14/11/2023, p. 70](#))
54. Em 20.11.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 59/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 21/11/2023, p. 43](#))
55. Em 21.11.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLDEM).
56. Em 27.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 150/2023-GSFCONTA).
57. Em 06.12.2023, o Senador Alan Rick foi designado 2º membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa à 5ª suplência, para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 183/2023-BLDEM).
58. Em 13.12.2023, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, 1º suplente da chapa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 131/2023-RESDEM).
59. Em 15.12.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, em substituição ao Senador Camilo Santana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 135/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,6)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,6,7,8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	7. VAGO ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	8.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	10.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,13)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	9.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,11,16,19,20)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,11)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(1,11)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(1,11)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	4. Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽¹²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(17,18,21)	5. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(17,18)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(1,5,10)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,5,10)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,10)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,10)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLID/BLPPREP).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogério Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG).
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
16. Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG).
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB).
18. Em 24.10.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular e o Senador Marcos Rogério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 154/2023-BLVANG).
19. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
20. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 171/2023-BLVANG).
21. Em 29.11.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 183/2023-BLVANG).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Finalidade: debater e avaliar, no prazo de cento e oitenta dias, o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE)⁽²⁾

Instalação: 29/03/2023

Prazo final: 08/10/2023

Prazo prorrogado: 30/09/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	1.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).
 2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).
- *. Em 12.12.2023 a Comissão de Educação e Cultura aprovou o Requerimento nº 141/2023-CE, da Senadora Teresa Leitão, para prorrogação do prazo de funcionamento desta Subcomissão até 31 de setembro de 2024 (Of. nº 509/2023-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

E-mail: ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁸⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7)	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(2,15)	5. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(2,15)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,11,16)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11)	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(11,16)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,12)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC). ([DSF de 10/03/2023, p. 83](#))
- Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/03/2023, p. 56](#))
- Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDEM). ([DSF de 10/03/2023, p. 87](#))
- Em 09.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDEM). ([DSF de 10/03/2023, p. 88](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC). ([DSF de 23/03/2023, p. 110](#))
- Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#); [DSF de 01/04/2023, p. 14](#))



12. Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLID-BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
13. Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM). ([DSF de 14/04/2023, p. 55](#))
14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM). ([DSF de 26/04/2023, p. 118](#); [DSF de 26/04/2023, p. 118](#))
15. Em 14.08.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDEM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#))
16. Em 24.10.2023, os Senadores Marcos Rogério e Romário foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 155/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 194](#))

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (3)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3)	3. Senador Giordano (MDB-SP) (3,6,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (3,12)	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2)	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	3. VAGO (2,8)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	5. VAGO (2,10)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2)	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Magno Malta (PL-ES) (1)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (11)
Senador Romário (PL-RJ) (1)	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (5)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)	1. VAGO (1,13)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1)

Notas:

3. Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
1. Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 66](#))
6. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
8. Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLRESDEM). ([DSF de 24/03/2023, p. 75](#))
9. Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM). ([DSF de 01/06/2023, p. 103](#))
10. Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023- BLRESDEM). ([DSF de 20/06/2023, p. 54](#))
11. Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG). ([DSF de 03/08/2023, p. 113](#))



12. Em 29.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 133/2023-BLDEM). ([DSF de 30/08/2023, p. 168](#))
13. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 164](#))

Secretário(a): Christiano De Oliveira Emery

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,6)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,6)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(3,14,16)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14,16)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,8)	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(3,8)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,19,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,11,15,17,18)	2. Senador Wilder Morais (PL-GO) ^(1,11)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,5,11)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ^(5,10,11,13)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,12)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,12)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Morais, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP).
- Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).



14. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM).
15. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
16. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM).
17. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
18. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 174/2023-BLVANG).
19. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM).
20. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA**Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)****Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7**Telefone(s):** 3303-5919**E-mail:** cre@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (2)	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (2)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2,5,10)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,5,6,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2)	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,10)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (2)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (2,10,14)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2)	7. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2,10)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (2,10)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)	9. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (4)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,11,13)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4,16,17,19,20)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4,8,20)	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)
Senador Beto Faro (PT-PA) (4)	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4)	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1,12,15)	1. Senador Jaime Bagatelli (PL-RO) (1)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (1)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1,18)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1)	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagatelli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegera o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 10](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLRESDEM). ([DSF de 24/03/2023, p. 73](#))



9. Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI). ([DSF de 28/03/2023, p. 40](#))
10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG). ([DSF de 06/07/2023, p. 265](#))
13. Em 15.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 87/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 199](#))
14. Em 21.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 145/2023-BLDEM). ([DSF de 22/09/2023, p. 8](#))
15. Em 10.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 176/2023-BLVANG). ([DSF de 11/11/2023, p. 10](#))
16. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
17. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
18. Em 29.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 182/2023-BLVANG). ([DSF de 30/11/2023, p. 401](#))
19. Em 13.12.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzeth, 1ª suplente da chapa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 132/2023-RESDEM).
20. Em 21.12.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, e a Senadora Margareth Buzetti, membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 138/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2)	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2)	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (2,5,10)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4,11,12,13)
Senador Beto Faro (PT-PA) (4)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	3. Senador Wilder Morais (PL-GO) (1,8)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reuniu-se elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR). ([DSF de 10/03/2023, p. 84](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
- Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLRESDEM). ([DSF de 15/03/2023, p. 161](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 17.08.2023, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2023-BLVANG). ([DSF de 18/08/2023, p. 59](#))
- Em 31.08.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 95/2023-BLRESDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 55](#))
- Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 135/2023-BLDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 56](#))
- Em 30.10.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 115/2023-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2023, p. 35](#))
- Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))



13. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(4,13,16)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Giordano (MDB-SP) (3,5)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,12)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (3,23,26)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (3)	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,5,15,22,27)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,14)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (11,12,15,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2,24,25)	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,18)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2)
Senador Beto Faro (PT-PA) (2)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,7,9)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1,19)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1,20,21)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luís Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).
- Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG).
- Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLRESDEM).
- Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG).
- Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA).
- Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM).
- Em 1º.08.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).
- Vago em 1º.08.2023, em virtude de a Senadora Soraya Thronicke deixar de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).
- Em 1º.08.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLDEM).



15. Em 02.08.2023, os Senadores Mauro Carvalho Junior e Efraim Filho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 117/2023-BLDEM).
16. Em 09.08.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Alan Rick Presidente deste colegiado (Of. 38/2023-CRA).
17. Em 15.08.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 128/2023-BLDEM).
18. Em 15.08.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2023-BLRESDEM).
19. Em 29.08.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2023-BLVANG).
20. Em 28.09.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 147/2023-BLVANG).
21. Em 04.10.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG).
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 14.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 172/2023-BLDEM).
24. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM).
25. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM).
26. Em 05.12.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM).
27. Em 20.12.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 186/2023-BLDEM).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5. VAGO ^(10,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁸⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. VAGO ^(2,9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,11,12)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 130](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT). ([DSF de 10/03/2023, p. 85](#))
- Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM). ([DSF de 18/03/2023, p. 26](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 18](#))
- Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLRESDEM). ([DSF de 04/05/2023, p. 145](#))
- Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLRESDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 73](#))
- Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
- Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 132/2023-BLVANG). ([DSF de 02/12/2023, p. 88](#))
- Em 25.10.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 157/2023-BLVANG). ([DSF de 26/10/2023, p. 125](#))
- Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))



Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (2)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (5)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (5)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (5)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (5)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (7)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (6)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (6)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (6)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6,13,14)	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6,13,14)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (6,9)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (13)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (11)
Senador Magno Malta (PL-ES) (4)	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (12)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (8)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (8)

Notas:

1. Em 13.03.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG).
2. Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM).
3. Em 14.06.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.
4. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG).
5. Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM).
6. Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM).
7. Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM).
8. Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLID/BLALIAN).
9. Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM).
10. Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
11. Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG).
12. Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG).
13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
14. Em 14.08.2023, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDEM).
15. Em 20.09.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 07/2023-CDD).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes**Telefone(s):** 3303-3491**E-mail:** cdd@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (3,23,24)	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3,14)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (3,14,22,25)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (3)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,14,20,21)
Senador Giordano (MDB-SP) (3)	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (7,14)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (3)	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (6,14)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (9,14,19,22,25)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2,29,30)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,5)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2,5,15,18)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senador Beto Faro (PT-PA) (2,26)	4. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2,26)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (2)	6. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (13)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1,16,27,28)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1,17)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) (1,11,12)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1,10)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolph Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLRESDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM).
- Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN).
- Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN).
- Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLRESDEM).



14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 25.08.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2023-BLVANG).
17. Em 29.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2023-BLVANG).
18. Em 30.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 93/2023-BLRESDEM).
19. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 136/2023-BLDEM).
20. Em 20.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 144/2023-BLDEM).
21. Em 21.09.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 150/2023-BLDEM).
22. Em 04.10.2023, os Senadores Zequinha Marinho e Plínio Valério foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 159/2023-BLDEM).
23. Em 04.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 160/2023-BLDEM).
24. Em 06.10.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 164/2023-BLDEM).
25. Em 06.10.2023, os Senadores Plínio Valério e Zequinha Marinho foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 165/2023-BLDEM).
26. Em 25.10.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 114/2023-BLRESDEM).
27. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
28. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLVANG).
29. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM).
30. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (1)	2.
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)	3.
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (1)	4.

Notas:

1. Em 30.11.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Margareth Buzetti, Tereza Cristina e Jayme Campos foram designados membros titulares, e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, para compor a Comissão (Of. 200/2023-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS

Finalidade: discutir e analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

(Requerimento 53, de 2023 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
VAGO ^(2,16)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
2. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
3. Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/03/2023, p. 52](#))
6. Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
8. Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 113](#))
9. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG). ([DSF de 23/03/2023, p. 116](#))
10. Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 112](#))
11. Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG). ([DSF de 29/03/2023, p. 105](#))



12. Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG). ([DSF de 29/03/2023, p. 106](#))
13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP). ([DSF de 13/04/2023, p. 119](#))
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM). ([DSF de 13/04/2023, p. 120](#))
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM). ([DSF de 03/06/2023, p. 34](#))
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3,10,11)	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (7)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (7)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (7)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (7)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)
Senador Giordano (MDB-SP) (8)	4. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8)	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (8)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8)	6. VAGO (16,22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (1)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (1)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (1)	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (1,23,24)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (1)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	4. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4,13,18)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4,13,18)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,13,19)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	6. Senador Beto Faro (PT-PA) (20)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	1. Senador Magno Malta (PL-ES) (6)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2,17)	2. Senador Romário (PL-RJ) (12,17,21)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (15)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (9,14)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (9)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (9)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (9)

Notas:

- Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).
- Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG).
- Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM).
- Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG).
- Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM).
- Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
- Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG).
- Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
- Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLID/BLALIAN).



15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG).
16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
17. Em 10.08.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 136/2023-BLVANG).
18. Em 14.08.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDEM).
19. Em 29.08.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 92/2023-BLRESDEM).
20. Em 12.09.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 98/2023-BLRESDEM).
21. Em 24.10.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 158/2023-BLVANG).
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM).
24. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 3303-2554

E-mail: cddd@senado.leg.br



15.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio
Telefone(s): 3303-2554
E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (6,12)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (4)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (7,15)	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (6)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (7)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (7)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (9)	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (1)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,11)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (3,11)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (1)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) (2)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (10,13,17,18)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (10)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (8)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (8,14,16)

Notas:

- Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 256](#))
- Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG). ([DSF de 14/06/2023, p. 262](#))
- Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 258](#))
- Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 259](#))
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 74](#))
- Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 77](#))
- Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 15/06/2023, p. 71](#))
- Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 58](#))
- Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG). ([DSF de 17/06/2023, p. 17](#))
- Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
- Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM). ([DSF de 01/07/2023, p. 10](#))
- Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
- Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 164](#))
- Em 26.09.2023, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 152/2023-BLDEM). ([DSF de 27/09/2023, p. 94](#))
- Em 03.10.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 54/2023-BLALIAN). ([DSF de 04/10/2023, p. 160](#))
- Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
- Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 202](#))



Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos
Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -
Telefone(s): 3303-2540
E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	12ª Eleição Geral: 18/09/2019
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	13ª Eleição Geral: 21/03/2023
7ª Eleição Geral: 14/07/2009	

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



5) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



6) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



9) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE:



10) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



11) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



14) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

